

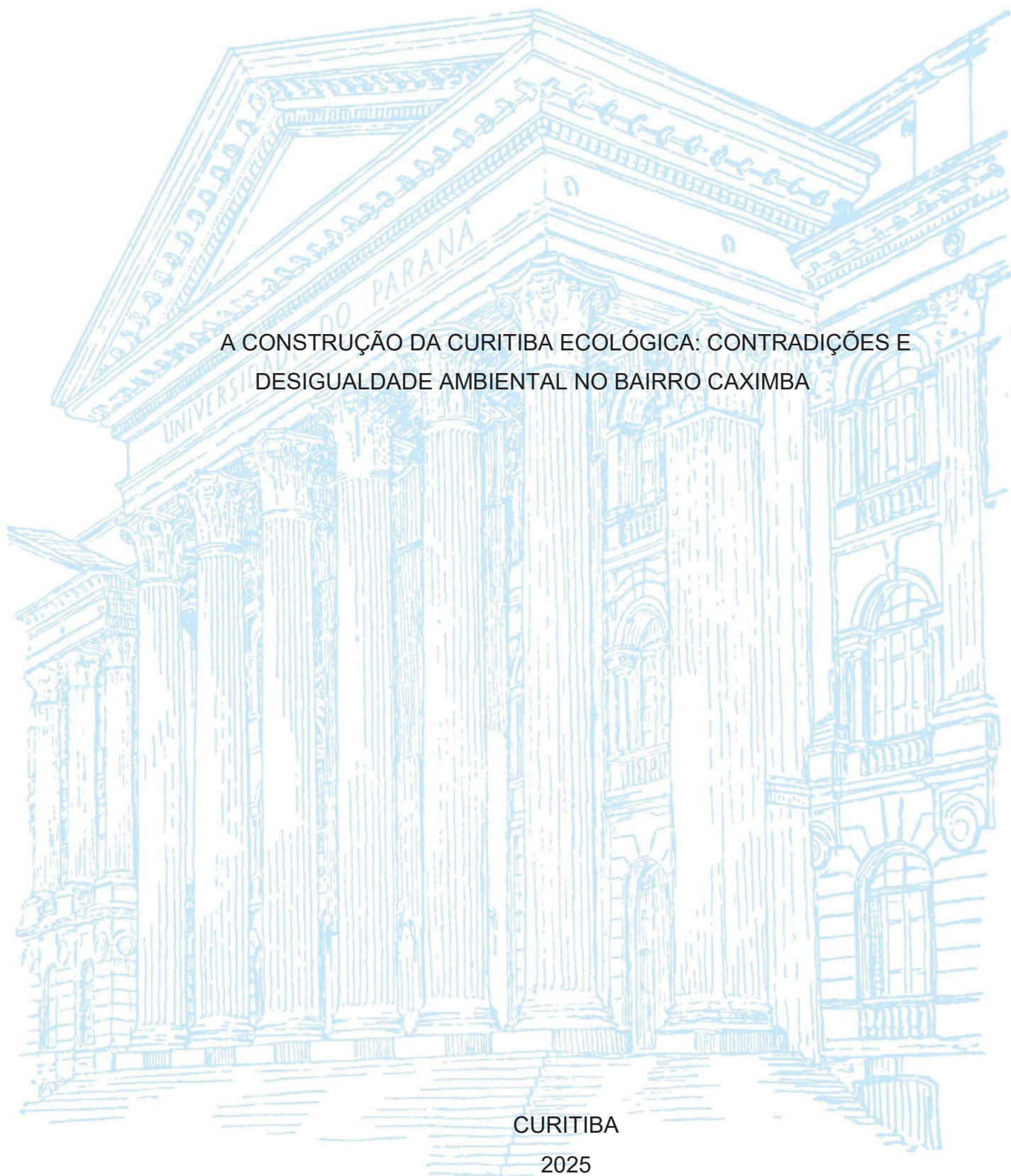
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHANA LOUISE CZORNEI

A CONSTRUÇÃO DA CURITIBA ECOLÓGICA: CONTRADIÇÕES E
DESIGUALDADE AMBIENTAL NO BAIRRO CAXIMBA

CURITIBA

2025



NATHANA LOUISE CZORNEI

A CONSTRUÇÃO DA CURITIBA ECOLÓGICA: CONTRADIÇÕES E
DESIGUALDADE AMBIENTAL NO BAIRRO CAXIMBA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Maria Carolina Maziviero

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Czornei, Nathana Louise

A construção da Curitiba ecológica: contradições e desigualdade ambiental no bairro Caximba . / Nathana Louise Czornei. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero

1. Justiça ambiental. 2. Sustentabilidade – Curitiba (PR). 3. Urbanização – Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. III. Maziviero, Maria Carolina. IV. Título.

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **NATHANA LOUISE CZORNEI**, intitulada: **A construção da Curitiba ecológica: contradições e desigualdade ambiental no bairro Caximba**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CAROLINA MAZIVIERO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica

09/09/2025 14:31:39.0

MARIA CAROLINA MAZIVIERO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 09:51:43.0

MARCELO CAETANO ANDREOLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

23/10/2025 16:13:59.0

PEDRO HENRIQUE CAMPELLO TORRES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

23/10/2025 16:26:10.0

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

Avaliador Interno (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero, por compartilhar comigo sua experiência e conhecimento. Sou grata por todas as trocas, correções e incentivos. Este trabalho não seria possível sem sua cuidadosa orientação.

Agradeço aos colegas do grupo “Desafios ambientais da urbanização”, que sempre trouxeram análises e observações pertinentes em nossos encontros. Além de toda a contribuição das discussões acadêmicas, compartilhar com vocês a experiência do mestrado tornou a jornada mais leve.

Agradeço ao PPU, onde tive a oportunidade de ser representante discente, pela formação. Pelos profissionais capacitados nos incentivaram a ir mais longe. E aos colegas com quem convivi nesses dois anos, e que deixaram uma marca, cada uma a sua maneira.

Por fim, agradeço à minha família, meus pais e meu irmão, que me apoiaram durante toda essa jornada mesmo diante de todas as dificuldades.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contradições existente entre a prática e o discurso das políticas ambientais de Curitiba. Para isso, além da investigação a respeito do histórico das principais intervenções ambientais, foi selecionado como estudo de caso o Projeto Bairro Novo do Caximba. Divulgado pela prefeitura em 2018, o projeto foi considerado a maior intervenção socioambiental da cidade. O Caximba é um bairro localizado no extremo sul de Curitiba, que apresenta um cenário de extrema fragilidade ambiental e socioeconômica e cujas comunidades estiveram, por décadas, desassistidas de infraestrutura e programas sociais por parte do poder público. A pesquisa concluiu que, apesar das políticas ambientais em Curitiba terem caráter pioneiro e inovador no cenário brasileiro, elas não estão distribuídas igualmente no território. A imagem de “Capital Ecológica” foi construída a partir de exemplos pontuais que beneficiam apenas uma parcela da população, enquanto o próprio modelo de urbanização curitibano tem como consequência a periferização. A pesquisa aponta o papel central que as agências multilaterais e órgãos intergovernamentais tem na definição das diretrizes das políticas ambientais e nos projetos de intervenção em Curitiba. O projeto é utilizado como novo símbolo no *city marketing* curitibano e como atrativo para investimentos internacionais. Por fim, a pesquisa aponta que o projeto de intervenção não é capaz de interferir profundamente na condição de injustiça ambiental à qual estão submetidas as comunidades e que pode ser promotor de expansão imobiliária neste território.

Palavras-chave: Justiça ambiental; sustentabilidade urbana; urbanização de Curitiba; marketing verde.

ABSTRACT

This research aims to investigate the contradictions between the practice and discourse of environmental policies in Curitiba. To achieve this, in addition to investigating the history of major environmental interventions, the Bairro Novo do Caximba Project was used as a case study. Announced by the city government in 2018, the project was considered the largest socio-environmental intervention in the city. Caximba, a neighborhood located in the far south of Curitiba, presents a scenario of extreme environmental and socioeconomic fragility. For decades the area has lacked infrastructure and social programs from the government. The research concluded that, although environmental policies in Curitiba are pioneering and innovative in the Brazilian context, they are not evenly distributed throughout the territory. The image of an "Ecological Capital" was constructed based on specific examples that benefit only a portion of the population, while Curitiba's own urbanization model results in peripheralization. The research highlights the central role of multilateral agencies in defining environmental policy guidelines and intervention projects in Curitiba. The project is being used as a new symbol in Curitiba's city marketing and as an attraction for international investment. Finally, the research indicates that the project is unable to profoundly impact the environmental injustice to which communities are subjected and that it could promote real estate expansion in this area.

Keywords: Environmental justice; urban sustainability; urbanization of Curitiba; green marketing.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –MUDANÇA NO PARADIGMA DE PLANEJAMENTO EM CURITIBA	43
FIGURA 2 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO VIVA BARIGUI	58
FIGURA 3 – OCUPAÇÕES IRREGULARES POR DÉCADA DE FORMAÇÃO	62
FIGURA 4 – PRODUÇÃO DA COHAB CURITIBA.....	63
FIGURA 5 – ÁREAS DE INUNDAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES E RENDA.....	66
FIGURA 6 – VISÃO GERAL DO PROJETO BAIRRO NOVO DA CAXIMBA	68
FIGURA 7 – REGIONAIS DE CURITIBA E LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO	70
FIGURA 8 - AVANÇO DA OCUPAÇÃO EM 2003, 2013, 2022 E 2024.....	73
FIGURA 9 – CONFIGURAÇÃO DAS COMUNIDADES CONFORME MORADORES	74
FIGURA 10 – DIFERENÇAS NO PADRÃO CONSTRUTIVO DAS EDIFICAÇÕES NO CAXIMBA.....	79
FIGURA 11 – CONSTRUÇÕES NA VILA ABRAÃO	80
FIGURA 12 – HABITAÇÕES NA VILA 29 DE OUTUBRO	80
FIGURA 13 – HABITAÇÕES NA VILA 1º DE SETEMBRO.....	81
FIGURA 14 – LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO CAXIMBA..	82
FIGURA 15 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO	84
FIGURA 16 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO	88
FIGURA 17 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	96
FIGURA 18 – ÁREAS A SEREM DESAPROPRIADAS	97
FIGURA 19 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	98
FIGURA 20 – COMPARAÇÃO DA ÁREA NÃO CONSOLIDADA B1 (2017-2020)..	100
FIGURA 21 – MODELO DE CASA SOBREPOSTA.....	103
FIGURA 22 – MODELO DE CASA MISTA.....	104
FIGURA 23 – REUNIÕES COM A COMUNIDADE	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LISTA DE PREFEITOS DE CURITIBA.....	44
QUADRO 2– PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE.....	55
QUADRO 3 – PERÍODO DE MUDANÇA DOS MORADORES DA VILA 29 DE OUTUBRO/ABRÃO	89
QUADRO 4 – MOTIVOS PARA MUDAR PARA A CAXIMBA	90
QUADRO 5 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO A AÇÕES PROPOSTAS.....	98
QUADRO 6 – NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL E AÇÕES DA PREFEITURA	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ASSENTAMENTOS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA	61
TABELA 2 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO LOCALIZADAS EM APP	64
TABELA 3 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA POR REGIONAL	70
TABELA 4 – VARIAÇÃO POPULAÇÃO POR BAIRRO DA REGIONAL TATUQUARA	71
TABELA 5 – POPULAÇÃO PROJETADA DOS BAIRROS DA REGIONAL TATUQUARA.....	72
TABELA 6 – POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA	75
TABELA 7 – INDICADORES SOCIAIS E INFRAESTRUTURA	76
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO POR COR OU RAÇA NAS COMUNIDADES	77
TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO POR COR OU RAÇA, TOTAL E EM FAVELAS, NO BRASIL	77
TABELA 10 – CARACTERÍSTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA.....	78
TABELA 11 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA	78
TABELA 12 – NOTIFICAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA E SEGMENTO NO BAIRRO CAXIMBA EM 2018.....	87
TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA X SEXO DA POPULAÇÃO	90
TABELA 14 – SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS MAIORES DE 18 ANOS	91
TABELA 15 – MULHERES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO.....	91
TABELA 16 – HOMENS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO	92
TABELA 17 – FAIXA DE RENDA.....	93
TABELA 18 – FAIXA DE RENDA – MULHER ÚNICA PROVEDORA.....	93
TABELA 19 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJETO	96
TABELA 20 – CRONOGRAMA GERAL PGRC	102
TABELA 21 – ESTIMATIVA DE CUSTOS DO PGRC CAXIMBA.....	108
TABELA 22 – USO DO SOLO ANTERIOR E IMPLANTADO.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AFD	–	Agência Francesa de Desenvolvimento
APA	–	Área de Proteção Ambiental
APP	–	Área de Proteção Permanente
CMEI	–	Centro Municipal de Educação Infantil
COHAB	–	Companhia de Habitação Popular
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
ELO	–	Escritório Local
IPPUC	–	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MPPR	–	Ministério Público do Paraná
ODS	–	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAG	–	Plano de Ação de Gênero
PAR	–	Plano de Ação de Reassentamento
PGRC	–	Projeto Gestão de Risco Climático
PGSA	–	Plano de Gestão Social e Ambiental
PMC	–	Prefeitura Municipal de Curitiba
RAP	–	Relatório Ambiental Prévio
SMMA	–	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMOP	–	Secretaria Municipal de Obras Públicas
UBS	–	Unidade Básica de Saúde
UPA	–	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo geral	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
1.2 METODOLOGIA.....	15
2 ASPECTOS DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA	17
2.1 O CONSENSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.2 AMBIENTALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E CONSTRUÇÃO DO CONSENSO.....	24
2.3 REBATIMENTOS DA DESIGUALDADE AMBIENTAL NAS CIDADES.....	31
2.4 CAPITALISMO VERDE E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA.....	37
A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL ECOLÓGICA.....	41
2.5 PLANEJAMENTO, POLÍTICA E MARKETING.....	42
2.6 BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS	50
2.7 PERIFERIZAÇÃO E DESIGUALDADE AMBIENTAL	60
3 O PROJETO BAIRRO NOVO DO CAXIMBA.....	68
3.1 O BAIRRO CAXIMBA.....	69
3.1.1 População e infraestrutura	75
3.1.2 Condicionantes ambientais	83
3.1.3 Segurança pública.....	87
3.2 A VILA 29 DE OUTUBRO	88
3.3 A PROPOSTA DE PROJETO	94
3.3.1 A Agência financiadora.....	107
3.4 TENSÕES ENTRE COMUNIDADE E PODER PÚBLICO	110
3.4.1 O Caximba na comunicação oficial	114
3.5 DISCUSSÃO	118
3.5.1 Uma nova forma de expansão de mercado?.....	120
3.5.2 Limitações e investigações futuras.....	122
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

As discussões a respeito da sustentabilidade, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e preservação da natureza, têm se intensificado nas últimas décadas a partir da emergência das mudanças climáticas. No campo do planejamento urbano, intensifica-se a busca por uma “cidade sustentável”, que seja capaz de responder às demandas ambientais ao mesmo tempo em que promove a manutenção dos modos de produção. O conceito de sustentabilidade, no entanto, não possui uma definição exata, assumindo significados diferentes de acordo com os atores envolvidos, que acionam o discurso de preservação da natureza de formas muitas vezes antagônicas e incoerentes entre si (Limonad, 2010, 2013; Leff, 2006).

Com o avanço da ideologia neoliberal, o Estado se omite na elaboração de políticas públicas ao mesmo tempo em que administra e facilita parcerias público-privadas. A criação do consenso tem papel importante para pacificação dos conflitos e para o estabelecimento de um padrão homogêneo de produção do espaço, essencial para a manutenção da cidade-mercadoria (Vainer, 2007; Harvey, 2005). Com a escassez de investimentos públicos, acirra-se a competição entre cidades na tentativa de atrair capital e estabelecer parcerias público-privadas.

Exemplo deste processo no Brasil, a cidade de Curitiba consolidou-se como expoente do planejamento urbano brasileiro, reproduzindo marcas como “cidade-modelo” e “capital ecológica” a partir da década de 1980. Mais do que uma conquista de planejadores técnicos, o sucesso do modelo curitibano é resultado da manutenção de um mesmo grupo político no poder e do alinhamento entre a ordenação da cidade e os interesses de empresários locais (Albuquerque, 2007; Oliveira, 2000; Sánchez, 2010).

A estabilidade política na história de Curitiba, é marcada pelas três gestões do prefeito Jaime Lerner e de prefeitos alinhados com o mesmo projeto político. Jaime Lerner também fortaleceu a participação do IPPUC na elaboração dos projetos da cidade, concedendo autonomia para execução dos projetos e participação dentro das decisões urbanísticas da cidade. Outro fator que permitiu que os planos urbanísticos fossem aplicados na cidade, foi a criação de uma coalizão entre poder público e empresários, que proporcionou uma “política de planejamento orientada para a

realização de um cenário o mais favorável possível à realização dos interesses do capital industrial” (Oliveira, 2000, p.39).

Desta forma, argumenta Oliveira (2000) não foi a qualidade do planejamento urbano que colocou Curitiba em destaque, mas sim sua capacidade de execução dos projetos propostos em um cenário nacional no qual a maioria das cidades enfrentava dificuldades na realização de seus planos.

Ao discurso de “Cidade Modelo” foi incorporado, a partir dos anos 1990, a dimensão ambiental. No contexto dos fóruns internacionais, marcados pela RIO-92, e das recomendações da ONU, Curitiba constrói para si uma imagem de cidade sustentável e ambientalmente correta. Entretanto, discurso omite a dinâmica entre o polo e a periferia. O modelo curitibano foi construído a partir de projetos pontuais que beneficiam apenas uma parcela da população e promove um discurso único de cidade, excluindo a população empobrecida para as margens da cidade modelo.

Diversos autores (Albuquerque, 2007; Oliveira, 2000; Sánchez, 1997; 2010) debruçaram-se sobre a construção do “mito” de Curitiba e os fatores que tornaram possível o sucesso e continuidade da propagação de sua imagem em escala nacional e internacional. Este trabalho busca se alinhar às pesquisas existentes ao questionar à problemática relacionada à preservação da natureza e ao discurso de “Capital Ecológica”. Além disso, busca contribuir com o campo de estudo, ao analisar as condicionantes dos projetos ambientais da última década, marcados pelo deslocamento geográfico do norte para o sul da cidade – área que concentra, historicamente, a produção de habitação de interesse social e ocupações irregulares – e pelos investimentos internacionais que, além de financiarem a concretização dos projetos, também ditam as “regras do jogo”.

Como estudo de caso, foi escolhido o Projeto Bairro Novo do Caximba. O bairro Caximba é um exemplo da dinâmica de periferização curitibana: afastado 28km do centro da cidade e isolado do restante da malha urbana, a região é marcada pela precariedade da infraestrutura e pela fragilidade socioambiental. A população do bairro ocupa área de proteção ambiental e as margens do rio Barigui, em área suscetível a inundações, o que se traduz na precariedade das habitações. O Caximba expandiu-se com pouca atenção do poder público, até que, em 2018, passa a figurar um dos maiores projetos de recuperação ambiental da cidade: O Projeto Bairro Novo do Caximba. O projeto, de acordo com a prefeitura municipal, visa recuperar as áreas degradadas do rio Barigui e garantir habitação de qualidade para as famílias que

ocupam a área. A obra conta com investimento da Agência Francesa de Desenvolvimento, além da contrapartida pública. Para além da preocupação socioambiental, no entanto, o projeto está alinhado com a nova imagem de Curitiba enquanto cidade inteligente e sustentável, capaz de atender acordos internacionais de sustentabilidade, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Essa pesquisa se propõe a investigar, a partir do histórico do planejamento urbano e do estudo de caso, quais as contradições do discurso ambiental de Curitiba e de que forma as comunidades periféricas são atendidas por essas políticas. O capítulo “Aspectos da apropriação capitalista da natureza” apresenta a discussão teórica que embasa a pesquisa, explorando as formas pelas quais a natureza é apropriada enquanto recurso, até o ponto em que sua degradação passa a ameaçar a manutenção das formas de produção. O capítulo também aborda de que forma o capitalismo incorporou as demandas ambientais e se apropriou do discurso da sustentabilidade para garantir sua manutenção e contornar as crises. Por fim, o debate procura aprofundar os aspectos omitidos pelo discurso do desenvolvimento sustentável, em especial a questão da justiça ambiental.

No capítulo “A construção da cidade ecológica” é apresentada a problemática central da pesquisa: as contradições entre a imagem de Curitiba, produzida pelo marketing oficial e o padrão de periferização da cidade. O capítulo inicia-se com uma análise do cenário político que se desdobrou na capital em paralelo às decisões urbanísticas e que garantiu sua execução. Em seguida, foram analisados os principais projetos ambientais da cidade e de que forma estes foram utilizados para projetar uma imagem de sustentabilidade.

O capítulo “Projeto Bairro Novo do Caximba” é central para a pesquisa. Traz o estudo de caso do projeto proposto pela prefeitura de Curitiba, analisando a documentação oficial, a execução do projeto e a participação dos diversos atores envolvidos na obra. Por fim, a partir do cruzamento das informações levantadas com a teoria estudada, é feita a análise das políticas ambientais em Curitiba e a discussão a respeito das consequências das novas intervenções ambientais considerando o contexto global da apropriação da natureza.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar e analisar quais as contradições entre o discurso ambiental e as práticas da gestão urbana em Curitiba, e de que forma estas estão relacionadas com a desigualdade socioespacial na cidade, a partir do estudo de caso do bairro Caximba.

1.1.2 Objetivos específicos

- (i) Compreender a formação do conceito de cidade sustentável e das formas de apropriação capitalista da natureza e quais suas relações na construção de Curitiba;
- (ii) Analisar a construção do discurso ambiental em Curitiba a partir do marketing urbano, das agendas globais de sustentabilidade e das mudanças políticas na capital, considerando o período de 1990 até 2024;
- (iii) Identificar os rebatimentos das políticas ambientais de Curitiba nas áreas de pobreza da cidade;
- (iv) Investigar de que forma o discurso ambiental é acionado pela gestão pública na área do Caximba e qual sua influência na construção deste território.

1.2 METODOLOGIA

O trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, buscando compreender as formas de apropriação capitalista da natureza dentro da formação das cidades e as contradições que surgem a partir dessa apropriação. Para isto, seguirá uma abordagem predominantemente qualitativa, por entender que esta abordagem permite a compreensão de um fenômeno considerando seus aspectos sociais, históricos e culturais que o permeiam e pela possibilidade de elaboração de uma metodologia que melhor atenda aos objetivos da pesquisa.

O método utilizado para a investigação conciliará a investigação histórica das políticas ambientais de Curitiba e da construção do marketing urbano voltado a sustentabilidade com o estudo de caso do bairro Caximba. O recorte de tempo escolhido para a investigação histórica, de 1990 a 2024, compreende o início da propagação da imagem de “Capital ecológica” a partir da terceira gestão do prefeito Jaime Lerner, até a gestão atual (2024) do prefeito Rafael Greca, na qual a imagem de “*Smart City*” e “Cidade sustentável” são publicizadas.

Para o levantamento do histórico das políticas ambientais, o procedimento utilizado será a pesquisa documental, através de publicações produzidas por órgãos municipais oficiais, legislação (ambiental e urbana), depoimentos e material jornalístico e o levantamento, através de dados secundários, de indicadores sociais e demográficos que permitam uma comparação entre as políticas propostas e a realidade da cidade.

Para análise da trajetória ambiental, serão avaliados apenas documentos voltados a gestão ambiental urbano, excluindo aqueles que tratam exclusivamente da biota. Após essa seleção, serão coletados dados secundários que permitam confrontar a realidade social de Curitiba com o discurso apresentado nos documentos oficiais. Além disso, toda a análise será atravessada pelo histórico do bairro Caximba, de modo a compreender o impacto das políticas ambientais na região.

A parte central da pesquisa refere-se ao estudo de caso do Projeto Bairro Novo do Caximba, atualmente em execução. Para tanto, serão levantados e analisados os documentos, projetos e diagnósticos produzidos oficialmente pelas secretarias envolvidas na intervenção, como forma de compreender o Caximba projetado. Em outra fase, serão avaliados quais as relações entre os atores envolvidos na execução do projeto e quais conflitos surgem dessa interação. Por fim, para ampliar a compreensão das relações entre comunidade e poder público foram realizadas entrevistas com atores envolvidos no projeto.

Ao final deste processo foram cruzados as experiências quantitativas e qualitativas de forma a analisar criticamente os rebatimentos das políticas ambientais em Curitiba sob o prisma da justiça ambiental.

2 ASPECTOS DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA

As relações entre humanidade e natureza – e, até mesmo a concepção de uma separação entre ambas – não constituem um conceito universal compartilhado igualmente entre os diferentes povos. Pelo contrário, estão intrinsecamente ligadas a variáveis históricas, à forma de organização da sociedade e à cultura de cada povo. Este capítulo trata, principalmente, do recorte específico das relações com a natureza dentro do sistema capitalista, compreendendo que não é este o início da história política da natureza, mas admitindo a “crise ecológica” como “marcador do presente histórico” (Charbonnier, 2021, p.47).

No capitalismo, as relações com a natureza assumem, conforme argumenta Harvey (1996), um duplo caráter: a princípio, a ideia da natureza como algo a ser dominado pelo homem e utilizado enquanto fonte de recursos - ideia predominante no Iluminismo e com forte influência do cristianismo. Em paralelo, a ideia de natureza como elemento estranho e ameaçador ao ser humano e ao seu potencial de desenvolvimento, por sua escassez e imprevisibilidade. Em ambos os casos a natureza aparece como matéria prima e, de sua preservação, depende a manutenção do futuro do sistema de produção capitalista.

El Serafy (2005) simplifica a definição do capital de uma economia como a soma do estoque de produtos (bens), com o poder de produção de novos produtos. Nesta definição, argumenta o autor, a terra seria considerada parte da equação por possibilitar a produção dos novos bens, e a natureza é compreendida da mesma forma, a partir da sua instrumentalização, ao prover a matéria prima a ser transformada e ao absorver os impactos causados pela produção. Assim, são atribuídos valores para a natureza dentro do sistema capitalista, mesmo quando esta é compartilhada – como na atmosfera, ar e oceanos, por exemplo. “A natureza é considerada como fator de produção mesmo quando não é comercializada e não tem valor de mercado” (El Serafy, 2005, p.51, tradução nossa). De maneira similar, Lutzenberger (2012) argumenta que o modelo de produção vigente enquadra a natureza a partir de conceitos econômicos de oferta e demanda, utilizando-se da técnica e da ciência para maximizar a produção, enquanto desconsidera as consequências da degradação ambiental para a própria manutenção da vida humana.

Enquadrar a natureza como recurso a ser explorado dentro do sistema capitalista exige a construção de um sistema de valoração, traduzindo seu valor para uma lógica monetária. A justificativa para essa conversão parte, conforme aponta Harvey (1996), da ideia de que o dinheiro é uma forma universal de compreensão de valores dentro da sociedade, principalmente para a classe dominante. A valoração da natureza também contribuiu com sua preservação, não focada no reconhecimento de seu papel para a manutenção da vida, mas considerando que a correspondência monetária tornaria a inserção desta pauta facilmente adaptável à agenda hegemônica, sem romper com o modelo de produção vigente (Harvey, 1996,). Esta forma de compreensão da natureza justificaria, posteriormente, correntes de pensamento como a economia ambiental e o desenvolvimento sustentável (Harvey; 1993; Martinez-Alier, 2011), nas quais a preservação ambiental é inserida como uma atualização do modelo econômico vigente.

Com o avanço do modelo de produção industrial, aumenta a pressão sobre a natureza, devido à expansão do modelo na forma de produção do maquinário, à mineração e à mecanização da agricultura. Assim, o processo de urbanização capitalista se destaca por sua capacidade de transformar o espaço rapidamente em comparação com o sistema feudal, no qual a centralização do poder era um fator de limitação das forças produtivas. Diante deste cenário, pensadores socialistas do século XIX, associam as mudanças no “regime ecológico” da indústria com a necessidade de se pensar em novos paradigmas políticos (Charbonnier, 2021).

Lowy (2014) ressalta que Marx não tratou da relação entre as forças produtivas e a degradação da natureza da mesma forma como entende hoje o movimento ecologista. Entretanto, em suas obras, encontram-se subsídios para que se associe a exploração dos trabalhadores com a degradação da natureza, de forma que uma escola de pensadores se propôs a discutir a preservação ecológica a partir do viés marxista (Charbonnier, 2021; Leff, 2006; Lowy, 2014;). Charbonnier (2021) e Lowy (2014), argumentam que nos escritos de Marx, a dimensão ecológica aparece no questionamento das consequências do avanço da tecnologia e química agrícola, que teria por consequência a degradação do solo e das condições de insalubridade das moradias operárias, ou seja, com maior impacto naqueles territórios de vida dos grupos vulnerabilizados. Em Marx, conforme argumenta Foster (2005), o conceito de metabolismo foi utilizado para definir o trabalho enquanto um processo entre sociedade e natureza, pelo qual o homem modifica e “controla o metabolismo entre

ele mesmo a natureza” (Foster, 2005, p.201). A ruptura metabólica, da troca de nas relações entre os seres, era a metáfora utilizada para explicar a alienação da natureza.

Algumas das críticas à perspectiva marxista se apoiam no argumento de que as obras de Marx partem sempre da perspectiva de dominação da natureza pelo homem, “que opõe o homem à natureza, e que faz dele o mestre e senhor do mundo natural” (Lowy, 2014, p.22). Como resposta à estas questões, Lowy (2014), destaca a ideia, presente nas obras principais de Marx, de que a socialização dos meios de produção seria suficiente para que estes funcionassem em benefício dos trabalhadores. Para Lowy não basta a apropriação, é necessária uma transformação destes sistemas produtivos, tomando como base a preservação da natureza.

Ela [a questão ecológica] exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. Certamente, não se trata - isto é evidente - de colocar em questão a necessidade do progresso científico e técnico e da elevação da produtividade do trabalho: estas são duas condições incontornáveis para dois objetivos essenciais do socialismo: a satisfação das necessidades sociais e a redução da jornada de trabalho. O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo 'compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta (Lowy, 2014, p.37)

Nas próximas seções discutiremos a incorporação das pautas ambientais no capitalismo, a partir da criação do ideal de desenvolvimento sustentável. Por fim, de que forma o consenso de desenvolvimento sustentável foi incorporado nas práticas urbanas e quais as omissões por trás da imagem criada.

2.1 O CONSENSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao final da década de 60, as consequências da degradação da natureza tornam-se parte de conferências e seminários internacionais, marcando o fim de uma era de “abundância”, na qual a natureza era vista como recurso para o desenvolvimento econômico. Para Charbonnier (2021), esse período é marcado pela percepção da finitude da natureza e pelos limites do crescimento econômico. A

corrente de pensamento modernista que defendia a ideia de um futuro moldável pela humanidade, é substituída pela insegurança causada pelos impactos ambientais que acompanharam o avanço tecnológico. Conforme aponta Leff (2006), a transição para um sistema produtivo focado na ciência e na tecnologia veio acompanhada de uma remodelação da apropriação econômica da natureza.

A economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza. A acumulação e a concentração de capital já não se baseiam tão-somente na superexploração da natureza e da mão-de-obra barata o Terceiro Mundo, mas, também, em novas estratégias de apropriação capitalista da natureza, dentro da nova geopolítica do desenvolvimento sustentável, incluindo a apropriação gratuita e pilhagem dos recursos genéticos, a subavaliação dos bens naturais e dos serviços ambientais e o acesso subvencionado a hidrocarburetos e recursos hídricos que mantem uma agricultura super capitalizada e uma planeta urbanizado (Leff, 2006, p. 61).

Como reação à mudança na percepção da relação natureza/homem, desenvolveram-se teorias econômicas que buscam alinhar o modo de produção capitalista com a percepção dos limites físicos da natureza, de forma a superar a crise. Dessa movimentação destaca-se o surgimento do discurso do desenvolvimento sustentável e da economia ecológica, com contribuições significativas do economista Herman Daly, chefe do Departamento Ambiental do Banco Mundial cuja perspectiva buscava reimaginar o modo de produção capitalista a partir das preocupações ambientais.

A economia ecológica é definida por Martinez-Alier como “um campo de estudos transdisciplinar [...], que observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito” (Martinez-Alier, 2011, p.45). Desta forma, as externalidades ambientais causadas pela produção devem ser consideradas e avaliadas dentro do sistema econômico, muitas vezes com a atribuição de valores monetários. Como ferramenta de planejamento, os “economistas ecológicos trabalham com a relação entre os direitos de propriedade e de gestão dos recursos naturais, modelando as interações entre economia e meio ambiente [...], propondo novos instrumentos da política ambiental” (Martinez-Alier, 2011, p.45).

Na economia ecológica, as estratégias de enfrentamento da crise ambiental estão concentradas dentro do sistema de produção vigente, sem romper sua ordem.

A proteção do ambiente é considerada como um custo e condição do processo econômico, cuja “sustentabilidade” depende das possibilidades e valorização da natureza. No entanto, o questionamento da economia a partir da ecologia não tem levado à desconstrução da racionalidade econômica dominante e a fundar uma nova teoria da produção nos potenciais da natureza e nos sentidos das culturas, e por isso as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais (Leff, 2006 p.134).

De maneira semelhante, o discurso do desenvolvimento sustentável alinha a manutenção do sistema capitalista com a preservação da natureza. Conforme argumenta Leff:

Tendo chegado ao seu limite e diante da impossibilidade de estabilizar-se como organismo vivo, o capital dá prosseguimento a uma inércia expansionista, que descarrega sobre a natureza os desejos do processo de “criação destrutiva” do capital (Leff, 2006, p.147).

A reestruturação do capitalismo “sustentável” não engloba apenas agentes econômicos, mas passa também pelo Estado. Conforme Acselrad (2007), ao Estado cabe um duplo papel de “administrador da crise” para os mercados e de regulador das “representações simbólicas da natureza”, ao criar políticas de preservação de uma natureza intocada e idealizada.

Com a cidade tornando-se o centro da reprodução dos meios de produção dentro do capitalismo industrial, o discurso ecológico e a contrapartida do capitalismo verde passam a ter o urbano como centro. De acordo com Leff (2006), o discurso ecológico que se fortalece a partir do século XX, baseava-se, principalmente, na ideia de reunir a humanidade ao meio que tornou possível sua existência durante séculos, representando uma “angústia da separação da cultura de suas raízes orgânicas” (Leff, 2006, p.77).

Com o movimento expressivo do campo rumo ao urbano, a idealização da natureza se expressa na forma de criação de áreas verdes projetadas, que resgatem a representação simbólica da natureza. Martínez-Alier (2011) caracteriza essa

corrente como uma “defesa da natureza intocada”, na qual, sem questionar o impacto dos meios de produção no planeta, foca-se em “preservar e manter o que resta” da natureza.

Na construção das cidades surgem rebatimentos dessa corrente, principalmente no que se refere a construção de áreas verdes de lazer. Já na década de 70, Lefebvre argumentava que a substituição da “natureza original” pelo urbano, vinha acompanhada de tentativas de simulação desta primeira, não só em projeto, mas também em símbolo.

[...] A natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a “natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. [...] A naturalização ideológica torna-se uma obsessão. Na publicidade dos produtos alimentares ou têxteis, como na da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante (Lefebvre, 2019, p.43).

Embora a globalização da economia tenha atingido novos discursos a respeito da sustentabilidade urbana, a separação humanidade/natureza e a idealização permanecem. Ao criar uma agenda global comum, “a natureza vira signo, e torna-se estratégica e política” (Carlos, 2011, p. 77). Sob a justificativa do desenvolvimento sustentável, cria-se um projeto de cidade que mascara as contradições sociais que a formam.

A ausência de uma definição objetiva para o termo “sustentabilidade” facilita sua apropriação pelo mercado e permite que diferentes atores sociais acionem o discurso “ambientalizado” para atenderem seus interesses. Limonad (2013) aponta que, parte do que é considerado como desenvolvimento sustentável atualmente, é derivado de demandas dos movimentos sociais, que questionavam o acesso aos recursos naturais e as consequências das intervenções humanas no planeta. O debate foi incorporado por governos e agências internacionais, eliminando seu teor social e tratando a questão como um problema de administração de recursos a partir da ideia de finitude dos recursos naturais ou da preservação de uma natureza cênica, descolada da existência humana (Limonad, 2013).

Desta forma, a narrativa da sustentabilidade é acionada para diminuir os conflitos e silenciar os movimentos ecologistas ao atender parcialmente suas pautas, estabelecendo uma uniformidade hegemônica.

Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação (Acseirad, 1999, p. 80).

Neste sentido, cabe breve retomada à reflexão marxista a respeito da ideologia. Konder (2002) afirma que o ponto inicial da construção ideológica é a luta de classes, que provoca uma cisão na sociedade de forma que “os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazer” e ao Estado cabe esse papel unificador através da ideologia (Konder, 2002, p.41). Na construção da ideologia, de acordo com Marx, a classe dominante abre espaço, inclusive, para intelectuais e pensadores que, aspirando produzir conhecimento relevante, transmitem as ideias dominantes como ideias universais, apresentando o “interesse da classe como interesse comum todos os integrantes da sociedade” (Konder, 2002, p.42).

Gramsci avança da ideia de que a ideologia dominante se propaga de diversas formas, não apenas por ação direta do Estado, mas também a partir de diversos atores e instituições, englobando os intelectuais e técnicos, a mídia, a escola e a religião (Gruppi, 1978). Assim, para Gramsci, na consolidação de um aparato hegemônico um grupo subordinado adota a concepção de mundo do grupo dominante, ainda que esteja em contradição com sua atividade prática pela ausência de consciência crítica. Ou seja, Gramsci destaca a unificação, sob uma ideologia comum, de indivíduos de classes diferentes sob relação de dominação, com o objetivo de “impedir que o contraste existente entre forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante” (Gruppi, 1978, p. 70). Desta forma, diferentes grupos contribuem na construção de um consenso ideológico, considerando que “uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores” (Gruppi, 1978, p.80)

No capitalismo industrial, os “intelectuais do tipo urbano cresceram com a indústria e estão ligados às vicissitudes desta”, sendo parte essencial na produção do consenso ao defender a ideologia da classe dominante (Gruppi, 1978, p.81). No estabelecimento do consenso da sustentabilidade, arquitetos, urbanistas e demais

técnicos atuam de forma a privilegiar um conhecimento racionalista que pode ser amplamente replicável. As contradições sociais que existem nas cidades e que contribuem para o quadro de degradação ambiental são deixadas em segundo plano, e o foco torna-se a criação de um modelo de cidade sustentável que invisibiliza os confrontos e as especificidades locais (Limonad, 2013, p. 134).

Alguns autores apontam a dubiedade do próprio significado e tradução do termo “desenvolvimento sustentável”. Limonad (2010) argumenta que a tradução mais adequada seria “desenvolvimento durável”, remetendo às origens econômicas da preocupação com o desenvolvimento sustentável como forma de possibilitar a manutenção do modo de produção. Leff (2006) constrói o argumento de forma semelhante:

A ambivalência do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável se expressa já na polissemia do termo sustainability, que integra dois significados: o primeiro, traduzível como sustentabilidade, implica a incorporação das condições ecológicas – renovabilidade da natureza, diluição de contaminadores, dispersão de dejetos – do processo econômico; o segundo que se traduz como desenvolvimento sustentado, implica a perdurabilidade no tempo do progresso econômico (Leff, 2006, p.137).

É possível argumentar que a ambiguidade do termo esteja relacionada com a construção do consenso da sustentabilidade. Conforme aponta Konder (2002): “Na linguagem reconhecemos a realidade constituída, mas nos defrontamos ao mesmo tempo com a realidade que ainda não foi criada e que nós mesmos estamos inventando” (Konder, 2002, p.162). Embora não esteja no escopo desta pesquisa a análise da linguagem utilizada no discurso do desenvolvimento sustentável, é possível inferir que ele possibilita a ação de diferentes atores e justifica interesses diferentes.

2.2 AMBIENTALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

A criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para as cidades ganhou força na agenda internacional a partir do final da década de 80, com a publicação do relatório “Nosso futuro comum” por parte da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU. O relatório define o

desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991). O documento foca na necessidade de conciliar o crescimento econômico com a preservação da natureza, reforçando sua função enquanto recurso que viabiliza a produção. Cardoso (2002) considera a publicação do relatório como marco na construção do conceito de “cidades sustentáveis” e o início de um processo de disputa pelos indicadores que definirão essa sustentabilidade.

Em 1992, a conferência do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, consolidou a pauta no cenário global a partir da criação da Agenda 21, acordo no qual os países signatários se comprometem com um modelo de desenvolvimento sustentável dentro de eixos temáticos estabelecidos. O documento enfatiza a importância da economia globalizada e da cooperação internacional para a promoção das práticas sustentáveis, nas quais a tecnologia e o livre comércio seriam responsáveis pela criação de um modelo que alinha a manutenção dos lucros e a preservação ambiental.

Atenção especial é dedicada às condições de vida das populações empobrecidas nos países em desenvolvimento. De acordo com o documento, as precárias condições dos assentamentos urbanos nessas regiões são uma das principais dificuldades para a manutenção de um modelo sustentável de ocupação. Como foco da atuação do Estado nestes países, o CMMAD sugere a implantação de programas sociais em diferentes áreas, com destaque para a produção da habitação adequada, a oferta de infraestrutura sanitária e recolhimento de resíduos sólidos, o investimento em modelos sustentáveis de transporte e a monitoração de ocupações em áreas de vulnerabilidade ambiental (ONU, 1992).

No Brasil, o evento exerceu pressão para o desenvolvimento de um relatório próprio, considerando as particularidades do país frente às demandas da Agenda 21. Cardoso (2002) aponta que, antes da conferência de 92, o entendimento do país sobre as relações entre cidade e natureza era limitado a uma ideia conservadora de preservação, na qual a distribuição da população nas cidades era considerada como um fator de degradação em si, devido ao desmatamento de grandes áreas para ocupação, devendo ser priorizadas a limitação do crescimento da mancha urbana e ocupação de áreas rurais. O documento publicado em 2000, intitulado “Bases para discussão da Agenda 21”, alinha-se com o debate internacional ao considerar as condições de pobreza da população urbana como fator determinante para a insustentabilidade das cidades.

O principal desafio, de acordo com o relatório, está no processo intenso de transição entre a zonas rurais e as cidades, que aumentaram rapidamente a necessidade de implantação de infraestrutura urbana. A ocupação das margens dos rios e áreas de fundo de vale é também citada como dificuldade comum entre as cidades brasileiras, que deveria ser enfrentada a partir de uma “reforma urbana que comece pela reordenação do uso do solo e pela descentralização administrativa, acompanhada de um processo participativo” (Novaes, 2000, p.38). Ao final do relatório são elencadas as ações a serem tomadas para a construção da cidade sustentável.

- a) busca de equilíbrio dinâmico entre uma determinada população e a sua base ecológico territorial, diminuindo significativamente a pressão sobre os recursos disponíveis;
- b) ampliação da responsabilidade ecológica, aumentando a capacidade dos atores sociais de identificar as relações de interdependência dos fenômenos e aceitar o princípio da corresponsabilidade de países, grupos e comunidades na gestão dos recursos e dos ecossistemas compartilhados, como o ar, oceanos, florestas e bacias hidrográficas;
- c) busca da eficiência energética, implicando redução significativa nos níveis de consumo atual, sobretudo dos combustíveis fósseis e busca de fontes energéticas renováveis;
- d) desenvolvimento e utilização de tecnologias brandas ou eco compatíveis, alterando progressiva e significativamente os padrões atuais do setor produtivo;
- e) alteração nos padrões de consumo e diminuição significativa na produção de resíduos e uso de bens ou materiais não recicláveis;
- f) recuperação de áreas degradadas e reposição do estoque dos recursos estratégicos (solo, água, cobertura vegetal); e
- g) manutenção da biodiversidade existente. (Novaes, 2000, p.53)

A despeito da alusão à reforma urbana e à participação popular, as estratégias desenhadas não compreendem as especificidades das ocupações urbanas brasileiras e nem dos processos socioeconômicos que as produziram. São reproduzidos os objetivos gerais da Agenda 21, incluindo a importância da inovação tecnológica e da cooperação a partir de parcerias entre os governos e outros atores sociais e a partir de cooperações internacionais. A participação de diferentes entidades, tal como é colocada na redação dos relatórios, é questionada por alguns autores como uma escolha deliberada, que reduz a importância da atuação do Estado, colocando-o como

um ator em igualdade de responsabilidade com os demais, ao mesmo tempo em que transmite a ideia da sustentabilidade como objetivo comum a ser alcançado, ignorando os interesses conflitantes que existem dentro dessa participação (Cardoso, 2002; Leff, 2006; Martínez-Alier, 2011).

De maneira geral, o evento no Rio de Janeiro consolida o conceito de desenvolvimento sustentável e populariza o debate na mídia, instituições e governos. Nos anos seguintes, eventos com objetivos similares são organizados, com a criação de novos acordos internacionais, atualizações dos artigos da Agenda 21 e inserção de novos temas relacionados à temática da preservação ambiental.

A popularização do debate sobre desenvolvimento sustentável é consequência da conscientização a respeito dos impactos negativos causados pelo modo de produção e de suas consequências para a vida na Terra. Leff (2006) argumenta que o discurso ambiental é incorporado pelo sistema capitalista como reação à crescente percepção a respeito da “irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo”. Longe de provocar uma ruptura com estes padrões de produção, o discurso do desenvolvimento sustentável incorpora a natureza dentro da lógica mercadológica de forma que “as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais” (Leff, 2006, p. 134). Não por acaso as recomendações das conferências internacionais focam na elaboração de políticas públicas voltadas ao aumento de acordos econômicos internacionais, no livre-mercado e nas soluções tecnológicas como estratégia para preservação da natureza. Alinhados com a política neoliberal, os problemas ambientais são desterritorializados e uniformizados na forma de agendas globais.

A contradição entre preservação da natureza e manutenção do sistema de produção é ocultada no discurso da sustentabilidade urbana. Ao contrário, a agenda sustentável é incorporada ao planejamento urbano como um diferencial na competição com outras cidades, a partir de um esforço para unificar os territórios em torno do consenso, facilitando o fluxo global de capital.

[...] Se o recurso à noção de sustentabilidade urbana parece integrar crescentemente uma norma do planejamento aplicado a cidades fortemente divididas, o caráter simbólico das ações associadas a tal noção – seja pela representação retórica de um meio ambiente uno e consensual, seja pelo sentido que se queira imprimir às operações materiais “de conexão” empreendidas em seu nome –, tais como

corredores arbóreos, fluxos aquáticos e outros ícones materiais da integração social, não impor-se-á, porém, como suficiente para dar estabilidade aos mecanismos da reprodução urbana. A noção de sustentabilidade parecerá constituir, assim, apenas parte de um esforço mais amplo de configurar um novo modo de regulação urbana capaz de integrar duravelmente na dinâmica reprodutiva a própria desigualdade constitutiva das cidades em que convivem a marginalidade avançada e o rentismo urbano. (Acseirad, 2004, p.39)

A preservação da natureza surge como um atrativo na cidade, capaz de torná-la mais propícia a receber investimentos e de justificar intervenções e projetos de cidade mascarando interesses econômicos. A cidade-mercadoria, que coloca território e governança pública como produtos a serem adquiridos a partir da melhor oferta, se estabelece em conjunto com um modelo de planejamento urbano inspirado no empreendedorismo norte-americano (Novais, 2010).

O empreendedorismo urbano se fortaleceu a partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo. Com o enfraquecimento do papel do Estado na promoção de políticas públicas e garantia de direitos básicos, aumentaram as parcerias com agentes privados e a necessidade de atrair investimentos para dentro das cidades. Com as mudanças encabeçadas pelo avanço das políticas neoliberais no mundo, a administração pública é transformada em um modelo empreendedor, tendo a gestão das cidades, ou a agenda urbana, como central para atração de capital internacional. De acordo com Harvey (2006), são as crises enfrentadas pelo sistema capitalista que impulsionam essa mudança, na qual o Estado busca atrair investimentos nacionais e internacionais e operar a partir de parcerias público-privadas, abrindo espaço para que as políticas públicas sejam criadas a partir de interesses de mercado. São três os pontos centrais para a construção do modelo de empreendedorismo urbano: as parcerias público-privadas; a atividade empreendedora e a desterritorialização da economia.

A parceria-público privada é a característica central deste modelo de gestão, no qual o poder público se alia à agentes privados para garantir investimentos que possibilitem os projetos urbanos. Esta atividade é empreendedora em sua essência, e está sujeita a maiores riscos quando comparada com outros modelos de gestão urbana por sua natureza especulativa, fato que, em muitos casos, “significa que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios” (Harvey,

2006, p.173). Por fim, Harvey (2006), destaca o enfoque maior “na economia política do lugar do que o território”, de forma que projetos semelhantes em porte, uso e investimentos, geram impactos diferenciados a partir do local no qual foram implantados. Desta forma, as cidades em competição para atração de capital buscam minimizar os riscos dos investimentos a partir da homogeneização de projetos e adoção de modelos urbanos considerados como *cases* de sucesso.

No Brasil, acompanhando os desdobramentos internacionais, a partir dos anos 90 populariza-se o “planejamento estratégico”. Oriundo da escola de pensamento da *Harvard Business School*, este modelo de planejamento associa práticas de negócios com o gerenciamento urbano resultando no conceito de “cidade-empresa” (Novais, 2010; Vainer, 2013). Destaca-se, também, o papel de agências internacionais na difusão do modelo de planejamento estratégico, uma vez que além de propagarem os requisitos necessários para a “cidade ideal” também condicionam a oferta de investimento ao atendimento destes. Para atendê-los é construído um consenso sobre as necessidades urbanas que desconsidera o território a partir de intervenções normalizadas, uma vez que “todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades” (Vainer, 2013, p.80).

Ainda conforme Vainer, “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto” (Vainer, 2013, p.7). Dentro desse projeto de cidade são minimizados os impasses e conflitos dos diferentes grupos em prol da manutenção da imagem da cidade.

A instauração da cidade-empresa constituiu, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto pólis. [...] Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempos e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei (Vainer, 2013, p.91).

Da mesma forma, na criação do consenso é valorizado o papel dos técnicos e das lideranças em detrimento da participação popular.

A ideia de participação popular foi instrumentalizada: participar passou a indicar uma forma de entrar em consenso, necessário para o enfrentamento das ameaças externas. [...] Em virtude da experiência e conhecimento que detêm, os dirigentes de empresas teriam melhores condições para perceber as ameaças às cidades, identificar as oportunidades que deveriam aproveitar e encontrar soluções eficazes para fazê-las sobressair no competitivo da globalização (Novais, 2010, p.31).

O consenso e a imagem das cidades são construídos a partir do *city marketing*, elemento fundamental para compreensão do planejamento urbano de Curitiba, que será discutido no próximo capítulo. Na capital paranaense, o foco na eficiência dos técnicos e na figura de liderança, o prefeito Jaime Lerner, foram elementos centrais para a criação de uma imagem de cidade modelo. De acordo com Sánchez (2010), o marketing urbano, assim como de produto, busca conhecer o mercado e os consumidores para ofertar o que é desejado.

O objetivo do city marketing consiste na manipulação de padrões comportamentais desses públicos seletos, de modo a interferir nas decisões locacionais das empresas, nas decisões de consumo ou nas decisões relativas a destinos de viagem. [...] está orientada não apenas para atração de investimentos ligados à esfera da produção, mas também para a atração de consumidores externos e para a ampliação dos níveis de consumo interno. (Sánchez, 2010, p.59).

O city marketing não apenas projeta a cidade para o mercado externo, mas tem também desdobramentos internos, colocando o cidadão no papel de consumidor. Sánchez (2001) cunha o termo “cidade-espetáculo” para definir esse tipo de relação. De acordo com a autora, o marketing urbano estimula a participação dos cidadãos dentro do projeto de cidade a partir da construção de um consenso e de um estilo de vida comuns, de forma que “a experiência de cidade, [...] é mediada pelo consumo dessas imagens” (Sánchez, 2001; p,167).

Desta forma, conforme a discussão inicial do capítulo, o discurso sustentável tem sido posicionado como um novo requisito de mercado, necessário às cidades que desejam se manter em um nível de competição global. Compans (2001), resume as exigências da competitividade em três pontos principais: infraestrutura; sistema de

comunicações (capaz de ligar o local ao global) e recursos humanos - para manter o sistema de produção em funcionamento. Para a autora, a sustentabilidade urbana faria parte da última exigência, considerando que a degradação da natureza no ambiente urbano representaria um empecilho à reprodução das forças de trabalho, em especial nas regiões mais empobrecidas do planeta.

A cooptação da pauta ambiental dentro desse modelo de planejamento urbano esvazia seu sentido político e a transforma em uma questão meramente técnica ou, ainda, apenas simbólica. Em muitos casos a construção da imagem de cidade sustentável está ligada apenas a intervenções pontuais no espaço e ao apelo à ação individual, na qual predomina a “ideia de sujeito emocionalmente envolvido com sua cidade, que adere aos apelos desse projeto de cidade” (Sánchez, 2001, p.161). A participação do cidadão dentro do ciclo do marketing urbano garante sua reprodução, na medida em que “fortalece o orgulho cívico e a lealdade ao lugar” (Moura, 2001, p. 216), evitando conflitos e ocultando as desigualdades sociais e ambientais urbanas.

2.3 REBATIMENTOS DA DESIGUALDADE AMBIENTAL NAS CIDADES

A associação entre desigualdades sociais, preservação da natureza e os conflitos ambientais derivados da produção capitalista, foram articulados por pesquisadores e movimentos sociais em diferentes épocas e a partir de diferentes camadas de análise. O campo da Ecologia Política, que surge do estudo da antropologia rural pela geografia, tem se debruçado, a partir da década de 80, sobre os “conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não” (Martinez-Alier, 2011, p.110). A definição de Souza (2019) aprofunda o campo ao enunciá-lo como o estudo de “[d]os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos” (Souza, 2019, p.98).

De acordo com Martinez-Alier (2011), o campo da Ecologia Política representa, principalmente, um esforço para trazer luz à construção social da natureza e como essa construção se relaciona com os demais padrões de desigualdades existentes no sistema capitalista. Há uma possibilidade de aproximação com a os estudos marxistas, conforme explora Souza (2019), na qual seria analisado o metabolismo social a partir das consequências da transformação da natureza em produto. A contribuição entre as duas áreas, de acordo com o autor, oferece recursos

que possibilitam a compreensão não só dos processos de produção, por espoliação, como também das especificidades entre a relação com a natureza dos povos marginalizados, que são principais vítimas da do colapso ambiental e comumente culpabilizados por processos de degradação da natureza.

Aliando à justiça social com o debate o ecológico, o movimento por justiça ambiental, que surge a partir da luta antirracista, também questiona o impacto das ações humanas na natureza. Conforme definido por Souza (2019), o movimento:

[...] Diz respeito a qualquer processo em que os eventuais malefícios decorrentes da exploração e do uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam sócio espacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais (Souza, 2019, p.130).

Originalmente, o movimento por justiça ambiental teve início nos Estados Unidos, na década de 1980, com a articulação de movimentos sociais que questionaram o local de despejo de materiais poluentes a partir do cruzamento de dados geográficos de habitação e de raça. A partir de estudos encomendados pelos movimentos sociais, conclui-se de que a maioria dos pontos de descarte de materiais tóxicos da região localizava-se nas proximidades de bairros negros e de imigrantes. Além disso, a própria fiscalização do Estado em relação ao descarte inadequado de materiais poluentes era muito mais eficaz nas regiões onde moravam pessoas brancas (Acseirad, 2002). A partir dessas conclusões, Benjamin Chavis, ativista na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, cunhou a expressão “racismo ambiental” compreendendo que as consequências da degradação ambiental são mais severas para os grupos marginalizados, indo de encontro ao consenso difundido de que toda a humanidade seria afetada de maneira igualitária pela ação antrópica sobre a natureza.

Para Martinez-Alier (2011), uma das maiores vitórias do movimento por justiça ambiental é a defesa da “incomensurabilidade dos valores”. Em contraponto com a visão puramente econômica na qual os danos ambientais causados por diferentes agentes poderiam ser punidos a partir de compensações monetárias ou multas, a justiça ambiental não prevê essa possibilidade, ao considerar não apenas os impactos físicos dos danos ambientais, mas também as motivações e os mecanismos que os

provocam e que determinam seu local, sua época e sua intensidade. Não há reparação monetária que responda às desigualdades raciais, de classe e de gênero, “porque inexistente uma compensação real”. Simplesmente em razão de que dinheiro e dignidade humana não são equiparáveis” (Martinez-Alier, 2011, p.236). Esta é uma visão que vai de encontro a racionalização econômica da natureza, que considera possível mitigar os danos causados através do pagamento de compensações ou taxas, acabando por criar um novo tipo de mercado verde.

Embora tenha surgido a partir da luta do movimento negro nos Estados Unidos, é possível extrapolar o conceito a outros conflitos vindos de contextos e escalas diversas daquele, inclusive analisando as relações entre os países centrais e os periféricos, uma vez que estes últimos sustentam a maior parte dos impactos ambientais negativos. Martinez-Alier (2011) utiliza-se da terminologia “ecologismo dos pobres” para tratar destes outros casos, que vão além da esfera urbana, em um contexto de “defesa dos recursos comunitários contra o Estado ou em oposição ao mercado” (Martinez-Alier, 2011, p.232).

Independente dos termos adotados, o movimento tem se expandido internacionalmente, principalmente na medida em que avança a globalização da economia, permitindo que indústrias movam suas operações para territórios que ofereçam maiores vantagens. No Brasil, a partir da troca com ativistas de diversos países em evento realizado no Rio de Janeiro, foi criada em 2001 a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que define suas atividades da seguinte forma:

Existimos como um fórum de discussões, denúncias, mobilizações e articulação política com o objetivo de denunciar e combater o racismo e a injustiça ambiental. Reivindicamos que nenhum grupo, seja ele definido por cor, etnia ou classe social, arque de maneira desproporcional com as consequências ambientais negativas de determinada ação, obra ou projeto. Exigimos que todos os grupos sociais sejam efetivamente envolvidos no processo de tomada de decisão sobre ações e empreendimentos que afetem seus territórios, seus modos de vida, sua saúde e seu trabalho. Também atuamos para demandar e propor políticas de promoção de justiça ambiental focadas em proteger grupos vulnerabilizados da distribuição desigual de impactos ambientais (RBJA, s.d.).

Ao considerar suas implicações no território urbano, é possível constatar a contradição entre o discurso do desenvolvimento sustentável e as condições nas quais vivem os grupos marginalizados dentro das cidades. Ao analisar o contexto social e político que formou estes territórios, percebe-se que os impactos da degradação da natureza não estão igualmente distribuídos, apresentando critérios raciais, sociais e de gênero. No Brasil, o acelerado processo de urbanização carregou consigo processos de exclusão e racialização vindos desde o período colonial, do qual se destacam a concentração de terra e renda, e a geografia das relações raciais (Maricato, 2001; Oliveira, 2013; Santos, 2012).

Associada à exclusão urbana encontra-se a desigualdade ambiental, fruto de políticas de planejamento urbano que não contemplavam a realidade social brasileira e que pouco serviram para garantir um acesso igualitário à cidade. Maricato (1996) e Marins (1997), destacam, por exemplo, o caráter autoritário do movimento higienista e sanitarista do século XIX, que criminaliza as moradias dos trabalhadores pobres - habitações precárias e cortiços - sem oferecer contrapartida que possibilitasse a ocupação legalizada da cidade. Conforme apontam os autores, a maioria dos cortiços localizava-se em áreas centrais ou então nas proximidades de comerciantes e casarões das classes mais abastadas e, após as restrições normativas, foram transferidos para áreas menos desejadas da cidade.

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beiras de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de risco, regiões poluídas ou...áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e a ausência de fiscalização definem a desvalorização) (Maricato, 2001, p.219).

Ao mudar-se de lugar, suas habitações não se tornaram menos precárias, mas a legislação passou a tolerá-las. O novo local, em áreas de fragilidade ambiental nas proximidades da cidade oficial, era duplamente conveniente, pois estava fora da área de interesse do mercado imobiliário e perto o bastante para que a mão de obra dos trabalhadores fosse facilmente acessada. A desigualdade ambiental não se encerra apenas na fragilidade da localização e a maior exposição a desastres

ambientais. Essa ocupação desigual permeia toda a vida de uma parte da população e a expõe a maiores índices de violência e mantém a segregação social.

A segregação ambiental não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importe dela. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos [...] somam-se menores oportunidades de emprego [...], menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (Maricato 1996, p.56).

A ilegalidade dessas regiões coloca os moradores em um estado de sub cidadania no qual estão expostos, simultaneamente, à injustiça social e ambiental. Analisar quem é a população que está ocupando as periferias e em qual situação ambiental estas se encontram, mostra o quadro de segregação urbana no Brasil e no restante da América Latina. Essa população está submetida, principalmente, a questões que envolvem a má gestão dos resíduos sólidos e poluição do solo e do ar, remetendo à denúncia de racismo ambiental que deu origem ao movimento nos Estados Unidos.

A questão do racismo tem uma complexidade que varia de país para país e de região para região neste universo muito heterogêneo que é imprecisa e eurocentricamente denominado “América Latina”; mas, obviamente, está presente também aí. Seja o destino da parte dos pobres urbanos nas cidades brasileiras (principalmente aqueles fenotipicamente afrodescendentes) que, nos maiores centros urbanos, ganham a vida coletando lixo em “lixões”; sejam as pessoas derogatoriamente chamadas de “*cabecitas negras*” que nas periferias e villas de Buenos Aires [...] sofrem um enorme *sufrimiento ambiental* devido à contaminação do ar, da água e do solo com metais pesados: nesses e em outros muitos casos, o waste dumping está no cerne de um quadro de injustiça ambiental que muitas vezes é trágico nas cidades latino-americanas (Souza, 2019, p.150).

Considerando a justiça ambiental como uma “espacialização da justiça distributiva”, Lynch (2001) aponta questões da “propriedade e do acesso” como

centrais para compreensão do movimento e que tem fortes rebatimentos urbanos. Destaca, ainda, três pontos principais da agenda da justiça ambiental: i) a monetarização da natureza, considerando a os lucros advindos da exploração de elementos naturais do planeta e da distribuição espacial de sua degradação; ii) a privatização do espaço que impede os seres humanos tenham o mesmo acesso à “paisagens e ecologias”; e, por fim, iii) a relação entre a instalação de atividades poluidoras e a população que ocupa e circula nestes locais, no qual são reproduzidas desigualdades de classe, gênero e raça.

Lynch (2001) aponta que a preocupação higienista e sanitarista do planejamento urbano latino-americano do século XIX, tem sido ressignificada e avaliada dentro do escopo da luta por justiça ambiental. O próprio modelo de industrialização da América Latina, subserviente aos mercados do Norte Global, expõe desigualdades de nível global e local.

Esses riscos [ambientais] não estão confinados às megacidades de cada região, mas são experimentados nas cidades menores e nas franjas do perímetro urbano, onde as indústrias mais frequentemente se localizam. Os perigos ambientais associados a essas indústrias podem ser concebidos como subprodutos importados do comércio internacional de substâncias tóxicas e das transferências de tecnologia. Alguns desses perigos ambientais são experimentados por todos os habitantes urbanos (por exemplo, a poluição generalizada do ar, como em Santiago do Chile, Quito e Cidade do México). Outros são experimentados localmente, mais frequentemente em bairros mais antigos de moradia de classe trabalhadora e em assentamentos informais mais novos. (Lynch, 2001, p.60).

Um outro aspecto da desigualdade ambiental urbana está relacionado com a criminalização das moradias precarizadas, que envolve a culpabilização das comunidades pela degradação do meio onde vivem. A questão das áreas de proteção ambiental surge como “uma expressão perigosamente vaga enquanto não for esclarecida adequadamente a questão de qual ambiente deve ser protegido, como e em benefício de quem” (Souza, 2019, p.154). Compans (2007), ao analisar ocupação dos morros na cidade do Rio de Janeiro, observou que a legislação ambiental que, a princípio, tornou possível a ocupação dessas áreas ao limitar seu alcance pelo mercado imobiliário, foi acionada de maneira oposta quando os interesses financeiros

mudaram: para remoção das favelas foi difundido o discurso que as colocava como fonte da degradação da natureza, em contraponto com a ocupação por parte do mercado imobiliário, que por ser organizada, permitiria a proteção dos morros.

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas [de proteção ambiental] tornam-se, assim, um elemento crucial para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou margens de corpos hídricos, o que pode determinar sua permanência ou remoção. É forçoso constatar que, se em um primeiro momento, ao definir as encostas como áreas a serem protegidas, a legislação ambiental acabou por facilitar sua ocupação pelos pobres, face ao desinteresse do mercado imobiliário, em um segundo vem proporcionando uma nova justificativa para a contenção ou mesmo a remoção destes assentamentos informais. À delimitação administrativa das unidades de conservação ambiental soma-se a difusão da percepção – legitimada pelo discurso técnico-científico – de que a favela constitui um risco para a coletividade, seja pela possibilidade de ocorrência de desastres naturais, seja pelas características próprias da ocupação – como a falta de saneamento e a elevada densidade populacional –, enquanto fatores de degradação do meio ambiente urbano (Compans, 2007, p.84).

Desta forma, a partir do discurso sustentável hegemônico os interesses do mercado são assegurados, prevalecendo sobre o interesse da população vulnerabilizada sob a ideia de “meio ambiente único e risco único” (Acsehrad, 2007). Ao mesmo tempo em que se difunde a ideia de política ecologicamente responsável aprovam-se projetos e medidas que podem, inclusive, aumentar a degradação da natureza e piorar as condições de vida da população.

2.4 CAPITALISMO VERDE E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA

Conforme exposto anteriormente, a preocupação com a crise ecológica acentuou-se ao final da década de 1960 e consolidou-se na agenda internacional a partir das conferências ambientais realizadas pela ONU na década seguinte. A partir disso, o entendimento dos limites físicos da natureza e das consequências da exploração capitalista, promoveu uma transição, no campo do discurso e das políticas públicas, para um modelo de desenvolvimento sustentável.

A discussão sobre a interferência do sistema de produção e consumo de bens sobre os meios naturais e assentamentos humanos em áreas urbanas, foi motivada por um cenário de grande degradação ambiental. Tal cenário foi marcado pela poluição dos recursos hídricos e do ar, a devastação de florestas e solos, o aquecimento global e deterioração da camada de ozônio e o aumento da precariedade e pobreza (Leff, 2006).

Na década de 1970, a crise do petróleo promoveu uma mudança profunda no sistema econômico global. De acordo com Klink e Souza (2017), a instabilidade e volatilidade econômica da época tornou-se norma para os anos seguintes e o sistema financeiro adaptou-se à realidade das taxas de câmbio flutuante.

Além disso, a liberalização dos mercados de capitais e a criação de novas engenharias financeiras, como a securitização e a crescente influência dos agentes financeiros sobre o desenho da política macroeconômica de viés monetarista, constituíram um ambiente propício à circulação internacional de fluxos financeiros em escala relativamente inédita. Tal penetração das finanças no mundo industrial-fordista também transformou uma lógica até então pautada por estabilidade e previsibilidade. As finanças e a antecipação de fluxos de renda futura para o presente (a chamada capitalização) facilitaram a reestruturação da economia para um sistema mais flexível (Klink e Souza, 2017, p.382).

Somado a isto, com o fim das economias socialistas fortaleceu-se uma ordem neoliberal unificadora, planificadora das diferenças econômicas e culturais entre os países centrais e periféricos, agora “atravessados pelas tensões geradas pelas tendências homogeneizadoras da razão econômica” (Leff, 2006, p.407). A mudança também foi sentida nas relações com o Estado. Klink e Souza (2017) destacam que houve um recuo do Estado na oferta de serviços públicos, na mesma medida em que aumentou o acesso ao crédito por parte da população, transferindo a responsabilidade pelo financiamento de bens públicos para o indivíduo.

No campo da governança urbana, Harvey (2006) aponta a transição de um modelo de Estado administrador para o empreendedor, a partir da ideia de que “os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (Harvey, 2006, p.167). A mudança na forma de governar as cidades está ligada às crises econômicas e

transição para um modelo de financeirização, no qual o Estado não é mais capaz de “controlar o os fluxos financeiros das empresas multinacionais, de modo que o investimento assume cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais” (Harvey, 2006, p.168).

A financeirização da economia, conforme aponta Barreto (2020) é parte do regime de expansão do capitalismo, que assume “formas abstratas” para garantir a acumulação. Desta forma, a própria natureza também é incluída neste processo, sendo classificada enquanto ativo financeiro.

A natureza passa a ser capitalizada em função do retorno que se espera que produzam, e todas as relações territoriais são reduzidas a esta unidimensionalidade econômica. A efetivação deste salto qualitativo, a conversão de commodities em uma classe de ativos, ativos financeiros, exige um esforço de homogeneização da produção, classificação, avaliação, toda uma transformação em sua cadeia que afeta uma série de relações sociais. Entender como esses processos se efetivam é essencial para resistir a este avanço do capital (Barreto, 2020, p.10).

Do ponto de vista individual, a financeirização prevê uma certa compensação monetária para acesso à natureza que sempre esteve disponível. El Khalili (2018) aponta que o acesso à água potável, ao ar limpo, à terra e às florestas fica condicionado às comunidades mediante pagamento, sob a justificativa de que esse capital seria revertido para a preservação da natureza.

Alegam que estão financiando a transição de uma economia marrom (degradadora) para a “economia verde”. Dizem que não existe alternativa, senão a de tornar financeiro o que é eminentemente econômico. Confundem conceitos e posições para que a população, sensibilizada com as justas causas socioambientais e desavisada dos riscos, aceite o pacote financeiro imposto com a legalização da “agiotagem”. Juntamente com a “agiotagem institucionalizada”, promovem a legalização de outras práticas de crimes, como a biopirataria, o roubo de terras de povos indígenas e tradicionais, a expulsão de camponeses, o controle da água e do ar por oligopólios, a produção de alimentos industrializados, institucionalizando a “dependência da sobrevivência” da espécie humana e demais seres vivos (El Khalili, 2018, n.p.)

A financeirização da natureza e sua transformação em serviços que devem ser adquiridos é consequência do avanço de sua relação com o capitalismo. Moore (2022) aponta que, para além da degradação da terra promovida pelos sistemas de produção, o capitalismo utiliza a natureza como fonte de recursos e energia para a produção de mercadoria. A natureza “trabalha” para o capitalismo a baixo custo (Moore, 2022, p.133-134), de forma que, com o avanço da produção capitalista foram se esgotando também as fontes de “trabalho” natural. A financeirização da natureza é uma reação à finitude da fonte de trabalho natural que, agora limitada e encarecida, passa a ser incorporada na economia como serviço a ser pago.

Nas cidades, além da compensação financeira pelo que a natureza produz (água potável, ar respirável etc.), a financeirização também surge na criação de espaços privados e novos empreendimentos que tem como diferencial a qualidade ambiental. De acordo com Ferrara e Pereira (2023), a criação dos novos empreendimentos imobiliários se configura como uma “natureza terceira”, projetada para a obtenção de lucro, em contraponto com a “natureza segunda” – da cidade, ambiente construída – e da natureza primeira – fonte dos valores de uso.

Os espaços de natureza degradada nas cidades são agora ressignificados dentro do mercado imobiliário, que promove extensos projetos de recuperação e preservação a fim de expandir as fronteiras de sua capitalização, utilizando como justificativa a sustentabilidade e o discurso verde.

Essa narrativa hegemônica de sustentabilidade na era da financeirização esconde o entendimento de que a reprodução do capital fictício, sob o domínio da acumulação pela lógica do financeiro, estabelece outro metabolismo com a natureza e as leis naturais da vida. O capital fictício decorre do direito de propriedade que confere ao proprietário do título a estação de rendas futuras ampliadas, trazidas a valor presente (Ferrara e Pereira, 2023, p.128).

A narrativa do capitalismo verde é construída de forma a possibilitar essas novas formas de monetarização da natureza e chancelada dentro das agendas internacionais. Conforme aumenta a disputa pelo espaço dentro das cidades, a reinvenção de áreas indesejadas sob o novo prisma da sustentabilidade garante a manutenção das formas de produção e atende aos interesses de mercado.

A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL ECOLÓGICA

Curitiba se projeta no cenário nacional e internacional como caso de sucesso na área de planejamento urbano, alcançando a alcunha de “cidade modelo”. A partir da centralização do planejamento no papel dos técnicos – em especial do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) -, a cidade acumulou slogans que reforçam seu diferencial frente as demais, como “capital ecológica”, “capital social” e mais recentemente, “*smart city*” e “capital sustentável”.

Entretanto, mais do que um esforço de ordem meramente técnica, o diferencial do planejamento urbano curitibano está no fato de que este foi realmente implantando, enquanto na maior parte do país os planos mal saíram do papel (Oliveira, 2000). A execução deste planejamento deve-se a dois fatores principais: a manutenção de um mesmo grupo político no poder municipal e a conciliação entre as ações da prefeitura e os interesses do empresariado local (Moura e Kleinke, 1999; Oliveira, 2000; Sánchez, 2010). Em paralelo, um forte trabalho de *city marketing* desenvolvido pela prefeitura e canais de mídia, se empenhou em garantir alcance e longevidade à imagem de Curitiba enquanto modelo de urbanização, validado por agências multilaterais e premiações internacionais.

A partir da década de 1990, a questão ambiental foi acrescentada ao imaginário da cidade-modelo. No período da última gestão de Jaime Lerner, o aumento da quantidade áreas verdes por habitante, a implantação de programas de educação ambiental e os programas de gestão de resíduos sólidos tornaram-se destaques na construção de uma nova imagem para Curitiba: a de “Capital Ecológica”. Esta imagem, alinhada na época de sua criação com os princípios de desenvolvimento sustentável promovidos pela ONU na Rio-92, tem sido atualizada e reinventada desde então, ganhando nova força com o aumento do debate público referente às mudanças climáticas.

Entretanto, as imagens de cidade-modelo e capital ecológica, escondem contradições do modelo de planejamento urbano curitibano, que falham em atender o território e maneira igualitária. À população empobrecida cabe a ocupação de áreas periféricas e indesejadas pelo mercado imobiliário, como áreas de proteção ambiental desassistidas de infraestrutura (Silva, 2012). Há também discrepância entre a infraestrutura da cidade e dos demais municípios da região metropolitana, que concentram o crescimento populacional da região e abrigam a maior parte das

ocupações irregulares do aglomerado urbano. De tal forma que a “imagem de Curitiba só existe tal qual ela é precisamente devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa de sua manutenção” (Oliveira, 2000, p.180).

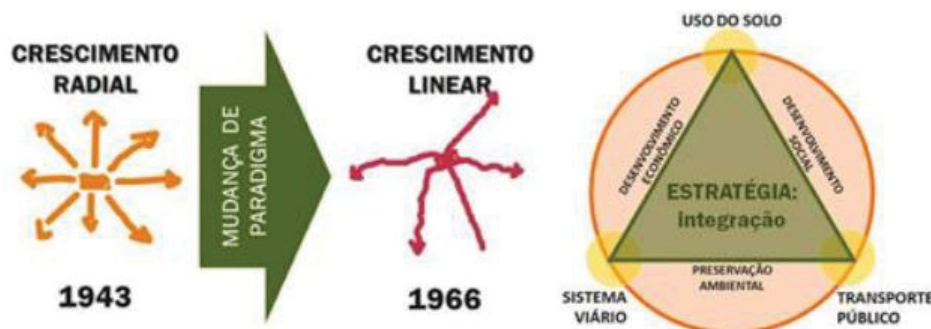
Neste capítulo serão analisadas as condições que tornaram possíveis a criação e a manutenção da imagem de Capital Ecológica ao longo dos anos e de que forma essa imagem se rebate no território. Para isto, será feito um breve resgate do histórico do planejamento urbano de Curitiba e do cenário político ao longo dos anos, fator importante para o sucesso do modelo de planejamento urbano. A partir disso, serão resgatadas as principais políticas ambientais e de que forma estas foram se alterando a partir das agendas internacionais de sustentabilidade, construindo, desta forma, a imagem de “Cidade Ecológica” presente até hoje.

2.5 PLANEJAMENTO, POLÍTICA E MARKETING

O planejamento urbano de Curitiba é formalmente iniciado com trabalho do arquiteto francês Alfred Agache, a partir da elaboração de um plano diretor encomendado pela prefeitura em 1942. O Plano Agache, como ficou conhecido, foi elaborado de acordo com os ideais do urbanismo modernista, pensando o espaço urbano a partir de setores dedicados a funções específicas, como trabalho, lazer e habitação. Não foi implantando em sua totalidade devido a rigidez de suas diretrizes, que eram incompatíveis com o crescimento urbano observado na cidade – principalmente com o aumento de loteamentos irregulares – e dos problemas estruturais no centro da cidade – inundações, vias estreitas, tráfego pesado e construções em decadência (Oliveira, 2000).

A segunda tentativa de elaboração de um plano de setorização ocorre em 1965, com o Plano Preliminar de Urbanismo elaborado pela equipe de Jorge Wilhem que posteriormente subsidiou o Plano Diretor em 1966. Também em 1966 foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, que se ocupou do desenvolvimento, implantação e gerenciamento do plano diretor (IPPUC, 2002). A partir de então, consolidou-se o modelo de urbanização baseado no tripé - transporte, sistema viário e uso do solo – e na criação dos eixos estruturais, que organizavam o adensamento da ocupação a partir de eixos de transporte público na cidade.

FIGURA 1 –MUDANÇA NO PARADIGMA DE PLANEJAMENTO EM CURITIBA



Fonte: Curitiba (2019)

O Plano Diretor de 1966 começou a ser implantado a partir de 1971, época do primeiro mandato de Jaime Lerner. Foi nesta década que a imagem de Curitiba enquanto cidade modelo começou a ser propagada a partir das principais intervenções previstas pelo Plano Diretor (Oliveira, 2000; Sánchez, 2010). Dentre elas destaca-se a implantação dos eixos estruturais com as linhas de transporte público do Sistema Trinário, os primeiros grandes parques públicos e o projeto da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Na década de 70 consolida-se então a ideia do urbanismo como modernizador de Curitiba, a partir de intervenções que visavam “equipar a cidade” (Oliveira, 1996). Tem início, também, a construção de uma imagem para a cidade que evocava ideias de “inovação, modernidade, eficiência, simplicidade e baixo custo” e que colocam Curitiba como modelo a ser reproduzido por outras cidades (Sánchez, 2010). Quando aos fatores que permitiram o sucesso do *city marketing*, Sánchez destaca:

- A construção de uma coalização de interesses das elites empresariais e políticas em torno do projeto de cidade;
- A construção de um arcabouço institucional orientado à implementação do plano e viabilizado pela identificação desse e de seus principais atores com ideário desenvolvimentista e tecnocrático do governo central autoritário das décadas de 1960 e 1970;
- A articulação]ao entre política, cultura, mídia e planejamento para a construção de uma imagem de cidade-modelo, com a difusão dessa imagem em escalas variadas por meio do city marketing;
- A identidade desse projeto com o ideário associado a uma agenda global para as cidades, difundida na década de 1990 pelas agências multilaterais em escala internacional (Sánchez, 2010, p.146).

Apesar do sucesso das primeiras obras, a implantação do Plano Diretor exigia intervenções que levariam mais de um mandato para serem concluídas devido ao escopo de sua implantação. Desta forma, destaca-se outra característica que possibilitou a viabilidade da cidade-modelo: a continuidade política (Moura e Kleinke, 1999; Oliveira, 1996, 2000; Sánchez, 2010). O grupo político de Jaime Lerner permaneceu no poder por mais de vinte anos no período de 1971 a 2004, tendo o próprio Lerner ocupado o cargo de prefeito por três mandatos (Quadro 1) e de governador do Paraná de 1994 a 2002.

QUADRO 1 – LISTA DE PREFEITOS DE CURITIBA

Mandato	Prefeito	Partido
1971 – 1974	Jaime Lerner	ARENA
1975 – 1979	Saul Raiz	ARENA
1979 – 1983	Jaime Lerner	PDS
1983 – 1985	Maurício Fruet	PMDB
1986 – 1988	Roberto Requião	PMDB
1989 – 1992	Jaime Lerner	PDT
1993 – 1996	Rafael Greca	PDT
1997- 2000 e 2001 – 2004	Cássio Taniguchi	PDT
2005 – 2008 e 2009 – 2010	Beto Richa	PSDB
2010 – 2012	Luciano Ducci	PSB
2013 – 2016	Gustavo Fruet	PDT
2017 – 2020 e 2021 a 2024	Rafael Greca	DEM / UNIÃO / PSD

Fonte: Prefeitura de Curitiba (s.d.)

Oliveira (2000) ainda destaca que mesmo o prefeito de oposição, Maurício Fruet (1983-1985), pouco pode fazer dentro de sua gestão. O que ocorreu foi apenas uma continuidade da linha de ação da gestão anterior, na qual Fruet acrescentou pautas sociais e administrativas.

Em 1985, Jaime Lerner perde a disputa eleitoral contra o candidato Roberto Requião (PMDB), nas eleições diretas, rompendo com a sucessão do grupo político já consolidado. Entre os motivos para a vitória, estavam o apoio oferecido pelo então governador do Estado, José Richa, e pela oposição do PMDB à ditadura militar (Galindo, 2015). A gestão de Requião se afastou do planejamento urbano e da

imagem do líder tecnicista para adotar uma abordagem participativa, investindo em programas sociais e na descentralização da administração (Sánchez, 2010).

Em 1988, Maurício Fruet tenta retornar à prefeitura disputando com Algaci Túlio (PDT), Enéas Faria (PTB), Aírton Cordeiro (PFL) e Claus Germer (PT). A princípio Fruet estava à frente nas pesquisas eleitorais, no entanto em novembro três candidatos (Algaci Túlio, Aírton Cordeiro e Enéas Faria) desistiram da disputa eleitoral para favorecer a entrada de um novo concorrente: Jaime Lerner (Félix, 2012). Em apenas 12 dias de campanha Lerner virou a disputa eleitoral e foi eleito prefeito de Curitiba pela terceira vez.

Conforme aponta Oliveira (2000), a derrota do candidato do PMDB na disputa eleitoral de 1988 foi um dos eventos que consolidaria a postura tecnocrática da administração municipal. O afastamento de Requião do planejamento urbano é apontado como um dos fatores para sua derrota, em um cenário no qual imperava “a mística da tecnocracia como instrumento de realização de uma administração “científica” e pretensamente “apolítica” (Oliveira, 2000, p.58). Félix (2012) também destaca o desgaste político enfrentado pelo PMDB por todo o Brasil, principalmente por conta da hiperinflação do período.

O caráter racional e tecnicista do planejamento urbano curitibano difundido pelo marketing urbano, foi reforçado na figura do prefeito-arquiteto, Jaime Lerner. Ao longo de seus três mandatos, prevaleceu a crença no trabalho eficiente dos técnicos em detrimento da participação popular. Frey (1996) destaca que a rapidez das intervenções era colocada acima das demandas populares, como forma de manter o planejamento urbano “apolítico”. Explica:

A participação da população no diagnóstico de suas necessidades, ou na definição das prioridades políticas, é muito restrita ou inexistente [...]. Segundo representantes do governo, uma participação mais ampla só levaria a discussões intermináveis, o que impossibilitaria uma ação rápida e eficiente do poder público (Frey, 1996, p. 111).

A figura de Jaime Lerner é sempre associada com o sucesso das soluções curitibanas, focando em sua eficiência e criatividade enquanto prefeito. Essa construção de imagem do prefeito está relacionada com a despolitização da cidade e com a centralização das soluções por parte dos planejadores da prefeitura (Sánchez, 2001). Desta forma, cria-se um consenso de cidade onde no qual prevalece a crença

de que os interesses e necessidades da população estão em alinhados com o projeto oficial de cidade.

Pode-se identificar, também nessa tentativa de construção do líder empreendedor local carismático e midiático, a investida na despolitização do governo da cidade, esvaziando inclusive o papel dos partidos políticos na definição dos projetos de cidade. A liderança urbana encara a trégua e o consenso em torno de um projeto de cidade, desse modo, procura-se situá-la acima dos partidos e das paixões. Os confrontos partidários não convêm a essa orientação [...] (Sánchez, 2001, p.468).

Estabelece-se, portanto, um ciclo de reprodução no qual a manutenção do governante atrelado ao sucesso da cidade – e de seu grupo político, por extensão, é considerada como essencial para a garantia do futuro da cidade. Conforme argumenta Dias (2006):

Há, a princípio, mais sucesso em discursos e propostas que partem de vozes já autorizadas e reconhecidas sejam técnicas ou políticas. Se o ambiente, então, for de uma cidade já reconhecida como espetáculo, na qual o city marketing já tenha produzido bons efeitos anteriores, a possibilidade de sucesso é maior, pois, ao produzir um objeto de consumo arquitetural, produz-se também a sua forma de consumo, em conformidade com a ideologia vigente (Dias, 2006, p.93).

Com as principais obras de infraestrutura realizadas nos mandatos anteriores, o terceiro mandato de Jaime Lerner foi focado no desenvolvimento de políticas ambientais (Sánchez, 2001; Kozel, 2018). Foram implantados grandes parques para contenção de enchentes e criados dois programas ambientais e grande repercussão: o Lixo que não é lixo e o Câmbio Verde. Neste período também foram criados os projetos que ainda hoje são considerados como marcos da identidade urbana de Curitiba, como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Rua 24 Horas e o Mercado Municipal.

Os sucessores de Jaime Lerner, Rafael Greca (1993 a 1996) e Cássio Taniguchi (1997 a 2000) seguiram os passos do prefeito arquiteto e mantiveram grande parte do quadro técnico já existente (Oliveira, 2000). Quanto ao mandato de

Greca, Oliveira (2000) destaca dois desdobramentos que se assemelham àqueles percebidos no governo de Jaime Lerner:

O primeiro é que continua a ênfase na política ecológica e na realização de obras de grande efeito visual, de aparência marcadamente espetacular, como no caso dos Faróis do Saber e das Ruas da Cidadania do prefeito Rafael Greva. O segundo é que, a despeito do esgotamento do plano diretor, persiste a mística de uma cidade planejada, que tem seu crescimento orientado por planejadores competentes e suas políticas públicas definidas de forma pretensamente racional e objetiva, como se repetiu a exaustão durante a campanha eleitoral do atual prefeito. (Oliveira, 2000, p.59)

Tal constatação revela um cenário que se repetiria nas gestões seguintes: a reconstrução de novas imagens para Curitiba através do resgate de obras já consolidadas do passado que se somam com políticas pontuais do governo vigente. Desta forma, a alcunha de cidade-modelo é sempre acionada na criação de novos títulos, cancelados pela mídia, prefeitura municipal e por agências internacionais.

A constatação das transformações extremamente ágeis pelas quais passa, a cada período, a imagem – mito de Curitiba, sendo reciclada e incorporando necessariamente novos conteúdos para a preservação de sua posição hegemônica frente a outras imagens da cidade. [...] A imagem de Curitiba é construída a partir da sobreposição de símbolos, resignificando projetos e intervenções anteriores na tentativa de reciclar a imagem para um novo momento da cidade-mercadoria (Sanchez, 1997, p.23; p.40)

É a partir das intervenções realizadas nesse momento político a imagem de Curitiba como cidade racionalmente planejada culmina na imagem de “cidade modelo” promovida pelo marketing urbano. Para Sánchez (2001), o *city marketing* é estratégia essencial em um cenário no qual a cidade é tratada como mercadoria e objeto de consumo. Na América Latina, particularmente, a autora concorda com Harvey (2006) e argumenta que o *city marketing* parte da ideia de que é preciso “vender” a cidade, superando as demais que estão em competição. De forme que:

“Colocar as cidades no mapa do mundo” passou a ser uma meta recorrente dos governos locais, um objetivo ordenador das “ações estratégicas” que concentram na cidade-mercadoria a possibilidade de “transcender as crises” produzidas pela reestruturação econômica e de construir um futuro de progresso e recuperação econômica sintonizado com as exigências da nova ordem mundial, de modo a viabilizar o crescimento econômico em novos parâmetros (Sánchez, 2001, p.51).

Em 2000, o candidato da sucessão de Jaime Lerner, Cássio Taniguchi concorreu a reeleição em disputa com o candidato Ângelo Vanhoni, do PT. A apertada vitória de Taniguchi foi um ponto de virada para a imagem de Curitiba, que passou a se valer do discurso de “Capital Social”. Segundo Sánchez (2001), a mudança ocorreu como resposta direta a campanha de Vanhoni, focada em programas sociais e no combate à desigualdade, principalmente nas regiões periféricas.

Taniguchi argumentava que a maioria dos problemas de infraestrutura da cidade já haviam sido resolvidos e que agora a cidade poderia focar em programas sociais.

Com visão estratégica que lhe garante o domínio sobre o seu processo de crescimento, Curitiba é, de longe, a capital brasileira que mais rapidamente pode vencer os desafios sociais dos próximos anos. Isso porque aqui eles são menores e porque as bases sobre as quais estamos propondo os avanços são mais sólidas do que nos outros grandes centros urbanos do país. Fazer de Curitiba a capital social do país é, assim, uma proposta e uma determinação que podemos assumir com a segurança de quem já fez uma parte fundamental da tarefa (Taniguchi, 2000).

A disputa acirrada entre os dois candidatos acaba reforçando os elementos do city marketing curitibano. O candidato Cássio Taniguchi evocava a eficiência de gestões anteriores em colocar Curitiba no “mapa” e destacava a importância da manutenção do poder para que o modelo tivesse continuidade.

O constante resgate da história e da eficácia do planejamento urbano de Curitiba, transformado ele mesmo em um modelo, de certo modo explicitou sua concepção – usual em tantas cidades – como instrumento de consolidação das relações com o mercado internacional, sujeito à lógica dos agentes financeiros multilaterais. Por sua vez, enalteceu a

competitividade em vez da equidade as perspectivas economicamente promissoras, por ele abertas, em vez da legitimidade que deveria buscar por meio de políticas públicas voltadas aos interesses da sociedade (Moura; Kornin, 2001, p.69-70).

Ao final da campanha eleitoral, conforme apontam Moura e Kornin (2001), Taniguchi passa a incorporar pautas sociais dentro de suas propostas para a prefeitura, ao mesmo tempo que reforça a ameaça que a ruptura política poderia trazer para Curitiba.

A inserção do social no discurso se torna mais enfática no final da campanha. Num dos últimos programas, Marina Taniguchi, esposa de Cássio, fala dos projetos sociais da Prefeitura e, após pedido de voto, preconiza: “Curitiba será cada vez mais exemplo de justiça social e respeito pelas pessoas” [...]

E mais, num comercial do candidato, uma bandeira branca se transforma em vermelha medida que se fala em off: “Nos últimos quatro anos, Curitiba viveu em paz. Atraiu investimentos, progrediu. Tornou-se humana e justa. Sem greves, em tumultos, sem agitações. Você sabe como isto é importante. Agora imagine Curitiba dominada pela agressão, pela intolerância, pelo radicalismo político. Os curitibanos amam Curitiba e vão protegê-la (Moura e Kornin, 2001, p.71-72)

A partir de então, o discurso defendido pela prefeitura destaca uma mudança de paradigma que colocava a comunidade como participante ativa, valorizando a “autossustentabilidade, a visão sistêmica e a sintonia com a sociedade” (FAS, 2003). A gestão de Taniguchi também foi responsável pela revisão do plano diretor em 2004, atendendo as exigências do Estatuto das Cidades. O Plano reforça o modelo de planejamento previamente estabelecido, inclusive reforçando a importância dos setores estruturais e do modelo de transporte criados em 1966.

A disputa eleitoral de 2012 representa uma nova ruptura na sucessão política da cidade com a eleição do candidato de oposição, Gustavo Fruet (PDT). A gestão de Fruet foi responsável pela revisão do Plano Diretor em 2014, que apresentou uma estratégia de participação popular mais robusta quando comparada às anteriores, ainda que limitado a audiências públicas nas Regionais da cidade. O mandato de Fruet é marcado por uma crise no transporte público: o então governador do Paraná, Beto

Richa, não renovou os subsídios que financiavam parte da operação do transporte público, ocasionando no fim da integração do transporte entre Curitiba e os municípios da região metropolitana. No fim, o desgaste político resultou em uma taxa de desaprovação de 63% por parte da população (Bordin, 2016). Fruet não foi reeleito na disputa seguinte, sendo substituído pelo candidato Rafael Greca.

Com o retorno de Rafael Greca à prefeitura em 2017, um novo ciclo de reproduções da imagem de Curitiba se inicia: focado em soluções voltadas à tecnologia da informação sob a marca de *smart city* e nas políticas ambientais, agora apropriando-se do debate sobre as crises climáticas, renovando a ideia de capital ecológica. Sánchez explica o fenômeno da seguinte forma:

Em sintonia com a cultura urbana global e com os novos projetos de reestruturação de desenvolvimento locais, novos valores são incorporados no discurso oficial sobre a cidade, para rejuvenescê-lo e para manter o status nacional e internacional do projeto. Não obstante, essa renovação é cautelosa, sempre procurando manter algumas matrizes consagradas em outros períodos [...] A produção dessas sínteses expressivas corresponde à estratégia de mobilização de determinadas energias – sobretudo dos setores dominantes da sociedade – para a sustentação da nova imagem, com um forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso dos espaços (Sánchez, 2010, p.195-196).

Essa renovação da marca da cidade é, portanto, parte do ciclo do marketing curitibano, que ressignifica imagens anteriores de forma a manter-se atualizado com os interesses de mercado a ampliar as frentes para investimentos.

2.6 BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Curitiba incorpora cedo o discurso de sustentabilidade urbana dentro de seu planejamento urbano. A imagem de capital ecológica é propagada a partir dos anos 90, esforço da prefeitura municipal e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e embasada por uma premiação da ONU, recebida em 1993 que reconhece as soluções ambientais como inovadoras (Kozel, 2018; Sánchez, 2001). A partir de então, o selo de “capital ecológica” é incorporado definitivamente no discurso da cidade, e propagado a despeito das mudanças de gestão.

As primeiras intervenções referentes ao meio ambiente acontecem, no entanto, na década de 70 durante a primeira gestão Lerner. Na época, Curitiba era uma cidade pouco arborizada, contando com 0,5m² de área verde por habitante (Trindade, 1997). A gestão Lerner iniciou um extenso plantio de árvores na cidade desenvolvido não apenas pelo poder público mas também com incentivo à participação popular a partir de um programa de doação de árvores que também incentivou a criação dos hortos municipais. De acordo com Trindade (1997), neste período cerca de 60 mil árvores foram plantadas na cidade. A gestão também criou a Comissão de Áreas Verdes, responsável pela preservação e fiscalização da nova arborização pública.

Em relação as áreas verdes públicas, na gestão Lerner foram criados os dois primeiros parques urbanos: o Parque Barigui e o Parque São Lourenço. A gestão Saul Ruiz deu continuidade ao trabalho de seu antecessor e implantou mais dois: o Parque Iguaçu e o Parque Barreirinha, somando 10 milhões de m² de área verdes (IPPUC, 2000). A criação do Parque Iguaçu foi possível a partir da criação do Decreto 400/76, que criou os Setores especiais de preservação de fundos de vale e permitiu que a área fosse desapropriada. Na década seguinte, foram implantados novos parques com destaque para o Parque Tingui e Parque Caiuá, criados para preservação do Rio Barigui e de área de fundo de vale, respectivamente. Cabe destacar que no caso do Parque Tingui, a prefeitura fez parceria com a iniciativa privada, que doou uma área de 380mil m² em troca da permissão para construção de condomínios residenciais no entrono do parque (IPPUC, 2000).

Em 1986 é criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), a qual ficou responsável pela elaboração das políticas ambientais no município, e pela manutenção das áreas verdes através de limitações nos parâmetros construtivos previstos pelo zoneamento e a redução do IPTU para empreendimentos que preservassem a vegetação nativa. De acordo com Oliveira (2000), a criação da SMMA foi possível por conta de um grande volume de recursos recebidos, inclusive internacionais, o que moldou a operação do planejamento urbano.

[...] A agência mais influente do período 1989-1992. Não foi certamente por acaso que a partir daí a ênfase da terceira administração Jaime Lerner se deslocou do planejamento urbano para as questões ambientais (Oliveira, 2000, p.105).

A SMMA foi responsável, em 1989, pela criação de dois dos programas ambientais com maior reconhecimento em Curitiba, e que permanecem ativos atualmente: O programa Lixo que não é Lixo e o Câmbio Verde. O programa Câmbio Verde, é um desdobramento de um projeto anterior, conhecido como “Compra do Lixo”, no qual população poderia trocar sacos de lixo por passagens de ônibus. No caso do Câmbio Verde, a troca se dava por produtos de hortifruti produzidos no entorno da cidade.

O objetivo deste programa era possibilitar a coleta de lixo dentro de comunidades irregulares, que não possuíam infraestrutura adequada para a circulação dos caminhões de recolhimento dos resíduos. Desta forma, os próprios moradores levavam os resíduos para pontos de coleta pré-definidos (IPPUC, 1989). A respeito da elaboração do programa, a SMMA descreve que:

[...] O acúmulo de lixo a céu aberto era muito grande, uma solução teria que ser encontrada com urgência, o Sr. Prefeito Jaime Lerner tomou a seguinte decisão: pediu a SMMA para calcular o custo por kg pago à empresa, na coleta pelo sistema convencional e se pagasse o mesmo valor aos moradores que levassem o lixo doméstico até um local onde fosse possível sua coleta (IPPUC, 1989).

O trecho acima, para além de ilustrar o contexto da criação do programa, indica que as ocupações irregulares e sua falta de infraestrutura já eram uma questão analisada pela prefeitura de Curitiba, muito embora o discurso oficial omita essa impressão. Há também uma personalização do trabalho do poder público na figura de Jaime Lerner, o que facilita propagação das imagens construídas da cidade.

O segundo programa, Lixo que não é Lixo, é voltado para a educação ambiental, de forma a incentivar a população na separação os resíduos orgânicos dos recicláveis, oferecendo coleta diferenciada para ambos. Os materiais recolhidos deveriam ser processados por associações de catadores, ao invés de encaminhados para aterros. Desta forma, os objetivos iniciais do projeto eram:

1. A participação efetiva da comunidade nos cuidados com o meio ambiente;
2. A obtenção de recursos que irão incrementar os trabalhos de assistência social com a promoção de cursos profissionalizantes, tentando evitar o crescente contingente de mão-de-obra

- desqualificada atuando com atividades paralelas improdutivas e que em nada contribuem para o bem-estar do cidadão;
3. O aumento da vida útil dos aterros sanitários, já escassos por falta de áreas disponíveis, visto que apenas 20% do total do lixo coletado se constitui de materiais considerados como rejeito, ou seja, trapo, couro borracha, calça doméstica e outros materiais inaproveitáveis;
 4. Com a participação da Fundação Rural de Educação e Integração (FREI), que irá receber e processar o material reciclável coletado, estaremos contribuindo para que essa instituição possa implantar sistemas de transformação de alguns materiais, tais como papel e plásticos, formando mão-de-obra especializada. Dessa forma, aumentará a geração de recursos para obras de Assistência Social, considerando-se que, se vendidos como matéria prima, esses materiais alcançarão maior valor de venda se comparados ao valor da sucata (IPPUC, 1989)

A redação original do plano pela SMMA indica o esgotamento da capacidade dos aterros sanitários, que já era um problema na capital. Na época, foram recém desativados os aterros da Lamenha Pequena e da CIC, que haviam atingido a capacidade máxima, e portanto a prefeitura procurava novo local para disposição dos resíduos.

Na década de 90, foi estabelecida a Área de Proteção Ambiental (APA) do Iguaçu. De acordo com o IPPUC (2000), o projeto inicial previa a criação de um parque para contenção de cheias, em uma região ocupada pela população de baixa renda, além da criação de zoneamento que limitasse e ordenasse a ocupação do local. Além da APA do Iguaçu, foi estabelecida também a APA do Passaúna a partir do Decreto Municipal 80/1991, com o objetivo de preservar o manancial que abastecia parte da população de Curitiba e Região Metropolitana (IPPUC, 2000).

É também no início década de 90 que começa a se propagar o discurso de Curitiba como Capital Ecológica. A criação da imagem foi impulsionada, principalmente por premiação recebida pela ONU em 1990 pelos programas de educação ambiental. A partir daí, o poder público através de publicações do IPPUC incumbiu-se da tarefa de propagar a mensagem e criar a narrativa de Curitiba como cidade ecologicamente correta. No caderno “Memória da Curitiba Urbana” publicado em 1992 pelo IPPUC, a capital ecológica já aparece como conceito consolidado e indica que a preocupação ambiental sempre fez parte do planejamento de Curitiba,

revestindo obras anteriores como o sistema de transporte e o calçadão da Rua XV com roupagem ecológica.

Curitiba entendeu, por exemplo, que a qualidade de vida de seus habitantes estava relacionada com a quantidade de verde na cidade[...] Se esta foi uma decisão claramente vinculada ao projeto ecológico que se queria implantar, outras decisões não eram assim tão claras. Por exemplo: o que tem a ver com ecologia a implantação dos ônibus expressos? O calçadão da Rua XV só é ecológico por causa de suas floreiras? Até que ponto a Cidade Industrial é também uma obra ecológica? É esta interação entre política e desenvolvimento urbano e projeto ecológico que distingue Curitiba da grande maioria das cidades brasileiras. (IPPUC, 1992, p.4)

A publicação então segue descrevendo as políticas públicas de aumento de áreas verdes e criação de parques como parte de uma linha de pensamento que guia o planejamento urbano da cidade, no chamado “Escola de Urbanismo Ecológico de Curitiba”. Oliveira (2001) aponta a construção da capital ecológica como uma inversão, na qual a prática orienta o discurso ao invés do contrário, indicando que “a partir do discurso ambiental era a própria história da cidade que adquiria um novo sentido” (Oliveira, 2001, p.103).

Outro ponto de destaque na publicação do IPPUC é a sessão dedicada à explanação de premiações recebidas pela cidade. Conforme mencionado anteriormente, a premiação da ONU em 1990 foi um dos impulsionadores do discurso propagado pelo IPPUC. A publicação ainda destaca a escolha de Curitiba como sede do Fórum Mundial das Cidades, em 1992, e o reconhecimento por parte do Banco Mundial, como um legitimador do caráter ecológico da cidade.

As premiações internacionais e reconhecimento por parte da mídia e de agências multilaterais compõem grande parte do marketing urbano em Curitiba. Divulgadas principalmente pela própria prefeitura e pelo IPPUC, as premiações validam o modelo de Curitiba, garantindo sua visibilidade enquanto produto. No Quadro 2 apresentamos as principais premiações a partir da década de 1990.

QUADRO 2– PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Ano	Concedente	Premiação
1990	Japão – EXPO 90	Premiação pelo “alto grau de consciência ecológica”
1990	EUA – ONU UNEP	Prêmio máximo para o Meio Ambiente
1992	Brasil – ECO 92	Jaime Lerner recebe o prêmio “Honra ao mérito a prefeitos”
1992	EUA - ONU	Prêmio Habitat Scroll of Honour
1997	Alemanha	Prêmio World Habitat Awards
1999	Argentina	Prêmio Mercocidades de Ciência e tecnologia (concedido ao programa Olho D’água)
2000	Brasil – Centro Paranaense de Cidadania	Prêmio Dignidade Solidária – categoria Meio Ambiente
2008	Brasil - Agência Nacional das Águas	Prêmio Conservação e uso racional da água
2010	Suécia – Globe Forum	Prêmio Global Award Sustainable City
2010 e 2014	Siemens e The Economist	Prêmio City Index - Cidade mais verde e sustentável da América Latina
2012	Programa Nações Unidas pelo Meio Ambiente	Cidade modelo de economia verde
2012	Fórum Global sobre Assentamentos Humanos	Prêmio Global Green City Award
2013	ONU	Certificado Cidade Resiliente
2017	EUA – Revista Pnas	Líder em desenvolvimento sustentável no Brasil
2022	Canadá – Revista Corporate Kings	Cidade mais sustentável da América Latina

Fonte: Curitiba (2004, 2002); Instituto Municipal de Turismo (s.d.); Sánchez (2010).

Conforme Sánchez (2010), além de validarem o discurso oficial da cidade, as premiações internacionais também servem para que agências multilaterais definam as “boas práticas” em planejamento ao mesmo tempo em que “moldam uma agenda global para as ações urbanas e contribuem para a construção do mercado mundial de cidades” (Sánchez, 2010, p.334).

Nas gestões seguintes, o discurso ambiental é deixado de lado em prol de novas imagens da cidade, principalmente voltadas para a tecnologia e negócios.

Entretanto, na última década, com a intensificação do debate sobre emergências climáticas, há um retorno da ideia da Curitiba sustentável por parte da prefeitura.

No período de 2000 a 2005 houve redução de investimento em programas ambientais, e a prefeitura concentrou os recursos em obras recuperação hidrográfica e infraestrutura de saneamento básico para os bairros, enquanto programas já consolidados como o “Lixo que não é lixo” tiveram seus investimentos reduzidos (Silva, Rezende, Bollman; 2011). Em 2004 o Plano Diretor de Curitiba foi revisado de forma a se adequar ao Estatuto da Cidade, e a dimensão ambiental passou a fazer orientador da produção do espaço urbano, a partir de diretrizes de controle de atividades poluidoras, regularização de assentamentos precários em áreas de fragilidade ambiental e recuperação de áreas degradadas. Como consequência disso, em 2007, a prefeitura anunciou a criação do Programa Biocidade, projeto que teria vigência até 2020 e cujo objetivo era “A restauração e a conservação da biodiversidade local, o combate às mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental, social e econômica da cidade (Curitiba, 2010, p.1)”.

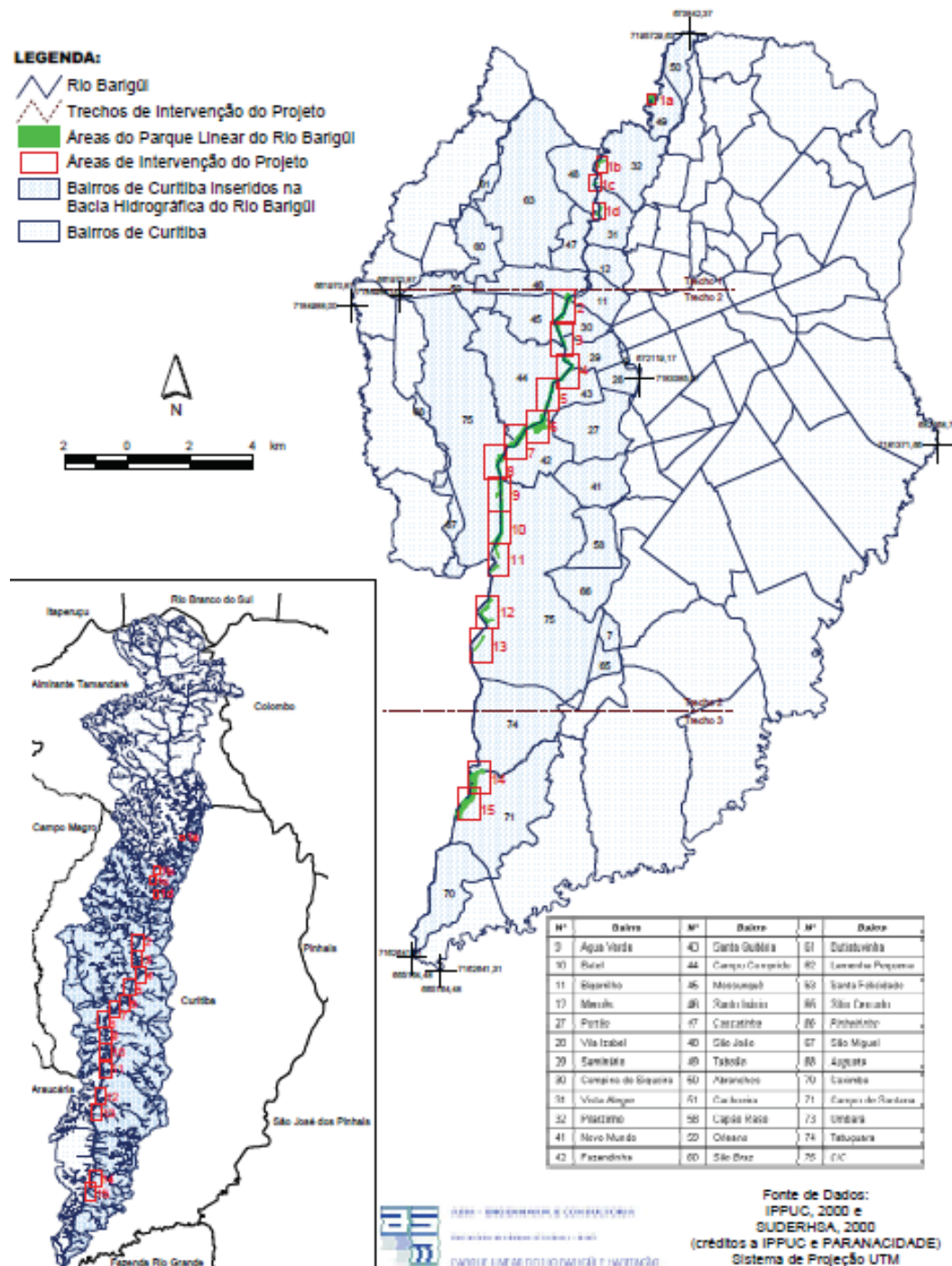
As diretrizes do programa estavam focadas em atender as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21, entretanto o escopo definido não se limitava apenas à preservação da natureza e apresentava uma concepção mais ampla de “meio ambiente”, no qual foram incluídos também o patrimônio cultural e edificado e a mobilidade urbana. O projeto Biocidade foi reconhecido em 2010 com, na Suécia, com o Prêmio Global Award Sustainable City (Quadro 2). Na ocasião da premiação, o então secretário municipal de relações internacionais, Eduardo Guimarães considerou o projeto como importante para o enfrentamento do aquecimento global e reforçou a importância da projeção que o projeto alcançou.

"Agora Curitiba fica com uma responsabilidade ainda maior, pois se a solução dos problemas de aquecimento global passa pelas cidades é somente nelas que teremos as soluções. Curitiba está sempre pronta para transmitir suas boas experiências a outras cidades do mundo, e aprender com programas de outras cidades. O importante é caminhar sempre em busca dos objetivos de um planeta mais limpo e verde" (Curitiba, 2010, n.p.)

Os principais produtos do Projeto Biocidade foram dois: a Linha Verde, que pretendia requalificar um trecho da BR-116, transformando-o em novo eixo de transporte público e o Projeto Viva Barigui.

O projeto Viva Barigui tinha como objetivo recuperar a bacia do rio Barigui, realocando famílias que moravam em área de proteção ambiental e promovendo ações de despoluição do rio e recomposição da vegetação local. Foi dividido em três trechos: o primeiro, parte do município de Almirante Tamandaré até o Parque Barigui; o segundo trecho, vai do Parque Barigui até o bairro CIC; e o último, do CIC até o encontro com o rio Iguaçu (Figura 2). O projeto também previa a criação de novos parques lineares ao longo do percurso do rio e ampliação dos existentes.

FIGURA 2 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO VIVA BARIGUI



Fonte: Froes (2018).

O Viva Barigui apresenta similaridades com o Projeto Bairro Novo do Caximba no que se refere a área de intervenção – embora o escopo do Viva Barigui fosse maior, conforme Figura 2 - e o duplo objetivo de recuperação ambiental e urbana. Em ambos os projetos houve esforço conjunto da prefeitura municipal, SMMA, IPPUC e COHAB para o reassentamento e urbanização da área. O Viva Barigui também foi o primeiro

projeto a contar com o financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). De acordo com a prefeitura, o financiamento obtido junto à AFD foi de R\$ 85 milhões.

Os resultados do Viva Barigui foram a criação de dois parques: nos bairros Fazendinha e CIC e o reassentamento de 750 famílias que ocupavam as margens do rio (Curitiba, s.d.). Com a proximidade do prazo previsto para o Projeto Biocidade, os projetos não finalizados foram transferidos para outras pastas dentro da prefeitura. A divulgação oficial do Viva Barigui foi diminuindo com o passar do tempo e, em 2019, o site oficial do projeto foi desativado, encerrando a participação do projeto do discurso midiático da cidade.

Em 2009 foi criado o Fórum Curitiba Sobre Mudanças Climáticas, que posteriormente aprovou um Plano de Ação e Estratégia para o município, com foco na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. O plano continha: inventário dos sumidouros do município; inventário das fontes de emissão de gases de efeito estufa; elaboração de estudo de vulnerabilidade ambiental e socioeconômica; e elaboração do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação à Mudança Climática (Curitiba, 2019). Este plano buscava alinhar as políticas ambientais de Curitiba com as normativas internacionais. Nos anos seguintes, Curitiba passou a integrar a rede C40 – organização global que reúne gestões municipais na tomada de ações para enfrentamento da crise climática – e participar da Conferência das Partes (COP) da ONU.

O Plano Municipal de Mitigação e Adaptação à Mudança Climática (PlanClima), foi elaborado em 2019. Está alinhado com o Acordo de Paris, de 2016, sobre as mudanças climáticas e da adesão de Curitiba, às recomendações do grupo C40 e da Agenda 2030, adotando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano engloba quatro componentes chave: i) neutralidade de carbono; ii) resiliência para os riscos climáticos; iii) governança climática e colaboração e iv) ação climática inclusiva (Curitiba, 2020). Sob as diretrizes do PlanClima, estão projetos voltados à eficiência energética e controle das emissões de carbono, gestão de resíduos sólidos e saneamento, produção alimentar e projetos de adaptação às mudanças climáticas. A participação dos financiadores internacionais um dos pontos chaves do plano, que traz como exemplo do Projeto Bairro Novo do Caximba.

Importante destacar que a mudança climática, além de se configurar como tema transversal às diversas políticas setoriais da cidade, tem se tornado dimensão-chave para a aprovação de programas e projetos junto a agentes de financiamento internacionais e nacionais. É o caso do Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba, de adaptação à mudança climática, para uma área de ocupação irregular na região sul da cidade (Curitiba, 2019, p.38).

O financiamento internacional tem sido o novo motor dos projetos ambientais de Curitiba. Na última gestão municipal, os principais projetos apresentados foram: Projeto Bairro Novo do Caximba (localizado no Caximba), a Reserva Hídrica do Futuro (localizados entre os bairros Umbará e Ganchinho), o Ecodistrito do Belém (nos bairros Uberaba e Boqueirão) e a Pirâmide Solar do Caximba (projeto pontual executado no antigo Aterro Municipal). O que se destaca, além da forma de financiamento, é a localização dos novos empreendimentos, na região sul/sudoeste da cidade. Estas regiões, marcadas pelas concentrações de ocupações irregulares e principal área de atuação da COHAB, não eram historicamente prioritárias nos projetos ambientais, que se concentravam na região norte. Na seção seguinte, discutiremos o processo de periferização que caracterizou a ocupação desta região e de que forma as questões ambientais surgem nessa região, de forma a compreender as motivações na mudança do foco das intervenções em Curitiba.

2.7 PERIFERIZAÇÃO E DESIGUALDADE AMBIENTAL

A imagem construída para Curitiba, muito focada no planejamento eficaz, na responsabilidade ambiental e no transporte público, contempla majoritariamente os bairros centrais e de maior renda da cidade. A questão habitacional, omitida no discurso oficial, pressiona a periferia e região metropolitana da cidade, e aproximam Curitiba das demais cidade brasileiras em seu processo de periferização.

As primeiras ocupações irregulares em Curitiba, datam das décadas de 40 e 50, embora tenham começado a fazer parte do debate político apenas na década de 1960, quando foi construído o primeiro conjunto habitacional da cidade – a Vila Nossa Senhora da Luz, no bairro Cidade Industrial – em uma primeira tentativa de atender a demanda habitacional (Curitiba, 2007). A partir da década de 70, o processo migratório rumo ao núcleo urbano se intensificou, e expandiram as ocupações

irregulares em Curitiba. De acordo com levantamento da prefeitura, em 1974 havia 35 ocupações irregulares com 4.083 domicílios e em 1979 o número havia se expandido para 46 ocupações irregulares com 6.067 domicílios (Curitiba, 2007). Nos anos seguintes, os levantamentos da prefeitura mostram um crescimento em ritmo acelerado até a década de 90 (Tabela 1).

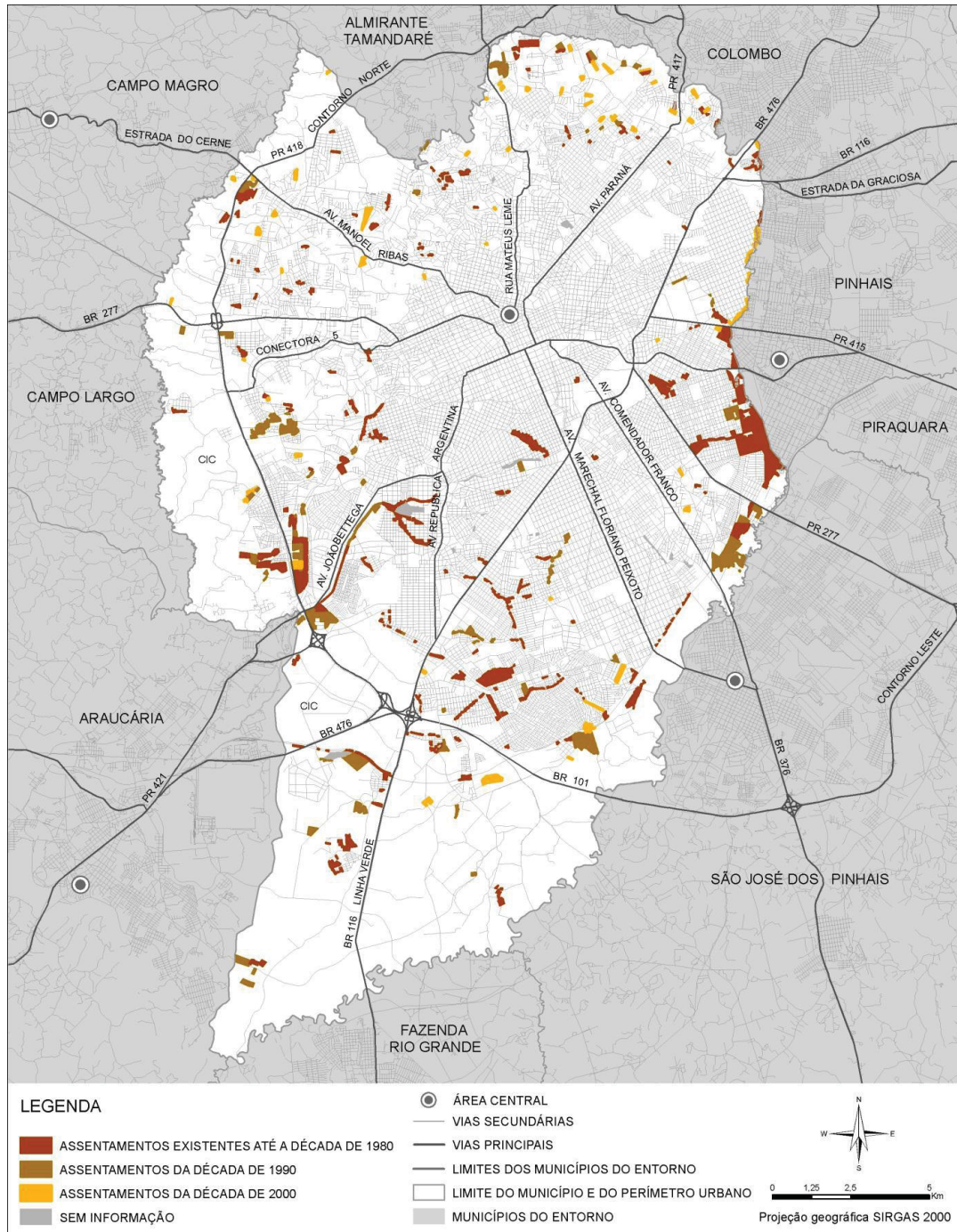
TABELA 1 – ASSENTAMENTOS E DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA

Ano	Ocupações irregulares	
	Áreas	Domicílios
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1997	167	52.042
2000	301	57.333
2005	341	62.327

Fonte: Curitiba (2007); COHAB, IPPUC (s.d.)

A partir da década de 1980, as ocupações irregulares deixaram a região central de Curitiba, para ocupar os limites da cidade (Figura 3). A região sul, em particular, destaca-se por sua geografia favorável quando comparada com a porção norte, o que facilitou sua ocupação e impulsionou o crescimento populacional (Curitiba, 2019). De acordo com Albuquerque (2007) o crescimento populacional da região sul também foi acompanhado do aumento de ocupações irregulares, que chegaram a representar 60% do total de domicílios irregulares em Curitiba nos anos 2000.

FIGURA 3 – OCUPAÇÕES IRREGULARES POR DÉCADA DE FORMAÇÃO

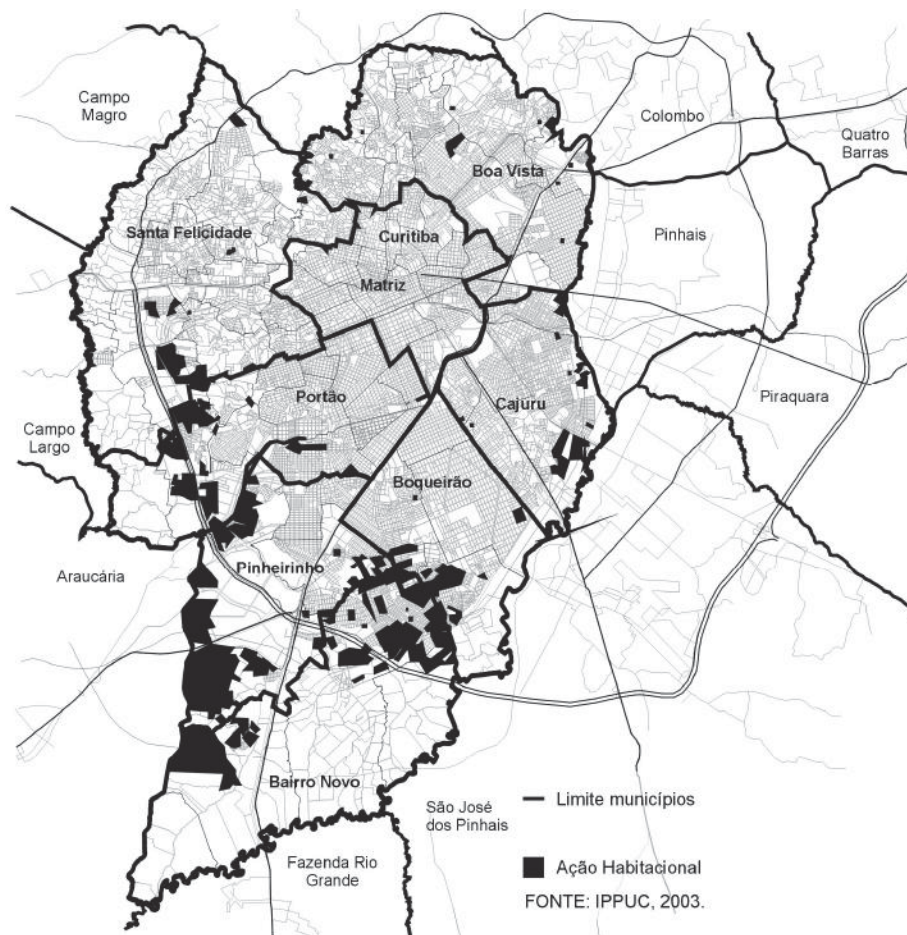


Fonte: Silva (2012)

A produção de habitações da COHAB também se concentrou nos bairros periféricos do sul e sudoeste da cidade, consolidando um padrão de segregação no urbanismo curitibano (Figura 4). De acordo com Albuquerque (2007), no período de

1970 a 2000, 57.372 habitações populares foram implantadas em bairros periféricos, dos 84.054 totais do período.

FIGURA 4 – PRODUÇÃO DA COHAB CURITIBA



Fonte: IPPUC (2003)

A segregação da população empobrecida para as bordas da cidade não se limitou às divisas municipais. A falta de coordenação metropolitana, por exemplo, acabava por “empurrar” os problemas urbanos eliminados de Curitiba para estas cidades, que receberam as indústrias poluentes e as ocupações irregulares, sem serem capazes de ofertar infraestrutura urbana básica, criando uma “imagem de Curitiba só existe tal qual ela é precisamente devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa de sua manutenção” (Oliveira, 2000, p.180).

À população empobrecida coube ocupar as áreas indesejadas pelo mercado imobiliário. Em 2010, aproximadamente 62% das ocupações irregulares de Curitiba localizavam-se em áreas de proteção ambiental (Silva, 2012). Por conta da

localização, essas ocupações não contam com sistema de drenagem, abastecimento de água e recolhimento de resíduos sólidos. Levantamento da COHAB, de 2007, indicou que 72,32% das áreas irregulares não possuíam rede de esgoto adequada e 33,34% tinham ligações clandestinas de água. Essas áreas também não estavam inclusas no sistema de coleta de resíduos sólidos, devido à dificuldade de acesso dos caminhões.

TABELA 2 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO LOCALIZADAS EM APP

Sub-Bacia	Ocupação em APP	Total de ocupações
Rio Passaúna	14	26
Rio Barigui	104	144
Rio Belém	27	53
Rio Atuba / Bacacheri	61	93
Ribeirão dos Pandilhas	30	50
Alto Iguaçu	15	31

Fonte: COHAB (2007)

De acordo com a COHAB (2007), a bacia do rio Barigui apresentava o maior número de ocupações irregulares em áreas passíveis de inundação, cerca de 8.900. O número total de assentamentos na bacia foi estimado em 144, dos quais 104 eram atingidos por Áreas de Proteção Permanente (APP) (Tabela 2). A bacia do rio Barigui é a maior da cidade, ocupando cerca de 1/3 do território e atravessando 19 bairros. Em Curitiba localizam-se 80% dos afluentes do rio Barigui, embora a maioria esteja retificado ou desviado (Curitiba, 2019). O uso do solo nesta bacia varia de predominantes residencial, na porção norte até o Parque Barigui, à industrial, na Cidade Industrial de Curitiba e em Araucária. O levantamento da qualidade da água, feito em seis estações ao longo do rio, indica uma situação que vai de “poluído” a “muito poluído”, principalmente após o trecho de uso industrial (Curitiba, 2018).

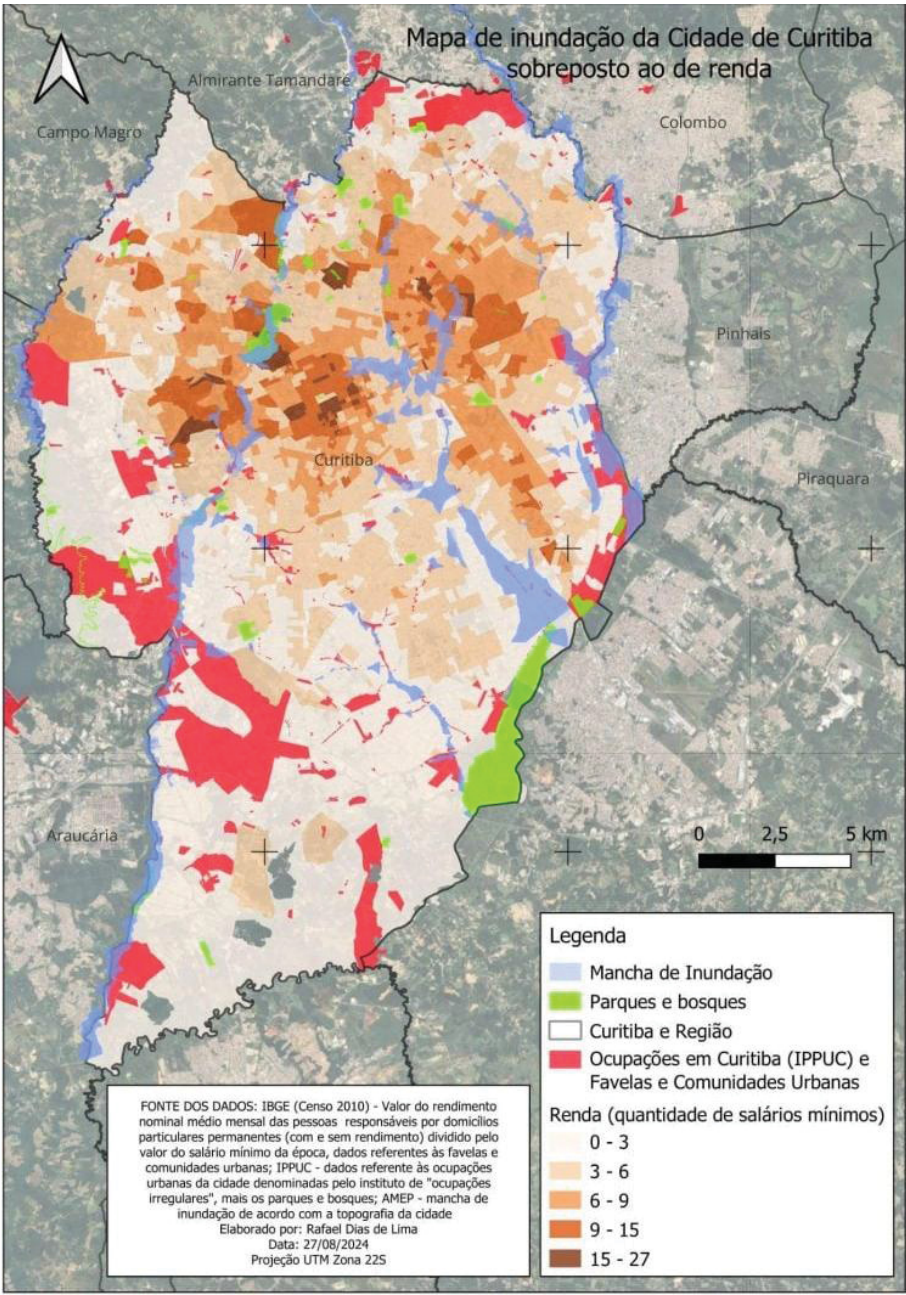
A situação das demais bacias hidrográficas na cidade não é diferente. Mendonça (2002) aponta que um dos fatores poluidores dos cursos d’água surge da deficiência na oferta de esgotamento sanitário, principalmente nas áreas periféricas. Também são as áreas periféricas as maiores penalizadas por esta poluição.

[...] A distribuição espacial da rede de água tratada e de esgotamento sanitário, revelando, de forma calara, a exclusão social e a concentração

dos privilégios sociais numa determinada parcela da população. É exatamente na área da periferia urbana de Curitiba, além de alguns locais pericentrais de concentração da sub habitação nesta cidade, que se registram a escassez dos referidos recursos e equipamentos urbanos. É também a população destas áreas, sobretudo crianças, aquela que registra os mais elevados índices de doenças relacionadas à insalubridade do ambiente decorrente da falta ou insuficiência de saneamento básico (Mendonça, 2002, p.181).

Além de serem maiores vítimas das consequências da poluição da natureza, ao ocupar áreas próximas dos cursos de rios, a população empobrecida também está mais suscetível à instabilidade ambiental destes locais, estando sujeita a inundações e deslizamentos.

FIGURA 5 – ÁREAS DE INUNDAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES E RENDA



Fonte: Lima; Maziviero (2024)

A Figura 5 mostra de que forma se espacializam as ocupações irregulares em relação as áreas de inundação documentadas da cidade. Sobreposto ao critério de renda, é possível observar que a região sul concentra a maior parte das ocupações irregulares e apresenta menor renda quando comparado ao norte da cidade. As ocupações irregulares localizam-se também nos limites de Curitiba, em áreas de inundação.

O que se observa em Curitiba, é um processo de periferização semelhante ao das demais cidades brasileiras. Conforme aponta Maricato (2001), a segregação ambiental é parte do processo de exclusão social. Padrões de urbanização e leis de zoneamento e uso do solo que não correspondem com as realidades da cidade, acabam por expulsar essa população para as áreas ditas “ilegais”. Essas áreas são, geralmente, de fragilidade ambiental e colocam a vida da população em risco, e um processo total de exclusão.

3 O PROJETO BAIRRO NOVO DO CAXIMBA

O Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba (PGRC) foi divulgado publicamente em 2018, como parte do programa de mitigação das mudanças climáticas de Curitiba, propondo a construção de um “bairro inteligente e sustentável”. De acordo com a prefeitura, trata-se da maior obra socioambiental de Curitiba, gerenciada pelo IPPUC com auxílio da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) e participação da SMMA e Secretaria de Obras Públicas (SMOP). Parte do projeto foi financiado com recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que define diretrizes a serem seguidas e quais documentos devem ser apresentados. O financiamento segue a prerrogativa do PlanClima que, conforme mencionado, considera os projetos ambientais como essenciais para captação de investimentos nacionais e internacionais.

FIGURA 6 – VISÃO GERAL DO PROJETO BAIRRO NOVO DA CAXIMBA



Fonte: Curitiba (2019)

O Projeto Bairro Novo do Caximba aparece como um novo expoente dos projetos ambientais de Curitiba, representativo da nova imagem de *Smart City* e capital sustentável que a gestão municipal tem promovido nos últimos 10 anos. Neste capítulo será explorada a construção do PGRC Bairro Novo do Caximba e sua inserção no discurso do planejamento sustentável de Curitiba. Para isto, a primeira parte do capítulo trata do Caximba tanto como território físico sobre o qual o projeto está inserido, quanto como um corpo social, ou seja, comunidade que imprime sentido

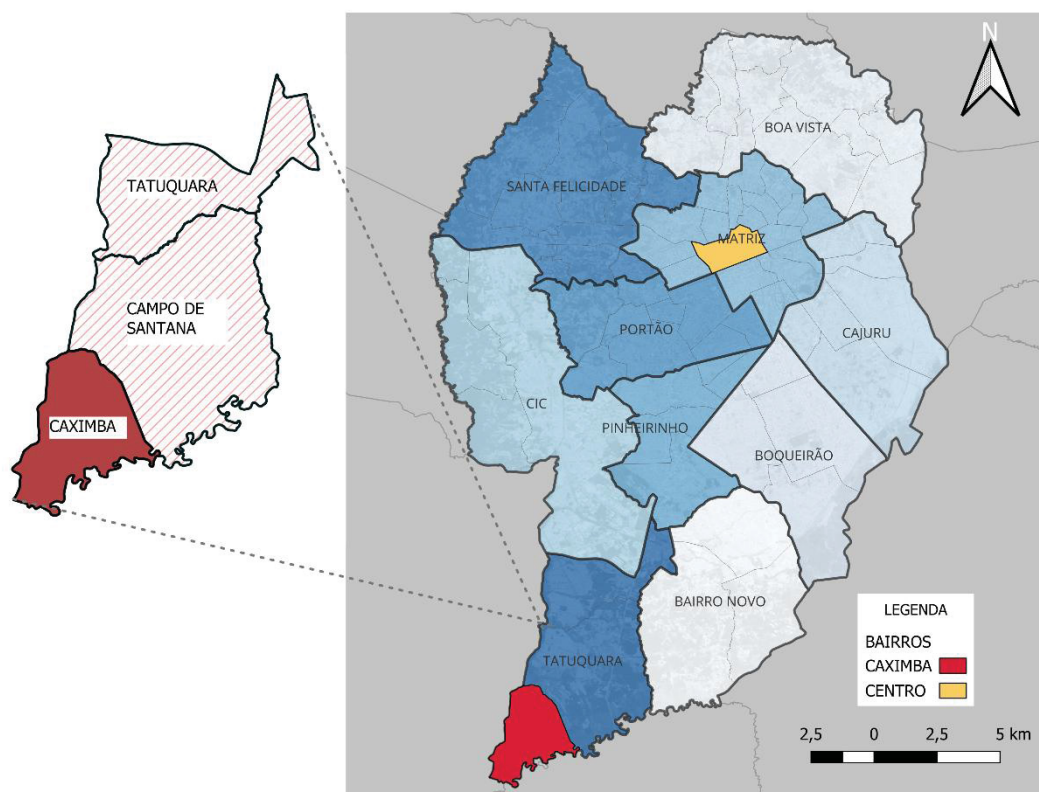
social na área. Após esta contextualização, será analisado o projeto e suas resoluções técnicas a partir da documentação oficial divulgada pela Prefeitura de Curitiba. Para isto foram analisados o Plano de Ação de Reassentamento (PAR), produzido pela COHAB, o Plano de Gestão Social e Ambiental (PGSA), documentos exigidos pela AFD para celebração do contrato de financiamento e produzidos pela prefeitura e IPPUC. Também foram consultados o Relatório Ambiental Prévio (RAP) e os relatórios elaborados a respeito da área, disponibilizados publicamente pelo IPPUC.

A última parte deste capítulo explora as tensões entre a comunidade e o poder público, debruçando-se sobre a apropriação do projeto por parte dos moradores e sua capacidade de interferir nas ações da prefeitura. Para isto foram entrevistadas duas pessoas que trabalharam com a comunidade em contextos distintos: um pesquisador com viés acadêmico, e outro participante do projeto, integrante da empresa contratada para aplicar o Plano de Ação de Gênero (PAG). Por fim, foi analisada a imagem que vem sendo construída do Caximba e do projeto a partir das publicações oficiais da prefeitura, no esforço de compreender as diferenças entre a imagem projetada e a realidade territorial.

3.1 O BAIRRO CAXIMBA

O bairro Caximba está localizado no extremo sul de Curitiba, a 27km do centro da cidade, fronteira com os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande, com área de 8,22km². Administrativamente, integra a regional Tatuquara – a mais recente da cidade -, instituída pelo prefeito Gustavo Fruet a partir do Decreto 1.089 de 2015 (Figura 7).

FIGURA 7 – REGIONAIS DE CURITIBA E LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO



Fonte: Autora (2025)

Analisando dados dos últimos censos, a maior parte das regionais de Curitiba apresentou um decrescimento da população. Na contramão deste cenário, a regional Tatuquara apresentou um crescimento de 26,86% - o maior da cidade-, com um aumento de 22.016 habitantes (Tabela 3).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA POR REGIONAL

Regional	População 2010	População 2022	Variação (nº absoluto)	Variação (percentual)
Bairro Novo	145.433	143.307	-2.126	-1,46%
Boa Vista	248.698	256.926	8.228	3,31%
Boqueirão	197.346	186.766	-10.580	-5,36%
Cajuru	215.503	207.099	-8.404	-3,90%
CIC	184.482	187.040	2.558	1,39%
Matriz	205.722	203.704	-2.018	-0,98%
Pinheirinho	147.528	153.098	5.570	3,77%
Portão	179.155	178.398	-757	-0,42%
Santa Felicidade	146.081	153.405	7.324	5,01%
Tatuquara	81.959	103.975	22.016	26,86%

Fonte: IBGE (2010;2022); IPPUC (2022)

A ocupação na Regional Tatuquara tem se intensificado desde o final da década de 1990, relacionada diretamente com produção de habitação social por parte da COHAB. A partir de 1990, intensificou a criação de novos loteamentos populares em parceria da COHAB com o setor privado, comercializados diretamente pelas empresas contratadas (Albuquerque, 2007). De acordo com levantamento realizado por Albuquerque (2007), no período de 1990 a 2000, foram implantados 6.900 lotes no bairro Campo de Santana e 100 no bairro Tatuquara, o que resultou em um rápido crescimento populacional nestes bairros (Tabela 4). Nesse período, a ocupação no bairro Caximba estava ainda no início e o crescimento populacional foi pouco expressivo.

TABELA 4 – VARIAÇÃO POPULAÇÃO POR BAIRRO DA REGIONAL TATUQUARA

Bairro	População 2000	População 2010	População 2022	Variação (%) 2000-2010	Variação (%) 2010-2022
Campo de Santana	7.335	26.657	40.633	263,40	52,43%
Caximba	2.475	2.522	7.288	1,90	188,98%
Tatuquara	36.3339	52.780	56.054	77,60	6,15%
Total Curitiba	1.587.315	1.751.907	1.773.718	21.811	1,24%

Fonte: IBGE (2010;2022); IPPUC (2017;2022)

No período de 2010 a 2022, o crescimento populacional nos bairros continuou, embora menos intenso que no período anterior. A exceção foi bairro Caximba, que apresentou o maior crescimento no período, partindo de 2.522 habitantes em 2010 para 7.288 habitantes em 2022. Os números são expressivos quando comparados ao período anterior, de 2000 a 2010, no qual ao bairro apresentou um crescimento de apenas 1,9%. A velocidade do crescimento é ainda mais acentuada quando comparada com as projeções populacionais realizadas pelo IPPUC, em 2017, que previam uma população quase três vezes menor para o período (Tabela 5).

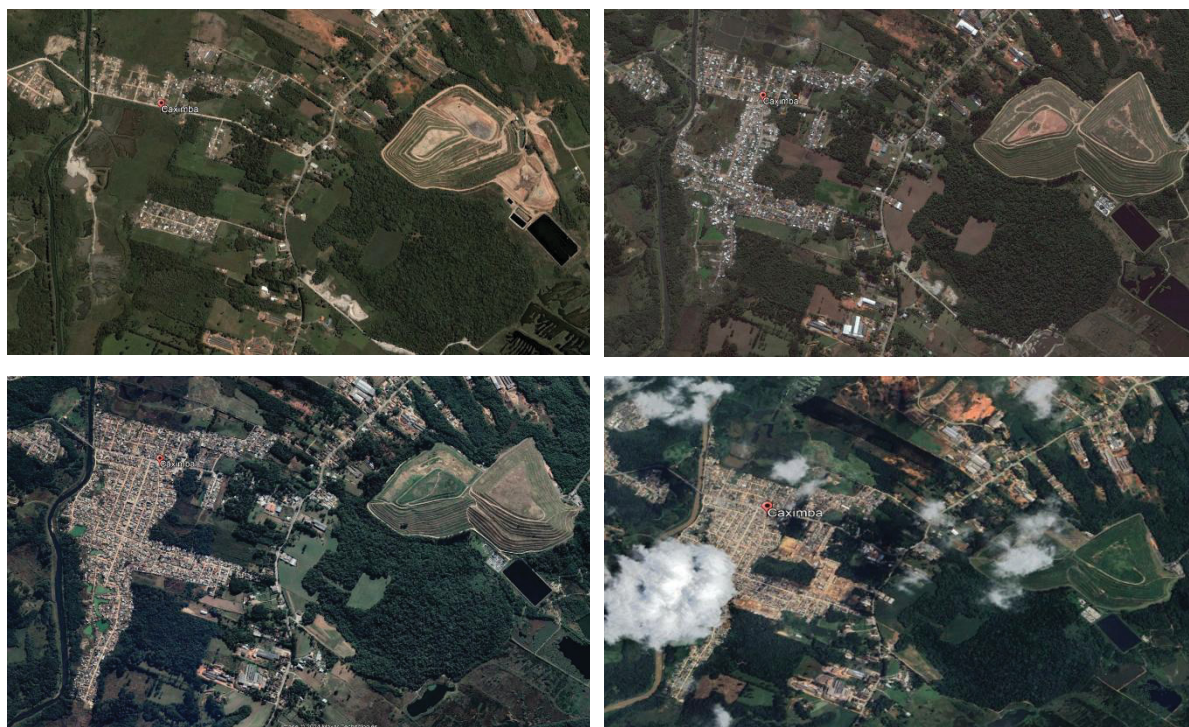
TABELA 5 – POPULAÇÃO PROJETADA DOS BAIRROS DA REGIONAL TATUQUARA

Bairros	População projetada		População em 2022
	2020	2025	
Campo de Santana	50.648	57.139	40.633
Caximba	2.580	2.596	7.288
Tatuquara	73.194	78.717	56.054

Fonte: IPPUC (2017); IBGE (2022).

A ocupação do bairro Caximba tem seu primeiro registro em 1854, na forma de sítios espalhados pelo território. No início do século XX, a ocupação se expandiu de maneira pouco expressiva, com ocupações apenas nas proximidades das duas vias principais do bairro (IPPUC, 2015). A atividade principal do local estava concentrada nas olarias e na extração de areia para suprimento da demanda construtiva da cidade. A partir da década de 1990, surge a primeira comunidade no Caximba, nas proximidades da Rua Delegado Bruno de Almeida. Levantamento realizado pela Ong TETO, em 2017, aponta que o crescimento populacional observado no período de 2010 a 2022 deve-se, em parte, pela migração de pessoas vindas de outras comunidades periféricas – principalmente do bairro Pinheirinho e Sítio Cercado- que, impossibilitadas de arcar com os custos de aluguel, procuraram uma área mais acessível para morar. A Figura 8, apresenta a evolução da ocupação no território, que a princípio concentrava-se nas imediações das duas vias oficiais no bairro e que posteriormente foi avançando na direção sul.

FIGURA 8 - AVANÇO DA OCUPAÇÃO EM 2003, 2013, 2022 E 2024



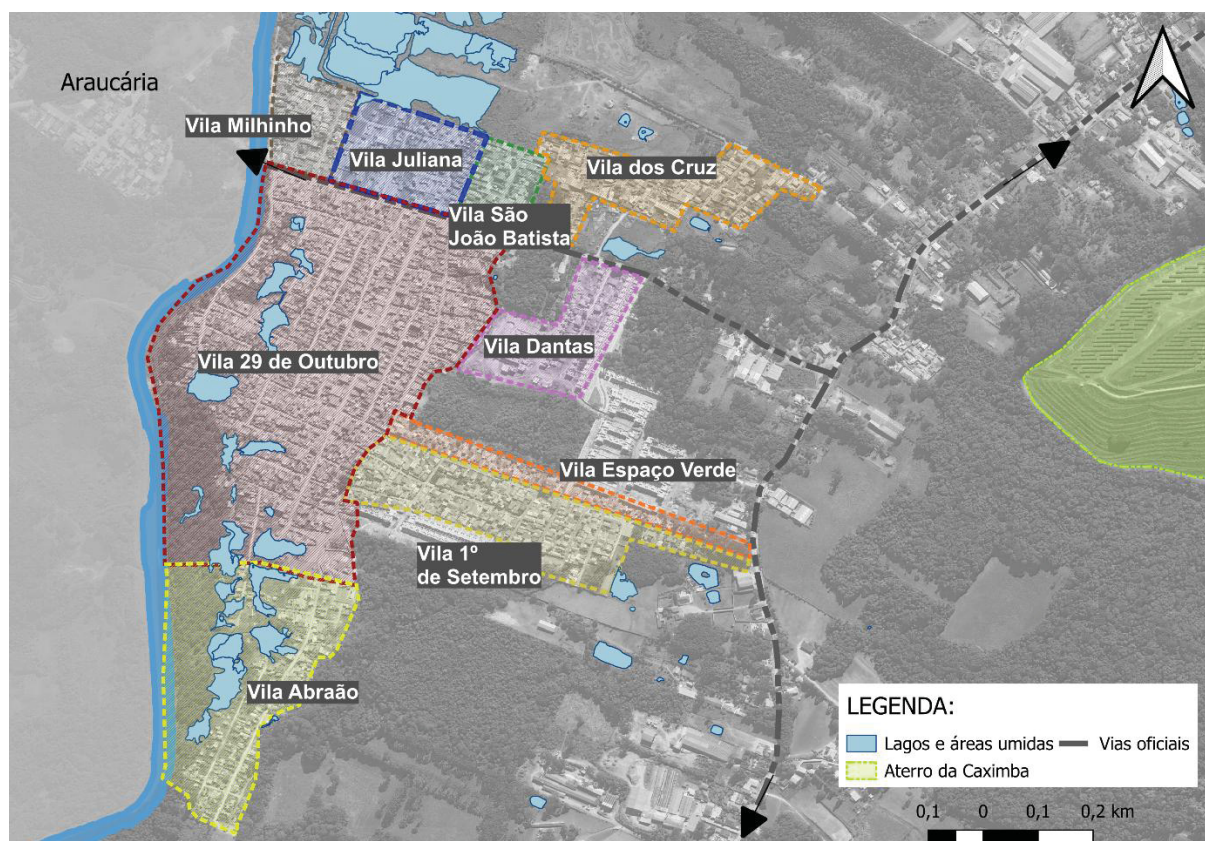
Fonte: Google Earth (2024)

A configuração das vilas que compõem o Caximba não é um consenso, e exemplifica a dificuldade do poder público em acompanhar a evolução do bairro. O levantamento realizado pela COHAB e prefeitura municipal para subsidiar o projeto Bairro Novo do Caximba reconhece seis comunidades, aglutinando algumas delas. O levantamento de favelas divulgado pelo IBGE no censo 2022, considera cinco comunidades, unindo as vilas 29 de Outubro e Abraão. Já o relatório divulgado pelo MPPR em 2017, reconhece uma divisão em sete comunidades distintas.

Por fim, em 2019, um projeto de extensão realizado pela Universidade Federal do Paraná em conjunto com moradores do Caximba, mapeou nove comunidades distintas. O projeto de extensão da UFPR contou com participação do MPPR, que também desenvolvia trabalho no local, e teve como objetivo principal a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Comunitário para o Bairro Caximba (PDUC), consistindo em um plano que “enfrentasse as contradições urbanas e as complexidades do Caximba, a partir da vida cotidiana e junto com seus moradores” (LAHURB, 2020). O grupo participou das primeiras reuniões audiências públicas do projeto Bairro Novo Caximba que aconteceram no bairro, bem como em reunião interna com o Conselho Municipal de Urbanismo. A atividade principal do grupo,

consistiu na criação de uma base de dados territoriais contando com a participação da comunidade para o mapeamento das vilas. Desta forma, a configuração das nove comunidades (Figura 9) é fruto de trabalho conjunto entre os moradores e a universidade, razão pela qual foi adotada neste trabalho.

FIGURA 9 – CONFIGURAÇÃO DAS COMUNIDADES CONFORME MORADORES



Fonte: Autora com base em LAHURB (2020)

A comunidade mais antiga do Caximba é a Vila 1º de Setembro, cuja ocupação iniciou-se em 1990. Posteriormente foram formadas a Vila Dantas, a Vila Juliana/Milhinho e a Vila dos Cruz/ São João Batista, há cerca de 20 anos atrás. A Vila 29 de Outubro começou a ser ocupada em 2010 e posteriormente expandida, formando a Vila Abraão. Já a Vila Espaço Verde é a mais recente, formada em 2012 (MPPR, 2017). A situação fundiária das comunidades é variada. O terreno ocupado pelas comunidades 29 de Outubro e Vila Abraão é de propriedade do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), que foi transferido ao instituto como parte da indenização paga pela Petrobrás após o vazamento de petróleo no Rio Iguaçu em 2000 (Silva, 2000). As demais vilas, de acordo com a prefeitura municipal, estão locadas em terrenos

particulares. A Vila Espaço Verde, que ocupa área de proteção ambiental em terreno particular, sofreu uma ação de reintegração de posse em 2014 que expulsou cerca de 240 famílias do local (Batista; Senkovski, 2014). O IPPUC classifica as comunidades como “Loteamento clandestino sem regularização” (Vila Juliana/Milhinho, Vila Dantas e Vila dos Cruz/São João Batista e Vila 1º de Setembro) e “Assentamento sem regularização” (Vila 29 de Outubro/Abraão e Vila Espaço Verde).

3.1.1 População e infraestrutura

Em relação ao número de habitantes das ocupações, novamente a divergência entre os dados revela a dificuldade do poder público em acompanhar adequadamente a comunidade. Os dados do Censo 2010 indicavam uma população de 2.522 habitantes em 767 domicílios (Tabela 6). Na tentativa de acompanhar a evolução da região, o IPPUC fez um levantamento que apontou a existência de 2.184 domicílios em 2017, e o Ministério Público, utilizando dados dos usuários da UBS local, estimou uma população de 9.000 pessoas nas vilas (MPPR, 2017). Os dados do censo mais recente, de 2022, apontam para 6.429 habitantes, distribuídos em 2.603 residências.

TABELA 6 – POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA

	CENSO 2000	CENSO 2010	MPPR/IPPUC	CENSO 2022
Habitantes	2.475	2.522	9.000	6.429
Domicílios	167	531	2.184	2.603

Fonte: IBGE, 2010;2022; IPPUC, MPPR, 2017.

Considerando os dados dos dois últimos censos, a população das ocupações no Caximba aumentou mais de 100% no período de 12 anos, e o número de domicílios triplicou. O aumento ocorreu, em parte, pela migração de moradores vindos de outras comunidades periféricas da cidade, principalmente dos bairros Pinheirinho e CIC, (PMC, 2018) e, também, pelo aumento das ocupações irregulares no período da pandemia, em 2020.

Ao comparar indicadores sociais e infraestrutura do Caximba com a média da cidade de Curitiba é possível perceber a situação de vulnerabilidade na qual o bairro se encontra (Tabela 7). Os dados comparados são referentes ao Censo 2010.

TABELA 7 – INDICADORES SOCIAIS E INFRAESTRUTURA

	Curitiba	Caximba
Rendimento médio	R\$1.424,60	R\$559,51
Taxa de pobreza	1,7%	2,41%
Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	42,81	118,95
Taxa de ocorrências gerais na polícia	52,06	118,95
Densidade demográfica (hab./há)	40,30	3,07
Densidade domiciliar (hab./domicílio)	2,76	3,29
Áreas Verdes públicas	1.064	2

Fonte: IBGE (2010); IPPUC (2015)

Os indicadores mostram um contraste entre a situação de Curitiba e do bairro Caximba. O rendimento médio no bairro é menor que a metade da média da cidade, enquanto a taxa de homicídios e de ocorrências gerais na polícia (homicídios, latrocínio, lesão corporal) é duas vezes maior. Destaca-se também a quantidade de áreas verdes de lazer, - indicador bastante valorizado no discurso da “Capital Ecológica” - o Caximba possui apenas duas áreas de lazer projetadas (no caso, jardinetes) em um universo de 1.064 áreas verdes distribuídas ao longo da cidade. Apesar de ocuparem área com grande maciço vegetal - APA e área de reserva ambiental - a população não é contemplada com os projetos de parques e áreas verdes de lazer, que garantiram o reconhecimento do planejamento urbano de Curitiba enquanto “Capital Ecológica”.

Os dados do Censo 2022 trazem informações mais detalhadas a respeito da infraestrutura e composição demográfica das comunidades (Tabela 8). Em relação a população, os dados revelam uma predominância de pessoas pardas nas comunidades, cerca de 45%, muito diferente do quadro geral de Curitiba, no qual apenas 20% da população se identifica como parda. Ao comparar com os dados gerais da população em favelas no Brasil (Tabela 9), observa-se que Curitiba repete os padrões de periferização observados nas demais cidades brasileiras, ainda que o discurso de “Capital Ecológica” indique o contrário.

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO POR COR OU RAÇA NAS COMUNIDADES

Comunidade	Cor ou Raça					População
	Preta	Branca	Indígena	Amarela	Parda	
1º de Setembro	3,19%	42,53%	0,29%	0%	53,99%	689
29 de Outubro/ Abraão/Dantas¹	7,81%	42,99%	0,05%	0,12%	49,03%	4.175
Dos Cruz/São João Batista	2,97%	63,16%	0%	0%	33,87%	437
Estação Verde	6,21%	48,87%	0%	0%	44,92%	354
Juliana/Milhinho	5,17%	51,68%	0,26%	0,26%	42,64%	774
Total Curitiba	4,10%	74,40%	0,10%	1,30%	20,10%	1.773.718

Fonte: IBGE (2022).

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO POR COR OU RAÇA, TOTAL E EM FAVELAS, NO BRASIL

	Cor ou raça			
	Branca	Preta	Amarela	Indígena
Em favelas	26,62%	16,13%	0,10%	0,33%
Total	43,46%	10,17%	0,42%	0,60%

Fonte: IBGE (2022)

A infraestrutura sanitária também é deficitária para os padrões da cidade. De acordo com o Censo 2010, apenas 4,44% dos domicílios estavam ligados à rede de esgoto, em comparação com 92,30% de domicílios da média geral de Curitiba. Dados do último censo indicam que a situação permanece, e a infraestrutura de esgotamento sanitário não atende a maioria das habitações no Caximba, mesmo nas comunidades mais antigas (Tabela 10). O levantamento mais recente realizado pelo IPPUC, em 2015, indicava que 70,3% dos domicílios do Caximba apresentavam esgoto à céu aberto e apenas 8% contavam com infraestrutura de escoamento pluvial. Quanto ao abastecimento de água, a maioria dos domicílios conta com canalização até dentro da habitação, de acordo com dados do IBGE (Tabela 11). A exceção é a Vila 29 de

¹ No levantamento de favelas e comunidades urbanas do IBGE (2022) as comunidades Vila Dantas, 29 de Outubro e Abraão foram consideradas como uma única ocupação.

Outubro/Abraão, que apresenta o maior número de habitações com ligação de água apenas no terreno e de habitações sem acesso a nenhuma água canalizada.

TABELA 10 – CARACTERÍSTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA

Comunidade	Características dos domicílios			
	Conexão à rede esgoto	Abastecimento de água pela rede geral	Banheiro exclusivo	Coleta de lixo
1º de Setembro	8,73%	97,22%	99,21%	100%
29 de Outubro/ Abraão/Dantas	9,38%	81,81%	91,67%	97,76%
Dos Cruz/São João Batista	0,66%	97,37%	99,34%	99,34%
Espaço Verde	6,27%	99,16%	100%	99,16%
Juliana/Milhinho	13,04%	99,60%	99,60%	95,65%
Total Curitiba	97,10%	97,66%	99,90%	99,86%

Fonte: IBGE (2022).

TABELA 11 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES DO CAXIMBA

Comunidade	Canalização de água		
	Até dentro da habitação	Apenas no terreno	Sem água canalizada
1º de Setembro	97,22%	1,19%	1,59%
29 de Outubro/ Abraão/Dantas	61,93%	30,65%	7,42%
Dos Cruz/São João Batista	99,68%	1,32%	0%
Espaço Verde	100%	0%	0%
Juliana/Milhinho	100%	0%	0%
Total Curitiba	99,80%	0,15%	0,05%

Fonte: IBGE (2022)

Os dados de infraestrutura e composição da população revelam a dimensão da desigualdade socioeconômica e do racismo ambiental em Curitiba. As comunidades do Caximba, ocupadas principalmente por pessoas pardas, não

compartilham da mesma infraestrutura ofertada na cidade e estão sujeitas a condições insalubres de moradia.

A falta de infraestrutura também se reflete na forma de construção das habitações. Nas proximidades das vias oficiais as ocupações estão consolidadas, com construções em alvenaria e edificações de uso misto (comércio e habitação) com, no mínimo, dois pavimentos. Afastadas dessas vias estão comunidades mais recentes, como a Vila Abraão, acessadas apenas por vias não oficiais (Figura 10). De acordo com o Ministério Público (2017), as comunidades contavam com serviço da própria prefeitura para aplainar as essas vias e permitir a circulação, porém a atividade foi interrompida em 2017 sob a justificativa de que a área era composta por terrenos particulares, o que impediria o trabalho da prefeitura. Nessa ocupação, o padrão construtivo é inferior, sendo composto principalmente por casas térreas de madeira e com a maior carência de infraestrutura, devido à dificuldade de acesso.

FIGURA 10 – DIFERENÇAS NO PADRÃO CONSTRUTIVO DAS EDIFICAÇÕES NO CAXIMBA



Fonte: Curitiba (2019)

Em 2019 a COHAB divulgou, em documento próprio, o levantamento realizado nas comunidades do Caximba para subsidiar as intervenções do projeto Bairro Novo do Caximba. De acordo com a COHAB, as casas localizadas nas

proximidades do rio Barigui, principalmente as da Vila Juliana/Milhinho, também apresentam menores padrões construtivos. Na Vila Abraão², afastada da via oficial, encontram-se inclusive construções em palafita, feitas para adaptarem-se à fragilidade das cavas do Rio Barigui. Nas demais vilas, a COHAB aponta que as construções estão consolidadas e estão em condições razoáveis de moradia, utilizando principalmente alvenaria e madeira.

FIGURA 11 – CONSTRUÇÕES NA VILA ABRAÃO



Fonte: COHAB (2019)

FIGURA 12 – HABITAÇÕES NA VILA 29 DE OUTUBRO



Fonte: MPPR (2017)

² Conforme mencionado neste capítulo, na documentação oficial da prefeitura, a Vila Abraão é considerada como parte da Vila 29 de Outubro.

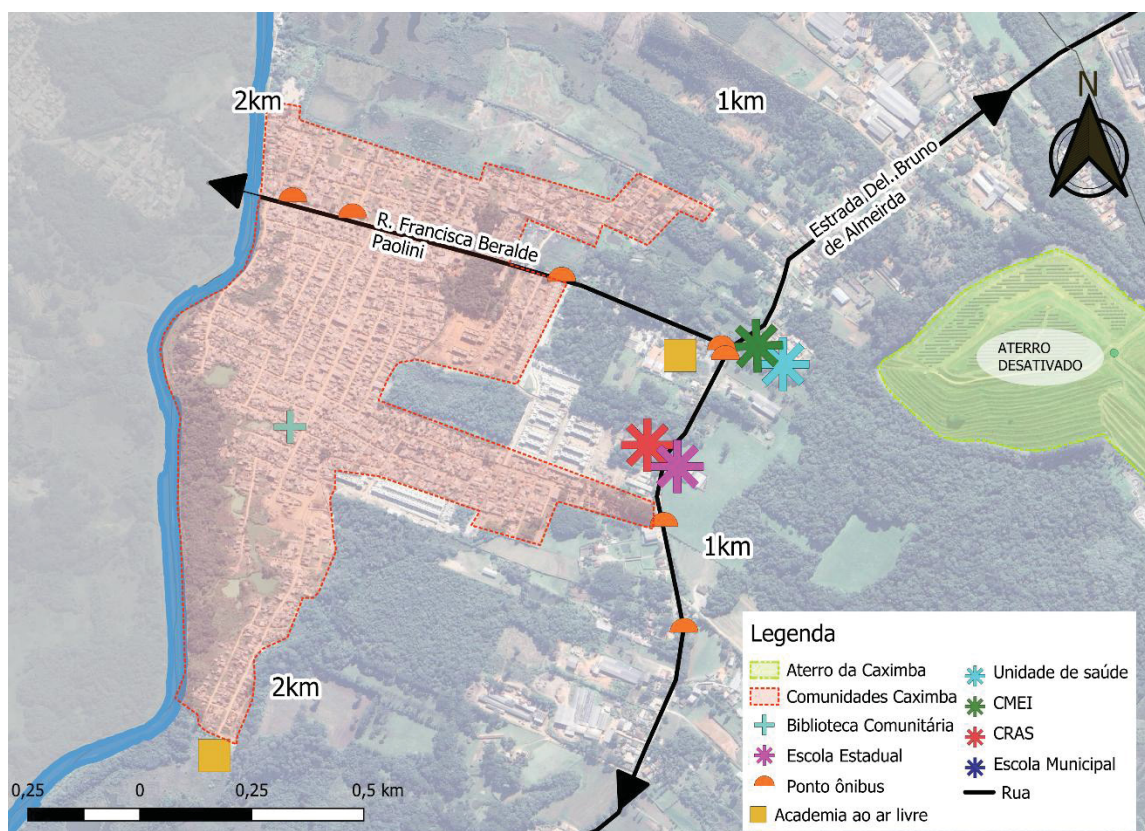
FIGURA 13 – HABITAÇÕES NA VILA 1º DE SETEMBRO



Fonte: MPPR (2017)

Os equipamentos públicos disponíveis nas comunidades se concentram nas proximidades das duas vias oficiais – Rua Francisca Beralde Paolini e Estrada Delegado Bruno de Almeida -, que são também por onde transitam as linhas de transporte público. Portanto estão afastados das ocupações mais recentes e localizados a menos de 2km do antigo aterro municipal (Figura 14). O relatório elaborado pelo MPPR, em 2017, aponta que os equipamentos públicos presentes não são suficientes para atender a demanda da comunidade, que apresentou um crescimento expressivo na última década. A Unidade de Saúde foi o primeiro equipamento a ser instalado no local, em 2001, e é o principal acesso à medicamentos da comunidade, que não conta com farmácias nas imediações, e depende da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Araucária, município vizinho (MPPR, 2017) ou então a do bairro Tatuquara, a cerca de 8km do local. O relatório do MPPR também aponta que a equipe disponível na UBS é insuficiente para atender o número de habitantes de forma adequada. Além disso, a dificuldade de deslocamento dos moradores e a ausência de outros pontos de atendimento nas imediações, dificulta o acesso ao atendimento médico especializado.

FIGURA 14 – LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO CAXIMBA



Fonte: A autora com base em MPPR (2017); IPPUC (2015); LAHURB (2020)

A creche municipal CMEI- Caximba e a Escola Municipal Professora Joana Raksa, foram inauguradas em 2004 e 2005, respectivamente. De acordo com o MPPR (2017), a creche atende atualmente 130 crianças, porém 726 crianças estão cadastradas no banco de dados da Unidade de Saúde, indicando uma defasagem na oferta desse serviço. Quanto a infraestrutura, a edificação apresenta problemas de infiltração, não possui áreas de recreação - obrigatórias, conforme regulamentação para edificações em Curitiba – Decreto 2397/2023 – e não possui material didático e de limpeza suficientes, sendo estes subsidiados pela própria equipe (MPPR, 2017). Em relação à Escola Professora Joana Raksa, são atendidas 815 crianças, do primeiro ao quinto ano. Da mesma forma que a creche, o relatório do MPPR também indica que a oferta é inferior à demanda do bairro, e que as crianças que não conseguem vaga são encaminhadas para uma escola em outra região e para escola no município vizinho, em Araucária. A escola também oferece educação para jovens e adultos, no período noturno.

A região também conta o Colégio Estadual Professora Maria Gai Grendel, responsável por alunos do sexto ano ao ensino médio, somando 990 matrículas. O colégio tem longa história na região, tendo sido fundado em 1934 como Escola Rural do Caximba (CMG, 2024). Em 2010 passou por uma ampliação e reforma, que construiu novas salas e laboratórios e um refeitório para os alunos, inexistente até então (Paraná, 2010). De acordo com o relatório do MPPR (2017), uma das demandas da comunidade na época era a oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes. Em 2024 é aberta a primeira turma do curso técnico em administração (CMG, 2024).

Por fim, no bairro está instalado um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), maior responsável pelas políticas de assistência social no bairro. O relatório do MPPR (2017) indica que a equipe atual do CRAS não é suficiente para atender a demanda das comunidades. O relatório também apresenta algumas informações referentes as políticas sociais ofertadas aos moradores, referentes a agosto de 2017:

- 1.488 famílias com renda per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo²¹;
- 3.848 famílias cadastradas no CRAS. Com uma média de 40 novas famílias cadastradas por mês;
- 726 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- 150 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (MPPR, 2017, p.34).

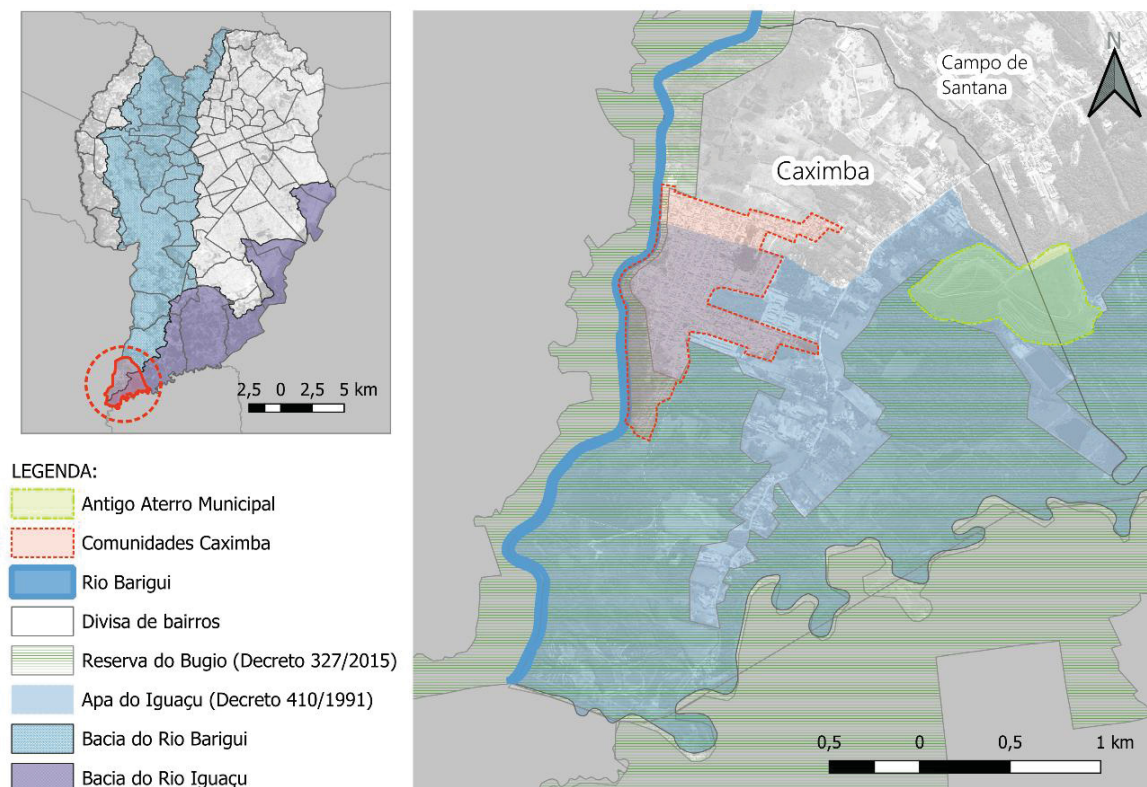
Além dos equipamentos públicos, o Caximba também conta com equipamentos comunitários criados por iniciativa dos próprios moradores. Destas destacam-se as associações de moradores, presentes na maioria das vilas e a Biblioteca Amigos do Caximba, espaço criado pela moradora Edilaine Aparecida de Lima em 2011, que oferece atividades culturais para crianças e adolescentes. Em 2024 foi reconhecida com o título de Utilidade Pública pela Câmara de Vereadores de Curitiba, mecanismo que facilita parcerias futuras com o poder público (Garcia, 2024).

3.1.2 Condicionantes ambientais

Ao analisar as condicionantes ambientais da região onde está localizado o Caximba, é possível perceber a dimensão da fragilidade ambiental em que se

encontra. Geograficamente, o Caximba está localizado no encontro das bacias hidrográficas do rio Iguaçu e do rio Barigui, com a maior porção do bairro inserida na APA do Iguaçu, criada pelo Decreto Municipal 7410/1991, e na Reserva do Bugio, criada pelo Decreto Municipal 327/2015 (Figura 15).

FIGURA 15 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A APA do Iguaçu foi instituída em Curitiba por meio do Decreto Municipal 410/1991 com o objetivo de preservar o entorno do Rio Iguaçu, controlando a ocupação e a degradação das imediações. O Decreto também define que a APA será administrada pela SMMA em conjunto com o IPPUC, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) e IBAMA. Em conjunto com a definição da área da APA, foi criado o Parque Municipal do Iguaçu com objetivo de preservação ambiental. Por fim, o decreto define o zoneamento da área e as atividades que nela poderão ser implantadas. Essas definições passaram por diversas alterações ao longo dos anos e foi, inclusive, alterada para execução do Projeto Bairro Novo Caximba.

Anteriormente a implantação do projeto, a definição dos usos e delimitações da APA do Iguaçu estava regida sob o Decreto 26/2015. De acordo com este decreto, a área ocupada pelo Caximba fazia parte do Setor de Média Restrição de Uso que “compreende áreas tradicionalmente utilizadas com agricultura, pecuária e extração mineral” (Curitiba, 2015). Tal zoneamento impedia a regularização das habitações do Caximba por conta de sua densidade habitacional, e foi revista por ocasião do PGRC, como será discutido posteriormente neste capítulo.

A região também ocupa parcialmente a área definida como Refúgio da Vida Silvestre do Bugio, definido pelo Decreto Municipal 327/2015. O objetivo deste decreto é a proteção do leito do Rio Barigui, das áreas de vegetação da floresta de araucária e da restrição de ocupação da área de enchentes. A Vila Abraão está completamente localizada nesta área de proteção, que também atinge parcialmente as vilas 29 de Outubro e Juliana/Milhinho. Além disso, pela proximidade com o Rio Barigui, a área tem restrição de uso a partir da Lei nº 12.661 de 2012, que determina como Área de Proteção Permanente (APP) a faixa de 50 metros a partir da borda do leito do rio³ e está sujeita a inundações.

A presença de cavas nas margens do rio Barigui também representa um risco ambiental aos moradores do Caximba. Para viabilizar a construção das residências, os moradores utilizaram resíduos de construção civil, que eram depositados de maneira irregular na área, para o aterramento das cavas. A comunicação da prefeitura em relação a este assunto, no entanto, é ambígua e culpabiliza a população pela degradação da região. No site oficial do Projeto Bairro Novo do Caximba consta a seguinte informação:

As cavas de controle de cheia dos rios foram soterradas com entulho e resíduos da construção civil, dando lugar a casas precárias em beira de rio, onde não é possível promover a urbanização e atender com saneamento básico e serviços públicos (Curitiba, s.d.)

A informação divulgada coloca as cavas como elementos pensados para controle da cheia do rio Barigui, que teria sido alterada pelos moradores e que, por isso, não cumpre sua função, tornando a área passível de inundação. Porém o

³ Proteção em faixa de 50m para cursos d'água que tenham de dez a cinquenta metros de largura (Lei 12.651/2012).

relatório produzido pelo MPPR em 2017, e o plano de reassentamento da COHAB em 2019, indicam que as cavas são resquícios da atividade de extração de areia do local, não sendo pensadas para contenção das cheias, evento natural nas margens do rio. O MPPR inclusive recomenda a elaboração de planos de macrodrenagem para mitigação da situação.

É uma região de várias cavas, decorrentes da antiga extração de areia no local. Parte da área foi aterrada pelos próprios moradores (inclusive com a utilização de resíduos sólidos) [...] O plano para a região deve considerar a realização de obras de macrodrenagem que podem alterar o regime hídrico da bacia ampliando ou reduzindo as áreas de alagamento (MPPR, 2017, p.5-9).

Já segundo o diagnóstico do plano de reassentamento da COHAB:

Na porção oeste, próxima ao Rio Barigui, denominada de Área de Risco na qual as famílias serão retiradas, verifica-se a presença de cavas resultantes da extração de areia, que vem sendo utilizadas como depósitos de calça para possibilitar a construção de moradias [...] O encharcamento do solo, nesses ambientes, é elemento natural que impõe especificidade ambiental contribuindo assim para heterogeneidade vegetal (COHAB, 2019, p.92-93).

Apesar da divergência em relação ao surgimento e função das cavas, as publicações da prefeitura, do MPPR e da COHAB concordam que o aterramento realizado pelos moradores não é suficiente para garantir a estabilidade do terreno, sendo fator de risco para a população. Os resíduos de construção civil utilizados são frutos do descarte ilegal realizado na região. A destinação correta é regulamentada pelo Decreto 1.753/2021, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos. De acordo com o decreto:

Os resíduos da Construção Civil ou Resíduos de Construção e Demolição deverão ser devidamente segregados na origem, acondicionados, coletados, transportados, armazenados e ter reutilização, reciclagem ou tratamento e destinação final adequados, de acordo com as normas

estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e a legislação vigente (Curitiba, 2021).

O decreto também define que a fiscalização do cumprimento dessa disposição é de responsabilidade da SMMA. Desta forma, o aterramento das cavas por parte dos moradores é consequência da falta de monitoramento do poder público, que não foi capaz de atuar no cenário de descarte ilegal. Matéria produzida pelo jornal Plural em 2019 relatou que, até o ano de 2018, existia um mercado de caliça na região, no qual alguns moradores recebiam dinheiro dos caçambeiros que depositavam o lixo irregularmente, e que se inverteu com o crescimento das ocupações – com os moradores pagando para obter a caliça para os aterros. Além dos resíduos de construção civil, a reportagem destacava que outros tipos de resíduos eram depositados de maneira irregular na área, inclusive resíduos potencialmente danosos para a saúde.

3.1.3 Segurança pública

Outro aspecto da vulnerabilidade social refere-se à segurança pública. Conforme mencionado anteriormente, os últimos dados disponíveis (2015) indicam um número de homicídios e ocorrências gerais duas vezes maior do que a média curitibana. O mapa social do Caximba, elaborado pela PUCPR em 2019, apontava que maior parte das notificações por violência no bairro envolviam crianças e adolescentes, provavelmente por situações de negligência (Tabela 12).

TABELA 12 – NOTIFICAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA E SEGMENTO NO BAIRRO CAXIMBA EM 2018

Faixa etária/grupo	Nº de notificações	Porcentagem (%)
Criança/adolescente	88	95,7
Mulheres	4	4,3
Homens	0	0
Pessoa idosa	0	0
Total	92	100

Fonte: PUCPR (2019); Secretaria de Vigilância à saúde (2019).

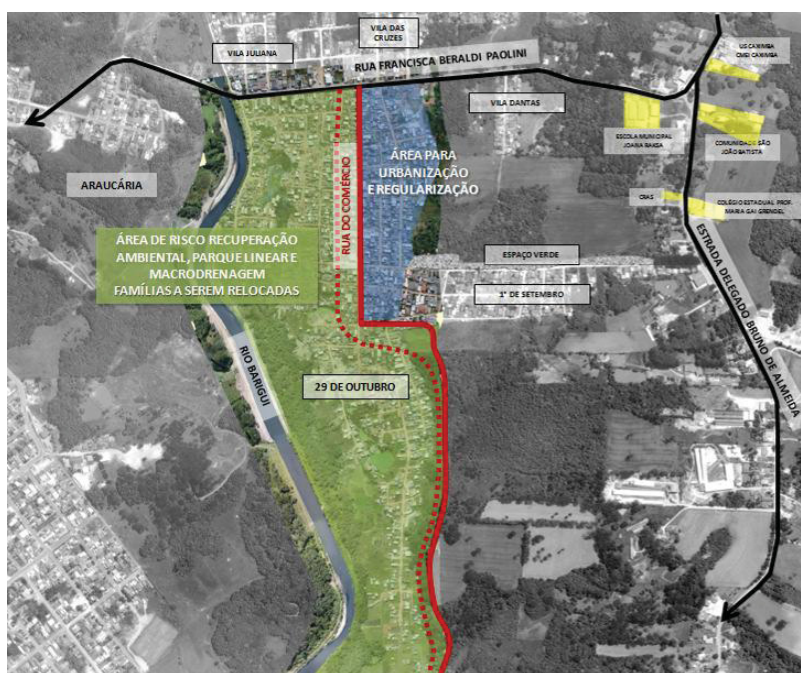
Reportagens na mídia local também contribuem para a construção do quadro da segurança no local. Ao analisar algumas das reportagens divulgadas nos últimos cinco anos, constata-se que a região é palco de disputa de territórios e conflitos por

parte de grupos envolvidos com o tráfico de drogas, sob o comando da organização criminosa PCC. Matéria publicada pela RIC, em 2025, destaca o histórico de violência no bairro nos últimos dez anos, nos quais predominam homicídios ligados ao tráfico, à disputa de territórios e até a existência de um “tribunal do crime”, gerenciado pelo PCC, que exerce um poder paralelo na região, sendo responsável por homicídios no bairro (Bertaze, 2025). Em 2021 uma liderança comunitária do Caximba, que auxiliava a prefeitura nos levantamentos realizados para o Projeto Bairro Novo Caximba, foi assassinada a mando da mesma organização criminosa, no que foi identificado pela polícia como conflito de interesses (RPC, 2021; RIC, 2021).

3.2 A VILA 29 DE OUTUBRO

A Vila 29 de Outubro é a principal área de intervenção do Projeto Bairro Novo do Caximba. Apesar da comunicação oficial da prefeitura divulgar apenas a Vila 29 de Outubro, ao analisar a área de intervenção proposta no projeto percebe-se que a área de intervenção inclui também a área da Vila Abraão (Figura 16). Por conta disso, a COHAB e a Prefeitura de Curitiba realizaram levantamento específico na região, do qual selecionamos os principais pontos para compreender as decisões de projeto tomadas posteriormente.

FIGURA 16 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO



Fonte: Curitiba (2019)

A Vila 29 de Outubro/Abraão ocupa três lotes públicos, até então de propriedade do Instituto de Águas do Paraná (IAT). A COHAB (2019) aponta que os lotes foram transferidos para o Estado do Paraná como medida compensatória vinda do processo referente ao derramamento de resíduos de petróleo na Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, no ano 2000. Na época, 4 milhões de litros de óleo cru foram despejados após o rompimento do oleoduto, contaminando os rios Barigui e Iguaçu. Estes terrenos foram posteriormente doados para o município, para viabilizar a execução do PGRC.

A ocupação teve início em 29 de Outubro de 2010 – razão do nome da vila – com 200 famílias vindas de outros bairros da região sul (CIC, Tatuquara e Sítio Cercado). Em 2011 foi aberta a primeira rua da região, a partir do aterramento das cavas, e foram feitas as primeiras ligações de luz, de forma clandestina, a partir de ligações vindas da Vila 1º de setembro (Curitiba, 2019). Em 2019, a ONG TETO realizou um estudo com a comunidade, de forma a traçar um panorama socioeconômico do local. Nesta atividade foram identificadas a região de origem dos moradores (Quadro 3), considerando que nesta data a população já havia dobrado. Os moradores também foram questionados sobre os motivos que os levaram a se mudar para a Vila 29 de Outubro (Quadro 4), sendo a incapacidade de arcar com moradia em outro local o principal motivo.

QUADRO 3 – PERÍODO DE MUDANÇA DOS MORADORES DA VILA 29 DE OUTUBRO/ABRAÃO

Período de mudança para a comunidade	
Até 2 anos atrás	35,5%
3 a 5 anos atrás	34,3%
6 a 10 anos atrás	27,8%
Mais de 10 anos atrás	1,9%
Não sabe/não respondeu	0,5%

Fonte: ONG TETO (2019)

QUADRO 4 – MOTIVOS PARA MUDAR PARA A CAXIMBA

Motivos para mudar para o Caximba	
Incapacidade de arcar com os custos de moradia	48%
Para formar família	9,8%
Para morar sozinho	8,1%
Problemas de convivência	6,2%
Motivo de trabalho/estudo	3,9%
Remoção forçada na habitação anterior	1,6%
Outro	21,8%

Fonte: ONG TETO (2019)

Em 2017, a equipe da COHAB Curitiba realizou o mapeamento e o cadastramento das famílias residentes na 29 de Outubro, identificando 1.693 habitações, com uma população total de 2.713 pessoas. De acordo com o levantamento, mais de 50% da população era composta por mulheres (Tabela 13).

TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA X SEXO DA POPULAÇÃO

Idade	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
0 até 5 anos	182	11,8	127	10,9	309	11,4
6 até 11 anos	214	13,8	147	12,6	361	13,3
12 até 15 anos	134	8,7	90	7,7	224	8,3
16 até 17 anos	43	2,8	48	4,1	91	3,4
18 até 30 anos	347	22,4	251	21,5	598	22
31 até 40 anos	251	16,2	192	16,5	443	16,3
41 até 50 anos	170	11,0	132	11,3	302	11,1
51 até 54 anos	47	3,0	62	5,3	109	4,0
55 até 59 anos	53	3,4	40	3,4	93	3,4
60 até 64 anos	50	3,2	32	2,7	82	3,0
65 anos mais	57	3,7	44	3,8	101	3,2
Total	1548	100	1165	100	2713	100

Fonte: COHAB (2019)

Os dados sobre a idade da população indicam que a maior parte da população na Vila 29 de Outubro encontra-se na faixa etária dos 18 aos 40 anos. Da mesma forma, a população acima dos 60 anos representa apenas 7% do total, indicando uma comunidade majoritariamente jovem. Também foram obtidos dados sobre a ocupação da comunidade, que revelam uma disparidade na situação empregatícia de homens e mulheres (Tabela 14).

TABELA 14 – SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS MAIORES DE 18 ANOS

Situação	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Aposentado	28	2,9	25	3,3	53	3,1
Autônomo com previdência	14	1,4	22	2,9	36	2,1
Autônomo sem previdência	152	15,6	175	23,2	327	18,9
Empregado com vínculo	61	6,3	63	8,4	124	7,2
Empregado sem vínculo	4	0,4	10	1,3	14	0,8
Empregador	2	0,2	2	0,3	4	0,2
Não trabalha	318	32,6	111	14,7	429	24,8
Trabalhador rural	2	0,2	1	0,1	3	0,2
Outros	123	12,6	77	10,2	200	11,6
Em pesquisa⁴	271	27,8	267	35,5	538	31,1
Total	975	100	753	100	1728	100

Fonte: COHAB (2019)

De acordo com o levantamento, as mulheres são maioria do grupo que não exerce atividade remunerada – duas vezes mais do que os homens. Os homens, por sua vez, são maioria do grupo de trabalhadores autônomos sem previdência. Esses dois grupos representam a maior parte dos trabalhadores da comunidade, e apenas 7,2% estão inseridos no mercado formal. Esses dados são representativos da situação de vulnerabilidade socioeconômica a qual estão sujeitos os moradores da Vila 29 de Outubro, sobretudo das mulheres.

TABELA 15 – MULHERES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

Idade	Titular	%	Cônjuge	%	Total	%
Até 18 anos	6	0,8	8	4,9	14	1,6
19 a 29 anos	202	28,4	42	25,9	244	27,9
30 a 59 anos	428	60,2	88	54,3	516	59,1
60 ou mais	75	10,5	24	14,8	99	11,3
Total	711	100	162	100	873	100

Fonte: Cohab (2019)

⁴ De acordo com a COHAB (2019), “Em pesquisa” refere-se aos casos em que os entrevistados não forneceram todos os dados necessários.

TABELA 16 – HOMENS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

Idade	Titular	%	Cônjuge	%	Total	%
Até 18 anos	1	0,3	1	0,3	2	0,3
19 a 29 anos	69	23	67	20,6	136	21,9
30 a 59 anos	186	63	225	69,2	411	66,3
60 ou mais	39	13	32	9,8	71	11,5
Total	295	100	325	100	620	100

Fonte: Cohab (2019)

Na pesquisa a respeito dos titulares dos domicílios, os dados da COHAB indicam que a faixa etária principal dos responsáveis, para homens e mulheres, é de 30 a 59 anos (Tabelas 15 e 16). As mulheres são a maioria dos titulares das casas, em número cerca de 2,4 vezes maior do que o de homens. Outro dado que chama atenção refere-se ao estado civil dos titulares: no caso das mulheres, a maioria das responsáveis não conta com cônjuge para auxiliá-las na manutenção da casa. Na faixa etária predominantes das titulares – de 30 a 59 anos –, do universo de 428 mulheres apenas 88 tem a presença do cônjuge. A situação dos homens é diretamente inversa: em todas as faixas de idade, a maioria dos responsáveis por domicílios conta com a presença do cônjuge. Além disso, a COHAB levantou que das 711 mulheres titulares dos domicílios, 375 eram consideradas as únicas provedoras da família e, portanto, além de concentrarem a manutenção e os cuidados com os demais membros da casa, ainda acumulavam a função de manter economicamente a família.

Os dados são representativos da situação do país. De acordo com o Censo 2022, 49,1% dos domicílios eram chefiados por mulheres. Crescimento expressivo quando comparado com o dado do período anterior (2010), que indicava que 38,7% dos domicílios tinham mulheres como principal responsável. No Paraná este índice é de 45,6%, de acordo com dados do último censo.

A partir do levantamento realizado pela COHAB na Vila 29 de Outubro, conclui-se que era necessário o investimento em políticas e programas de capacitação profissional – principalmente focados em mulheres – que permitisse o acesso da comunidade à empregos formais, garantindo maior autonomia e estabilidade para as

famílias. A questão de gênero foi endereçada posteriormente no PGRC na forma de um Plano de Ação de Gênero (PAG), que será discutido posteriormente.

Além do comércio consolidado na Rua Francisca Beralde Paolini, a Vila 29 de Outubro possui uma rua do comércio, organizada por iniciativa da comunidade. Foram identificados 120 comércios na vila, que além de oferecerem produtos e serviços para a própria comunidade, também são geradores de emprego, embora a maior parte seja de vagas informais, não registradas (COHAB, 2019).

TABELA 17 – FAIXA DE RENDA

Renda familiar	Quant.	%
Nenhuma	225	22,3
Até R\$ 1.800,00	613	61,0
De R\$ 1.801,00 até R\$ 2.350,00	66	6,5
De R\$ 2.351 até R\$ 3.600,00	85	8,5
Acima de R\$ 3.601,00	17	1,7
Total	1006	100

Fonte: COHAB (2019)

TABELA 18 – FAIXA DE RENDA – MULHER ÚNICA PROVEDORA

Renda familiar	Quant.	%
Nenhuma	179	47,7
Até R\$ 1.800,00	191	50,9
De R\$ 1.801,00 até R\$ 2.350,00	5	1,3
De R\$ 2.351 até R\$ 3.600,00	2	0,0
Acima de R\$ 3.601,00	3	0,0
Total	375	100

Fonte: COHAB (2019)

O levantamento da renda dos moradores mostra um quadro de vulnerabilidade econômica (Tabela 17). A maior parte da comunidade recebe pouco mais que um salário-mínimo e grande parte não tem renda. A situação das mulheres chefes de domicílio é ainda mais agravante: quase metade não tem nenhuma renda, contando apenas com programas de auxílio social para sustentarem a si e suas famílias (Tabela 18).

A Vila 29 de Outubro apresenta uma situação heterogênea: de um lado há uma porção consolidada, cuja ocupação iniciou-se em 2010. Essas habitações possuem melhores padrões construtivos e até usos mistos (comércio e residência),

que auxiliam na independência econômica dos moradores. Do outro lado, a porção mais recente, nomeada pelos moradores como Vila Abraão, está em situação de maior vulnerabilidade. Algumas das casas foram construídas em palafitas e há falta de infraestrutura por conta de seu afastamento geográfico. Ao considerar a comunidade como uma unidade, algumas nuances são perdidas pelo levantamento da COHAB, o que poderia resultar em um plano de reassentamento mais assertivo. Entretanto, a visão geral é o suficiente para compreender o panorama de desigualdade ambiental: habitações precárias em local ambientalmente instável, chefiadas prioritariamente por mulheres que não possuem vínculo empregatício. A seguir analisaremos de que forma essa realidade foi traduzida no projeto desenhado pela prefeitura.

3.3 A PROPOSTA DE PROJETO

O PGRC Bairro Novo do Caximba é um dos projetos inserido no programa de mitigação de mudanças climáticas de Curitiba. De acordo com IPPUC (2019), as atividades de preparação para o projeto tiveram início em 2018, com a elaboração de estudo da ocupação da área e a primeira alteração no zoneamento do local, por meio do Decreto 430/2018 e Decreto 688/2018. No final de 2018 o projeto foi formalmente apresentado à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), agência financiadora.

O objetivo geral do projeto de acordo com o IPPUC e a Prefeitura Municipal de Curitiba é:

Aumentar a resiliência urbana por meio da preservação, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental da bacia hidrográfica dos rios Barigui e Iguaçu, promovendo também o desenvolvimento ambiental, social, econômico e de lazer para população da Vila 29 de Outubro e das áreas adjacentes. (PMC, 2019, p.62).

Já os objetivos específicos, englobam:

- a) Corrigir o passivo ambiental, recuperando a paisagem da planície de inundação, dos ecossistemas envolvidos e das áreas denominadas várzea e matas de galeria;
- b) Minimizar os desastres ambientais na região e ao longo do rio Barigui, reduzindo os riscos de inundações, alagamentos, erosão e assoreamentos acelerados;

- c) Promover a inclusão social, econômica e ambiental das famílias contempladas pelo projeto; e
- d) Melhorar a urbanização, promovendo condições adequadas de moradia, infraestrutura urbana e serviços públicos (Curitiba, 2019, p.16).

O projeto possui três frentes principais – macrodrenagem, urbanização e parque linear – e foi desenvolvido a partir de cinco componentes principais: i) Macrodrenagem e recuperação ambiental; ii) infraestrutura urbana; iii) Infraestrutura social; iv) Projetos executivos e estudos e v) gerenciamento. Esses componentes estão divididos em sete fases distintas (Curitiba, 2019).

As diretrizes definidas para orientar a execução do projeto são as seguintes:

- i) Possibilitar o atendimento habitacional a todas as famílias cadastradas na área de intervenção independentemente da situação de ocupação, garantindo a segurança jurídica dos instrumentos de acesso aos imóveis residenciais;
- ii) Desenvolver ações de educação socioambiental, organização comunitária e geração de trabalho e renda, visando a sustentabilidade da intervenção;
- iii) Possibilitar um processo de participação social estruturado e organizado, de acordo com os objetivos do projeto;
- iv) Dar cumprimento à política habitacional do município e às diretrizes operacionais da AFD para programas de reassentamentos involuntários;
- v) Reduzir ao mínimo a necessidade de reassentamento e procurar manter a população deslocada o mais próximo possível dos locais originais de residência;
- vi) Evitar maiores riscos de empobrecimento da população e contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida e para sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- vii) Possibilitar pluralidade de alternativas para atender às diferentes situações sociais existentes e garantir, sempre que possível, um processo orientado de livre adesão às opções disponíveis no projeto;
- viii) Garantir um processo de trabalho inclusivo, com foco na questão de gênero (Curitiba, 2019, p.79-80).

A premissa IV trata do compromisso em atender as diretrizes operacionais da AFD, e, como veremos na próxima seção deste capítulo, diversas dessas diretrizes

de projeto definidas pela Prefeitura Municipal são, também, exigências da Agência Francesa para celebração do contrato de financiamento.

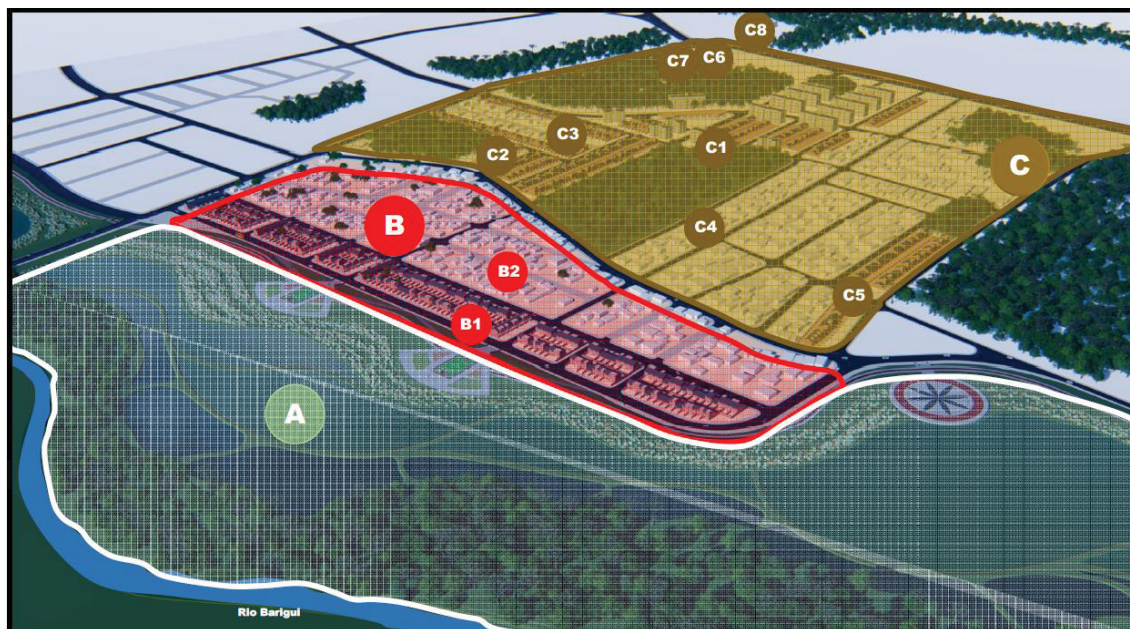
A área de intervenção abrange 17 imóveis, sendo um de propriedade do município, um de propriedade do Estado do Paraná, e 15 de propriedade privada, que serão adquiridos por meio de desapropriação (Tabela 19 e Figura 17) (Curitiba, 2019).

TABELA 19 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJETO

Áreas de intervenção	Qnt. lotes	Proprietário	Área estimada	Valor estimado
A e B	03	Público estadual	785.895 m ²	R\$7.970.000,00
C1	06	Privado	77.488 m ²	R\$9.542.000,00
C2 e C3	01	Privado	28.489 m ²	R\$1.339.000,00
C4	01	Privado	16.758 m ²	R\$2.061.000,00
C5	02	Privado	16.583 m ²	R\$1.696.000,00
C6 e C7	03	Privado	10.605 m ²	R\$1.856.000,00
C8	01	Público municipal	4.198 m ²	-
Total			953.818 m²	R\$26.464.000,00

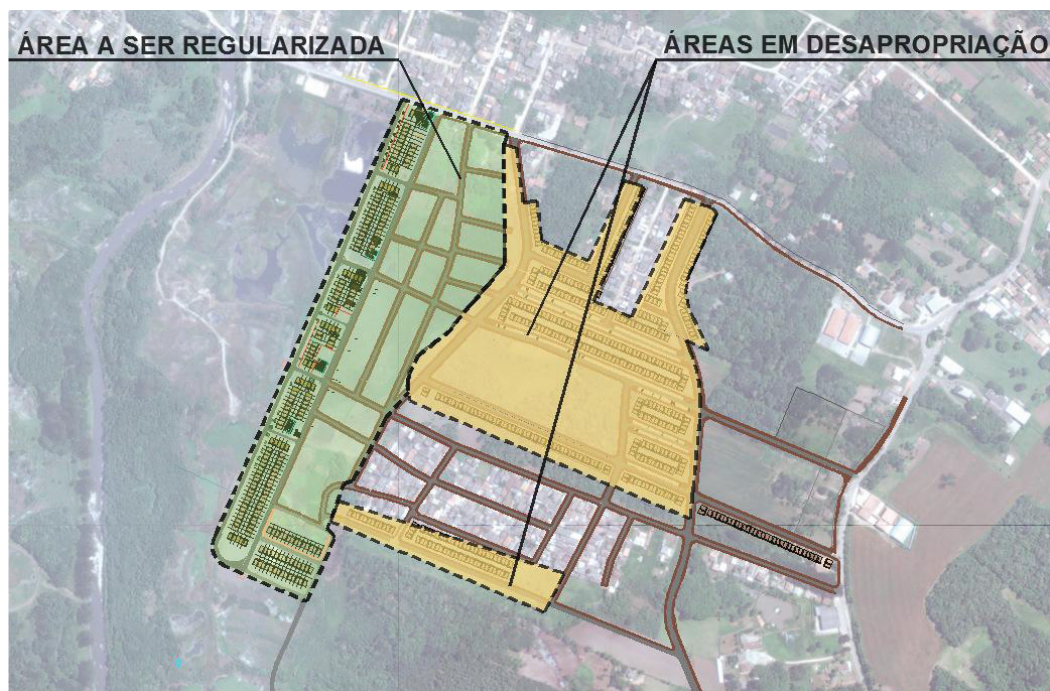
Fonte: Curitiba (2019), adaptado pela autora.

FIGURA 17 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO



Fonte: Curitiba; IPPUC (2019)

FIGURA 18 – ÁREAS A SEREM DESAPROPRIADAS



Fonte: COHAB (2019)

Conforme disposto na Figura 16, apesar da Vila 29 de Outubro/Abraão (Áreas A e B) serem o principal alvo do projeto, as comunidades Vila 1º de Setembro, Espaço Verde e Dantas também serão alvo de intervenção indireta, devido a escala da proposta, embora o projeto só indique que serão beneficiadas pela implantação de novos equipamentos e implantação de infraestrutura. O Plano de Reassentamento reforça que cabe à COHAB a negociação dos terrenos, o desenvolvimento dos projetos e a obtenção de recursos financeiros. Ainda informa que o processo de regularização fundiária para estas comunidades será feito em parceria com a Prefeitura de Curitiba, mas esse processo não está incluso no PGRC Bairro Novo Caximba. No entorno dessas comunidades estão as áreas selecionadas para a construção das novas habitações (Figura 19).

FIGURA 19 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Fonte: Curitiba (2019)

QUADRO 5 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO A AÇÕES PROPOSTAS

Componente	Área de intervenção	Subárea	Ações
I – Macrodrenagem e recuperação ambiental	A	A1	Recuperação e melhoria ambiental da área não edificável para: 1) Implantação do sistema de macrodrenagem 2) Liberação da área e reassentamento de 934 domicílios 3) Implantação de bacias de contenção e corredor ecológico
		A2	Recuperação e melhoria ambiental da área não edificável para: 1) Liberação da área e reassentamento de 103 domicílios 2) Implantação do dique para contenção de cheias 3) Implantação de canal de macrodrenagem 4) Implantação de parque linear
II – Infraestrutura urbana	B	B1	Área edificável não consolidada: 1) Liberação da área e reurbanização com reassentamento de 110 domicílios; 2) Implantação de macrodrenagem; 3) pavimentação

			4) paisagismo, iluminação e sinalização;
		B2	Área edificável consolidada: 1) Implantação de micro drenagem 2) Pavimentação 3) Paisagismo, iluminação e sinalização 4) Ações para titulação de 546 domicílios
	C	C1 a C7	Áreas adjacentes à Vila 29 de Outubro: 1) Produção de 842 habitações e infraestrutura
III – Infraestrutura social	C	C6 e C7	Áreas adjacentes à Vila 29 de Outubro: 1) Construção de Unidade de Saúde 2) Ampliação da Escola Municipal 3) Implantação de CRAS
		C8	Área adjacente à Vila 29 de Outubro: 1) Reforma de imóvel para implantação de CMEI

Fonte: COHAB (2019)

O componente I – Macrodrenagem e Recuperação Ambiental, refere-se a área considerada de risco pelo levantamento do IPPUC e Prefeitura Municipal, que está sujeita a inundações. Nesta área, o foco é a remoção e realocação de 1037 habitações, para posterior criação de parque linear ao longo do curso do rio Barigui no qual será implantado um dique de contenção e realizadas obras de macrodrenagem. De acordo com o IPPUC (2019), as obras foram dimensionadas considerando um período de recorrência das áreas inundáveis de 200 anos. No parque linear também está prevista a implantação de um centro de capacitação e convivência para a comunidade e a destinação de uma área para cultivo de subsistência, solução inédita em Curitiba de acordo com a prefeitura.

O componente II – Infraestrutura Urbana refere-se, principalmente, as áreas destinadas à construção de novas habitações e passíveis de urbanização. O projeto traz distinção entre duas áreas: a B1, não consolidada, na qual serão reassentados 110 domicílios para construção das novas unidades, e a B2, área consolidada, que será dotada de infraestrutura e titulação para 546 domicílios existentes. A situação descrita, no entanto, corresponde ao período de 2017-2018, quando foram feitos os levantamentos. Ao observar a evolução da ocupação nos anos seguintes, é possível

identificar que a área considerada como não consolidada apresentou grande expansão e aumento expressivo do número de habitações (Figura 20).

FIGURA 20 – COMPARAÇÃO DA ÁREA NÃO CONSOLIDADA B1 (2017-2020)



Fonte: A autora (2025)

Os documentos analisados neste trabalho não indicam de que forma serão tratadas as áreas em expansão e o aumento do número de residências a serem remanejadas. O PAR informa que, a princípio, as famílias que se instalarem após o cadastramento de 2017 não serão elegíveis para o projeto, mas que os casos poderão ser avaliados individualmente pela equipe da COHAB, e que essas famílias poderão ser elegíveis para recebimento de Auxílio-Moradia⁵. A metodologia de cadastramento da COHAB foi questionada pelos próprios moradores, que argumentavam que o levantamento realizado em 2017 já estava defasado (Carrano, 2021). A comunidade demandou maior transparência no processo de cadastramento e até mesmo a disponibilização de cadastros on-line, que pudessem ser feitos pelas novas famílias que chegaram ao local. Na ocasião a COHAB informou que faria a atualização dos cadastros, incluindo novas famílias (Carrano, 2021b). No período de realização deste trabalho (2023-2025), nenhum documento a respeito da atualização cadastral havia sido divulgado e os materiais de divulgação oficial publicizavam apenas o levantamento de 2017.

Por fim, o componente III – Infraestrutura social refere-se à ampliação dos equipamentos públicos existentes no local. O projeto prevê a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde e da ampliação da escola municipal e da CMEI existentes. Em relação a capacidade de atendimento destes equipamentos, no Plano de Reassentamento da COHAB afirma-se que “os equipamentos existentes não atendem às novas demandas oriundas do projeto” (COHAB, 2019, p.24) e, também:

Destaca-se que não será necessária a criação de novas equipes para o atendimento na área de educação, saúde e social, apenas otimização, uma vez que as equipes existentes serão suficientes para o funcionamento dos equipamentos que necessitam ampliação (COHAB, 2019, p.14).

Essas informações vão de encontro àquelas divulgadas pelo relatório do MPPR, em 2017, que afirmava que as equipes da UBS e do CRAS já não eram suficientes para o atendimento das demandas da população e explicitava a

⁵ Regulamentado pelo Decreto 2404/2023, o auxílio-moradia constitui em benefício no valor de até 1 salário mínimo por mês para gastos locatícios, destinado a famílias que residam em habitações precárias ou em áreas atingidas por projetos da COHAB. À época da redação do PAR, o benefício tinha valor máximo de R\$ 350 por mês.

defasagem entre a oferta de vagas e as necessidades da comunidade, da escola municipal e do CMEI, o que implicaria em uma falta não apenas de infraestrutura, mas também de profissionais. Os documentos analisados não trazem mais informações a respeito da nova capacidade de atendimento.

As obras tiveram início em 2020 e deveriam ser entregues em 5 anos (Tabela 20). Entretanto, houve atraso nas obras de infraestrutura e na entrega das primeiras habitações. Em novembro de 2023 os atrasos na obra foram questionados na Câmara dos Vereadores (protocolo 062.01043.2023). A Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP) respondeu o questionamento informando que houve ajuste nos cronogramas referente a entrega da etapa 1, que não afetaria o cronograma geral.

TABELA 20 – CRONOGRAMA GERAL PGRC

Atividades	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Avaliação vulnerabilidade, elaboração EISA, PGSA E RAP							
Licitações							
Projeto de macrodrenagem							
Projeto parque linear							
Cessão de propriedades (Áreas A e B)							
Desapropriações (áreas C6 e C7)							
Projeto infraestrutura viárias							
Ações de pré-assentamento							
Parque (macrodrenagem, contenção e corredor ecológico)							
Parque (Paisagismo, iluminação, iluminação)							
Pavimentação da área							
Reassentamento – 1.037 famílias							
Reassentamento – 110 famílias							
Regularização fundiária							
Ampliação Escola Municipal							
Construção Unidade de saúde							
Implantação CRAS							
Reforma CMEI							

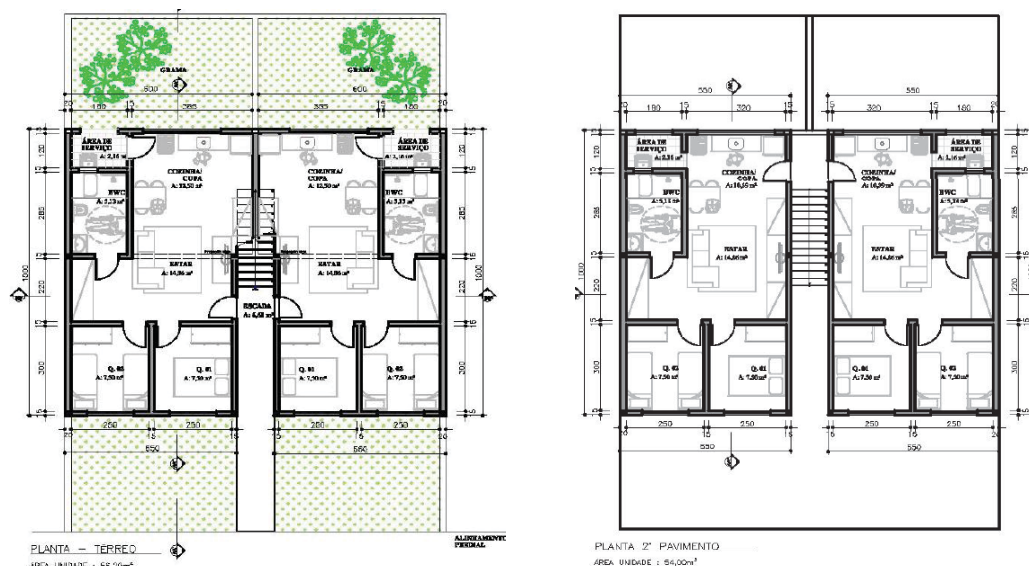
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pela autora.

De acordo com a comunicação oficial da prefeitura, as primeiras habitações foram entregues para a população em 2024, embora a entrega esteja atrasada. Reportagem do Jornal Plural, de junho de 2024, apontou que apenas 60 das 720

habitações previstas para a data, foram entregues, o que representa 8% do total. Até maio de 2025, 232 das 752 habitações previstas foram entregues (Curitiba, 2025). Conforme divulgação da própria prefeitura, a reforma e ampliação do CMEI e Escola Municipal tiveram início em 2019 e 2023 respectivamente. As obras referentes ao parque linear ainda não foram iniciadas.

A tipologia das habitações entregues pela COHAB segue o padrão de casa sobreposta (Figura 21). São unidades com 45m² de área útil, organizadas em blocos com quatro unidades com entrada independente, tendo as unidades térreas, uma área adicional de 22m² aos fundos do lote.

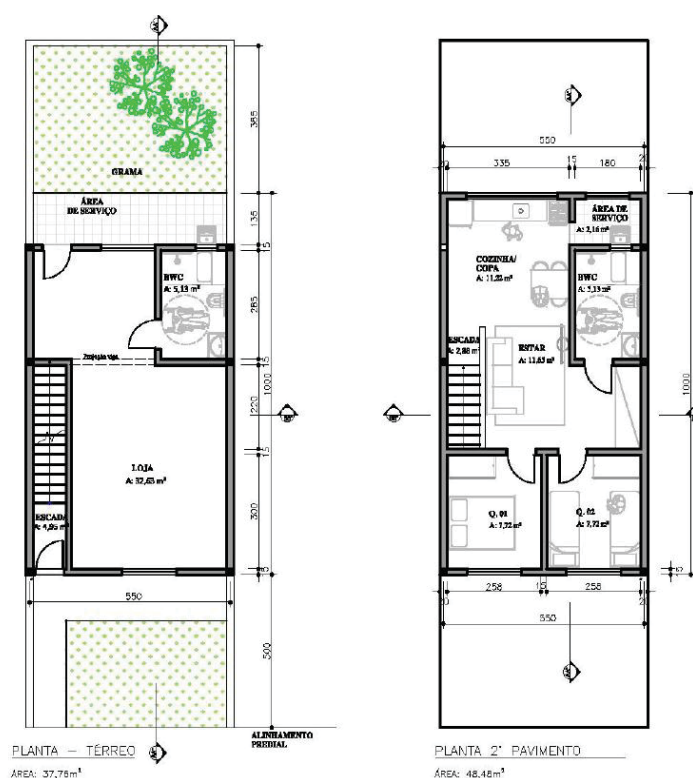
FIGURA 21 – MODELO DE CASA SOBREPOSTA



Fonte: COHAB; IPPUC (2019)

Considerando a realidade da comunidade, na qual alguns dos moradores mantêm comércios de pequeno porte em conjunto com suas residências, o projeto também propõe a execução de unidades mistas – com térreo comercial e pavimento superior residencial (Figura 22). Todas as tipologias serão executadas com blocos cerâmicos e estrutura em concreto armado. De acordo com a COHAB (2019), 120 unidades comerciais foram identificadas na Vila 29 de Outubro, das quais 74 estão na área de reassentamento e receberão o imóvel novo.

FIGURA 22 – MODELO DE CASA MISTA



Fonte: COHAB; IPPUC (2019)

As disposições contratuais que serão aplicadas para o pagamento das novas residências seguem o padrão normativo da COHAB. Os itens que se aplicam são os seguintes: a) taxa de juros de 6% ao ano para os financiamentos; b) a soma da idade do contratante com o prazo do financiamento não poderá ser superior a 80 anos e 5 meses; c) o prazo máximo de financiamento é de 35 anos; d) o comprometimento máximo de renda do contratante será de 30% da renda bruta; e) o valor mínimo do financiamento não será inferior a 20% do salário mínimo; f) encargo mensal e saldo devedor serão atualizados de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Considerando o levantamento socioeconômico realizado pela própria COHAB, as condições contratuais não são compatíveis com a realidade dos moradores da Vila 29 de Outubro. Conforme mencionado anteriormente, cerca de 60% da população recebia até R\$1.800 e 22% não tinha nenhuma renda além de benefícios sociais. No caso dos domicílios chefiados por mulheres, a porcentagem de pessoas sem renda era de 47,7%. Considerando o salário-mínimo em 2019 – época de publicação do Plano de Reassentamento – de R\$998, a parcela mínima inicial dos

financiamentos seria de aproximadamente R\$200 reais⁶. Além disso, uma parcela mínima dos moradores do Caximba tem vínculo empregatício formal, a maioria encontra-se na condição de trabalhador autônomo, situação de maior fragilidade econômica e que não permitiria a comprovação de renda para o financiamento. De acordo com a COHAB, os casos que não puderem ser atendidos pelo processo contratual padrão, poderão utilizar medidas alternativas já previstas nas normas internas.

A fragilidade socioeconômica dos moradores da Vila 29 de Outubro também levanta a possibilidade do surgimento de um processo de gentrificação após o beneficiamento da área. De acordo com a COHAB, estão previstas ações para mitigação deste efeito:

No intuito de cercear este processo de gentrificação da área, serão realizadas medidas mitigatórias, de incentivo e apoio à permanência das famílias no local, incentivando a valorização da comunidade a aprofundamento dos laços de vizinha e do sentimento de pertença [...] (COHAB, 2019, p.97).

O plano da COHAB não especifica as ações que serão tomadas para garantir a permanência dos moradores no local. O levantamento realizado pela ONG TETO indicou que maior parte dos moradores se mudaram para a Vila 29 de Outubro por não conseguirem arcar com os custos de moradia, portanto, pensar em políticas que possibilitem a permanência das pessoas na área deveria ser prioritário. Maricato (1978) já argumentava nos anos 70 que o modelo de produção de habitação social no Brasil priorizava o retorno dos investimentos aplicados, seja na construção da unidade habitacional ou na implantação de infraestrutura. A população empobrecida, incapaz de arcar com os custos das prestações cobradas pela obra, acaba por abandonar o local de origem e procurar moradia em novas áreas não urbanizadas. Analisando as condições de financiamento propostas pela COHAB para o Caximba e a falta de uma proposta mais assertiva em relação a permanência dos moradores originais, é possível inferir que o cenário descrito por Maricato permanece.

⁶ Considerando o salário-mínimo de 2024, ano de entrega das primeiras residências, de R\$1.412,00, a parcela do financiamento não deverá ser inferior a R\$ 282.

Por fim, o panorama traçado pelo levantamento da COHAB indica que as mulheres são um dos grupos mais vulneráveis do Caximba. A partir disso, foi encomendado por exigência da AFD, um Plano de Ação de Gênero, cujo objetivo é:

Promover a igualdade de gênero, considerando a equidade em todas as políticas públicas transversais à implementação do Programa Bairro Novo do Caximba, com vistas à mitigação dos impactos e à adaptação às mudanças do clima (Curitiba, 2023).

A AFD contratou a empresa Apoena Socioambiental para a realização de consultoria especializada, que subsidiou a elaboração do PAG. De acordo com a Prefeitura de Curitiba, esta etapa foi a única paga com recursos da AFD, sendo todas as demais, responsabilidade da administração municipal. São nove eixos principais: 1) Acesso à educação e à informação; 2) Autonomia trabalho e geração de renda; 3) Promoção da saúde; 4) Segurança alimentar e nutricional; 5) Lazer, esportes, cultura e artes; 6) Segurança e bem-estar; 7) Mobilidade; 8) Participação em espaços de tomada de decisão; 9) Gestão pública do PGRC (Curitiba. 2023).

As ações estão focadas em mulheres, crianças e adolescentes, e deverão ser aplicadas em parcerias com os demais órgãos municipais. As principais ações preveem, o aumento do acesso à educação, profissionalização de mulheres, oferta de vagas em creche e educação ambiental.

Durante a elaboração desta pesquisa, foi entrevistada uma funcionária do Instituto Foz, responsável pela aplicação de algumas das ações do PAG. Embora o foco das entrevistas tenha sido a respeito das relações entre comunidade e poder público, foram exploradas algumas questões gerais sobre o PAG. De acordo com a entrevistada, algumas das ações já estão em andamento na Caximba, principalmente às relacionadas à educação ambiental e trabalho. São realizados encontros, palestras e oficinas para as mulheres, sediados nas escolas do Caximba, nos quais essas questões são discutidas.

Por tratar-se de um plano recente, não será possível uma análise mais aprofundada neste trabalho. Entretanto, um ponto a ser destacado é o desalinhamento entre as ações da prefeitura e as motivações apresentadas no plano. O PAG foi divulgado no final de 2023, enquanto os demais documentos referentes ao projeto foram divulgados em 2019. O levantamento da COHAB, que inclusive aponta as demandas

de gênero e as condições adicionais de vulnerabilidade à qual estão sujeitas as mulheres, foi feito em 2017. A divergência no período de elaboração dos planos pode indicar que o PAG não foi pensando como ponto central do projeto, mas sim secundário e paralelo. A redação do PAG traz o seguinte trecho:

Os eixos estratégicos e objetivos foram definidos a partir da revisão do Plano Municipal de Política para as Mulheres (ADH, 2022) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (IPEA, 2019), bem como das orientações e documentos compartilhados pela AFD. As metas e indicadores do PAG também consideraram as metas dos ODS, não apenas às relativas ao ODS 5, que trata explicitamente da igualdade 7 de gênero, mas aos demais objetivos e metas relacionados às vulnerabilidades identificadas junto à população da Vila 29 de Outubro e que são transversais às questões de gênero (Curitiba, 2023, p. 7-8).

Desta forma é possível concluir que o PAG, apesar de atender a questão de desigualdade de gênero existente no local, tem como objetivo maior atender diretrizes internacionais de sustentabilidade (as ODS) e as demandas da AFD. As demandas da comunidade aparecem em último lugar na redação e são subordinadas às recomendações internacionais. Na seção seguinte abordaremos o papel da agência financiadora e de que forma as demandas internacionais foram traduzidas no projeto.

3.3.1 A Agência financiadora

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) é uma instituição financeira criada em 1940, criada para apoiar o desenvolvimento de territórios alinhados à França e que, nas décadas seguintes, passou a oferecer financiamentos para projetos de infraestrutura em países parceiros (AFD, 2024). Atualmente, o foco da AFD consiste na “implementação da política francesa de desenvolvimento sustentável e de solidariedade internacional” (AFD, 2024, n.p.) por meio de financiamentos destinados ao setor público. A entrada na América Latina se consolidou em 2009, e hoje concentra-se em projetos de combate as mudanças climáticas, tornando-se o maior banco investidor da região e o primeiro alinhado com o Acordo de Paris (AFD, s.d.).

Para aprovação do financiamento, é necessário que o interessado cumpra as exigências expressas no documento “Abordagem de Gerenciamento de Riscos

Ambientais e Sociais” (Politique de Maîtrise des Risques Environnementaux et Sociaux, 2017). Essas diretrizes determinam que sejam realizados estudos de avaliação socioambiental na área atingida pelo projeto, condensados na forma de um relatório de avaliação ambiental e social. A partir disso deverão ser produzidos dois relatórios: um Plano de Gestão Ambiental e Social (*Plan de Gestion Environnementale et Sociale - PGES*) e, no caso de reassentamentos involuntários, um Plano de Ação de Reassentamento (*Plan d’Action de Réinstallation - PAR*). Esses planos devem ser produzidos e enviados para AFD antes da decisão a respeito do financiamento, a depender do grau de risco do projeto. Em seguida, deverá ser produzido um Plano de Compromisso Ambiental e Social (Plan d’Engagement Environnemental et Social – PEES), no qual deverão constar as medidas e ações a serem adotadas para que o projeto cumpra com as determinações ambientais da AFD. O PEES deverá ser aprovado antes da celebração do financiamento e fará parte do contrato. Todos os documentos produzidos devem ser disponibilizados publicamente.

O PRGC Bairro Novo do Caximba teve custo total estimado em €47.676.405,00 (R\$ 308.738.095,86), dos quais €38.141.124,00 (R\$ 246.990.476,69) tem origem da AFD e o restante, €9.535.281,00 (R\$ 61.747.619,17) será pago pelo município (Tabela 21).

TABELA 21 – ESTIMATIVA DE CUSTOS DO PGRC CAXIMBA

Categoria	Custo total	Fontes de recurso (euros)	
		AFD	PMC
Macrodrenagem e recuperação ambiental	26.892.000,00	21.513.600,00	5.378.400,00
Infraestrutura urbana	13.400.000,00	10.720.000,00	2.680.000,00
Sistema viário	6.709.000,00	5.367.200,00	1.341.800,00
Habitação	6.691.000,00	5.352.800,00	1.338.200,00
Infraestrutura social	2.500.000,00	2.000.000,00	500.000,00
Projetos e estudos	500.000,00	400.000,00	100.000,00
Gerenciamento e supervisão	4.384.405,00	3.507.524,00	876.881,00
Total	47.676.405,00	38.141.124,00	9.535.281,00

Fonte: Contrato AFD nº 1070 01 K (2020)

O contrato também define que os custos adicionais de projeto poderão ser aportados pela Prefeitura de Curitiba, no valor mínimo de 20% do custo total do projeto (R\$ 61.747.619,17).

Para celebração do contrato, a prefeitura municipal se compromete em cumprir, no escopo do projeto, padrões internacionais definidos pela AFD em um documento chamado Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) – equivalente ao PEES, mencionado anteriormente. De acordo com o PCAS, o mutuário deverá se comprometer em atender as Normas Ambientais e Sociais (NAS) definidas pelo Banco Mundial. No Plano de Reassentamento, a COHAB-CT destaca quais são e de que forma serão garantidas as exigências do Banco Mundial (Quadro 6).

QUADRO 6 – NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL E AÇÕES DA PREFEITURA

NAS	Estratégias e ações
Condições de trabalho e emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de trabalhadores locais nas obras; - Discussão junto às empreiteiras e trabalhadores sobre o trabalho justo, protegido de trabalho forçado e infantil e do direito de organização dos trabalhadores
Saúde e segurança comunitários	- Medidas mitigatórias para minimizar a exposição da população a riscos relacionados ao projeto.
Aquisição de terras e restrição ao uso de terras e reassentamento voluntário	- Medidas mitigatórias no sentido de propiciar aos indivíduos desalojados a restauração ou melhoria de seus meios de subsistência e padrão de vida
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Não se aplica
Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento e divulgação de informações a população afetada; - Avaliação do nível de interesse da comunidade e apoio para o projeto; - Canais de reclamação e queixa, comunicação e divulgação.

Fonte: COHAB (2019)

Outra demanda da AFD que não consta no contrato inicial está relacionada às questões de igualdade de gênero. Para tanto, a AFD solicitou a elaboração do Plano de Ação de Gênero. Desde 2013 a AFD busca promover ações de inclusão nos países em que trabalha e estabeleceu que todos os projetos financiados deverão apresentar ações e projetos para promover a igualdade de gênero. Após a participação na

COP27, a agência tem demonstrado interesse especial na inclusão da pauta de gênero em projetos relacionados às mudanças climáticas (AFD, s.d.).

De acordo com Banzato (2005), a AFD tem preocupação com a capacidade técnica e estabilidade política dos municípios com quem firma contrato, de forma a garantir a continuidade dos projetos financiados. Desta forma a continuidade política e o modelo tecnocrático do planejamento urbano de Curitiba são favoráveis ao modelo da AFD, por apresentarem estabilidade e previsibilidade. A cidade também pratica, desde a terceira gestão Lerner, um modelo de planejamento que está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados internacionalmente, garantindo que os financiamentos tenham resultados favoráveis.

3.4 TENSÕES ENTRE COMUNIDADE E PODER PÚBLICO

O desenvolvimento do modelo curitibano de planejamento urbano, acontece, em parte, na minimização dos conflitos e criação de consensos, apagando os problemas da população empobrecida. O discurso adotado pelos técnicos da prefeitura era voltado a uma parcela específica da população, que seria beneficiada pela cidade racionalmente projetada.

Planejar, [...] significava diagnosticar as necessidades e disfunções da cidade e de sua população a partir de uma razão orientada para construção de um espaço universal para um homem abstrato. Tal empreendimento solicitou pensar a cidade como todo orgânico e sua população como sujeito capaz, ou não, de operar o bom funcionamento do corpo urbano.

Para tanto, o olhar urbanista construiu as dificuldades como “residuais”, momentâneas e recentes, em oposição ao duradouro, essencial e natural, capaz de indicar as potencialidades de Curitiba. A população pobre, habitante de uma região insalubre, foi representada como insignificante em termos estatísticos e tornou-se invisível para o planejamento (Souza, 2001, p.111)

Souza (2001) aponta que a argumentação utilizada pelos técnicos planejadores colocava a população vulnerabilizada como um “outro” dentro da cidade que, em oposição ao cidadão curitibano ao qual o planejamento se dirigia, era responsável

pelo crescimento desordenado da cidade. Desta forma, o padrão de segregação espacial promovida pela urbanização de Curitiba está diretamente relacionado a invisibilização dos mais pobres.

Um dos mecanismos para garantir a relação entre valor do solo e perfil população é justamente construir a tipologia dos habitantes da cidade de maneira a diferenciar aqueles que estão “aptos” a ocupar regiões valorizadas ou valorizáveis e manter esse valor, daqueles que, em razão das suas “carências”, deverão passar por “processos de adaptação”, os quais se concretizam como codificação de fluxos, como adequação dos corpos e/ou difusão do conformismo quanto ao lugar “natural” dos “carentes” (Souza, 2010, p.118).

Desta forma se sobressai um planejamento de caráter estritamente técnico, no qual a participação popular é minimizada. Os conflitos provenientes da desigualdade socioeconômica, comuns ao país e presentes também em Curitiba, são considerados secundários, enquanto o “governo parte da ideia de que existe um interesse comum em uma coletividade local” (Frey, 1995, p. 171). A participação popular em Curitiba acontece, historicamente, de maneira muito restrita, focada na consulta na etapa de implementação ao invés de permitir que a população tenha poder de decisão na elaboração dos projetos.

No PGRC Bairro Novo Caximba, a garantia de participação popular é também uma das exigências da AFD para o financiamento do projeto. Desta forma, as ações de comunicação e participação social foram previstas no Plano de Ação para Reassentamento, com o objetivo de:

[...]promoção da participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los as necessidades e a realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias, fomentando os processos de liderança, a organização e a mobilização comunitárias, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados (COHAB, 2019, p. 117).

As atividades com a comunidade foram divididas em grupos de trabalho, que tiveram como sede o Escritório Local do Caximba (ELO), unidade da COHAB

inaugurada na região, especialmente para o atendimento da comunidade referente ao projeto. No ELO foi ofertado o Plantão Social, no qual as famílias envolvidas no projeto poderiam sanar dúvidas com os técnicos da COHAB-CT, fazer atualização cadastral e, caso tenha feito parte do mapeamento de 2017, realizar o cadastro com a prefeitura. Foram também organizadas reuniões (Figura 23). entre a equipe técnica e a comunidade, sobre as quais a COHAB informa:

Caracteriza-se com espaço de discussão entre pessoas convocadas pelo poder público para tratar de assuntos específicos ou realizar alguma atividade **com vistas ao repasse de informações, orientações e planejamento**, buscando convergir para interesses comum (COHAB, 2019, p. 121, grifos nossos).

A redação do texto da COHAB coloca o objetivo das reuniões como ocasiões de repasse de informações, não indicando a possibilidade de construção conjunta por parte da comunidade. Fotos das reuniões divulgadas pela COHAB mostram uma estrutura expositiva, com apresentação de informações para a comunidade.

FIGURA 23 – REUNIÕES COM A COMUNIDADE



Fonte: COHAB (2019)

Também foram previstas oficinas com o objetivo de “construção de um determinado conhecimento, materializando-se em algum produto, onde as temáticas são explanadas e depois exercitadas através de atividade relacionada” (COHAB, 2019, p.122). O público máximo estipulado para essa atividade é 40 pessoas por oficina. Também foram pensadas em atividades de mobilização e visitas domiciliares

nas quais os técnicos vão a campo para falar diretamente com a comunidade e repassar informações e atualizações do projeto.

Em entrevista realizada com funcionária do Instituto Foz, responsável pela implantação do PAG no Caximba, foi informado que a maior reclamação por parte dos moradores refere-se a dificuldade de comunicação com a prefeitura. Apesar de terem sido selecionados representantes da comunidade, a entrevistada afirma que cada vila tem sua própria organização, não havendo consenso sobre as soluções proposta para o bairro. Outro aspecto levantado, é que alguns moradores – das áreas mais consolidadas da vila - consideram que suas habitações atuais, com térreo comercial, são melhores do que as oferecidas pela COHAB e não tem interesse em se mudar.

A segunda entrevistada, pesquisadora da PUC-PR que realizou trabalho na região, reafirmou o problema da discordância entre comunidades e do quadro de violência existente no bairro, que inibe os moradores de se manifestarem livremente. Também comentou sobre a discordância entre os projetos da COHAB, mas afirmou que algumas famílias tiveram sua situação considerada pelos técnicos e que foram resolvidas as divergências.

Em 2021 casas na Vila 29 de outubro foram derrubadas pela prefeitura e as famílias despejadas por ação policial. Reportagem publicada pelo Brasil de Fato, em abril de 2021, relatou a situação, na qual 11 casas foram derrubadas. Na ocasião os moradores relataram falta de diálogo com o poder público e discordância referente às habitações projetadas pela COHAB, que seriam menores do que as que alguns moradores possuíam (Carrano, 2021).

A associação sem fins lucrativos, Move Vidas, atuante no Caximba, formalizou a denúncia referente ao despejo das famílias e enviou uma reclamação formal para a AFD. No documento, além da questão referente a violação dos direitos, os moradores afirmaram que só foram informados a respeito do PGRC Bairro Novo Caximba após a celebração do contrato de financiamento, não havendo consulta ou participação para elaboração do projeto. A associação reforça que as famílias foram despejadas durante a pandemia de COVID-19, sem decisão judicial ou aviso prévio.

Este não foi o único conflito relacionado à execução do projeto. Em 2023, problemas na execução das obras de drenagem urbana ocasionaram alagamentos na Vila 29 de Outubro. Reportagem da Banda B ouviu os moradores que indicaram tratar-se do terceiro alagamento naquele ano e que não conseguiam contato com a empresa responsável pela execução ou com o poder público. A prefeitura não se manifestou.

Apesar da falta de comunicação entre a comunidade e o poder público, a Prefeitura de Curitiba é bastante ativa em promover o projeto em suas mídias oficiais e em eventos internacionais. A seguir discutiremos o duplo caráter da comunicação oficial de Curitiba: que exalta o projeto por sua capacidade inovadora e escala e culpa a população pela ocupação e degradação da área.

3.4.1 O Caximba na comunicação oficial

O PGRC Bairro Novo do Caximba tem recebido atenção especial na comunicação da prefeitura municipal, colocado como exemplo das políticas ambientais da “capital ecológica”. Ao final de 2018, o projeto foi anunciado na Smart City Expo World Congress em Barcelona, com a participação do prefeito Rafael Greca. No evento foram destacados a escala do projeto, a maior intervenção deste tipo na cidade, e a preocupação ambiental e tecnológica da gestão municipal. Em 2023, em nova edição do mesmo evento, Curitiba ganhou o prêmio de cidade mais inteligente pelo conjunto de soluções inovadoras e sustentáveis, no qual novamente o projeto Bairro Novo Caximba surge como um exemplo das novas intervenções da cidade (Wray, 2023).

O projeto exerce um papel na manutenção da imagem de Curitiba enquanto exemplo de soluções urbanísticas. Essa atualização dos símbolos, conforme destaca Sánchez (2001), é central na estratégia do *city marketing* para manter a competitividade da cidade. Desta forma, qualquer “ameaça” a imagem da cidade precisa ser respondida. O contexto no qual se deu o anúncio do PGRC é um indicativo disso. A divulgação do projeto ocorreu em 2018, após a gravação de um quadro do programa Caldeirão do Huck, veiculado pela Rede Globo em setembro deste mesmo ano. Em visita à comunidade, Luciano Huck expõe a precariedade das habitações da Vila 29 de Outubro e compara as condições de vida no local com o Haiti (Ribeira; Barros, 2018). Logo após a publicação de Luciano Huck a respeito do Caximba nas redes sociais, o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, se manifesta criticando os comentários do apresentador. Greca corrigiu informação transmitida no programa de que as pessoas habitavam em área de “lixão”, afirmando tratar-se de área distinta, composta por loteamentos ilegais e que, portanto, não deveriam ser feitas doações para a reforma das habitações localizadas em área de “invasão”. Também destacou

que o antigo aterro desativado estava em acordo com a legislação ambiental vigente. Por fim, o prefeito anunciou na ocasião que a situação do bairro já estaria sendo avaliada, a partir de um projeto de intervenção no local e informou que os moradores já haviam sido cadastrados pela COHAB e que a prefeitura estava em busca de financiamento junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento e a Agência Francesa de Desenvolvimento para viabilizar a execução (Jubanski, 2018). A pronta resposta do prefeito às críticas indica o quão importante é a manutenção da imagem de Curitiba para o poder público.

Quanto a comunicação em relação ao Caximba, no site oficial do projeto, mantido pela prefeitura, o texto introdutório destaca o caráter inovar e a grande escala do projeto. A comunidade é mencionada apenas para reforçar o caráter ilegal de sua ocupação

Trata-se da maior intervenção socioambiental da história recente de Curitiba e do primeiro bairro inteligente do Brasil. O objetivo é interromper o processo de degradação ambiental e promover a transformação urbana e humana da comunidade local. **Famílias que se estabeleceram irregularmente em áreas insalubres** e em situação de risco serão retiradas e realocadas para moradias em boas condições. Além disso, terão acesso à capacitação profissional, com consequente emancipação pessoal de seus membros (Curitiba, s.d.)

Em alguns trechos do Plano de Ação de Reassentamento (PAR) da COHAB, a condição de irregularidade das ocupações também é destacada, e a população é culpabilizada pela degradação ambiental da área.

A crescente expansão acentua a fragilidade ambiental, expõe as pessoas aos riscos decorrentes da degradação ambiental e da ocupação indevida do território de drenagem natural do Rio Barigui, comprometendo essa área de proteção pela precária urbanização e resultando em péssimas condições de habitabilidade para a população (COHAB, 2019, p.48).

Em outro trecho o documento destaca o benefício que a intervenção trará para as famílias e reforça a ilegalidade da ocupação:

Na intervenção prevista, as áreas citadas serão beneficiadas com a implantação de novos equipamentos urbanos, [...] criando assim **uma nova área da cidade, integrada à cidade existente**, transformando então as áreas anteriormente irregulares, **implantadas à revelia de qualquer legislação**, sustentáveis para os dos moradores locais, como também das comunidades no entorno (COHAB, 2019, p.49-50 – grifos nossos).

Retomamos o argumento defendido por Souza (2001) de que, para o planejamento oficial de Curitiba, as ocupações irregulares são “desvios” do projeto ordenado de cidade e não consequências da desigualdade social e das próprias decisões urbanísticas. No trecho acima, a COHAB afirma que as ocupações feitas “à revelia” da legislação não fazem parte da cidade, que será criada a partir de agora, com o projeto da prefeitura e “integrada” ao restante.

O PGRC também se tornou plataforma para promoção do prefeito, o que não é novo no histórico curitibano: Sánchez (2001) destaca que na construção no *marketing* curitibano, muitas das decisões urbanísticas foram personificadas na figura do prefeito da época, Jaime Lerner. No mandado do prefeito Rafael Greca há uma tentativa de projetar-se no urbanismo da cidade, o que aparece nas publicações oficiais da prefeitura e do IPPUC.

Idealizado pelo prefeito Rafael Greca e desenvolvido em parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Projeto de Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba é uma intervenção socioambiental de grande porte (Curitiba, 2020, s.d.).

“Essa comunidade estava abandonada. Foi aqui que decidi voltar a ser prefeito, ao ver a situação em que viviam as famílias. Vamos transformar este local no Bairro Novo da Caximba e garantir a dignidade destes curitibanos”, destaca o prefeito Rafael Greca. (Curitiba, 2019, s.d.).

Era o segundo semestre de 2016 e Rafael, engenheiro civil, escritor e ex-prefeito, afirma que “ao ver as cerca de 2 mil famílias morando sobre o pântano que estava sendo aterrado com lixo, fiz o propósito de voltar à Prefeitura de Curitiba, mesmo depois de uma longa trajetória”. Candidatou-se, ganhou a eleição e no primeiro mês de mandato, em janeiro de 2017, reuniu a equipe e começou a cumprir a promessa de campanha, um ousado e complexo projeto para transformar a região em

um bairro salubre e qualificado para a vida das pessoas (IPPUC, 2020, p.21).

Por fim, nas publicações oficiais, o projeto é destacado por sua capacidade de atender as diretrizes internacionais de sustentabilidade e atender os requisitos de financiamento. Em alguns casos novamente aliado a ideia de que a ocupação do Caximba é um “desvio” no ordenado urbanismo curitibano.

Realocar as famílias, requalificar o ambiente, criar e ampliar infraestrutura e endereços sociais são pressupostos básicos de projetos desta natureza. Curitiba foi além: o IPPUC elaborou um projeto sustentável, alinhado às pautas globais contemporâneas e convincente aos olhos dos financiadores internacionais (IPPUC, 2019, p.21).

“Vamos fazer, de uma infecção urbana, de uma ferida aberta, feia e degradada no tecido da cidade, um espaço urbanizado, salubre e de qualidade”, promete o prefeito Rafael Greca de Macedo (IPPUC, 2019, p.23).

O projeto é integrado e multissetorial, plenamente alinhado ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - compromissos internacionais para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. O Bairro Novo do Caximba vai ser um laboratório que atende aos critérios dos financiadores internacionais e, com suas soluções replicáveis, pode ser uma vitrine para o mundo. “O projeto será uma fonte de inspiração para a AFD”, aposta o diretor regional da agência no Brasil, Philippe Orliange (IPPUC, 2019, p.25).

O destaque feito pelo IPPUC à replicabilidade e à capacidade de atração de financiadores internacionais do projeto, remetem ao argumento elaborado por Harvey (2006) a respeito das cidades empreendedoras, nas quais as soluções urbanísticas são desterritorializadas de forma a atrair o maior investimento possível. Harvey menciona o potencial que o “vigor superficial” dos projetos de regeneração urbana tem de criar uma “cidade dupla”, na qual os projetos financiados estão “circundados de pobreza crescente”. Crítica que pode ser feita no caso do Projeto Bairro Novo do Caximba, no qual os interesses e aspirações da comunidade não são prioritários e estão subordinados aos interesses da agência financiadora e das diretrizes

internacionais. O projeto tem potencial de melhoria das condições de vida dos moradores e de preservação ambiental, mas as problemáticas não são ignoráveis: ao desconsiderar as demais comunidades e as identidades locais, não investir em políticas concretas contra a gentrificação do local e não pensar em formas de integração com restante da cidade, o poder público falha em construir uma mudança efetiva na cidade. O que parece se desenhar é uma reprodução dos padrões da produção habitacional e obras ambientais de Curitiba.

3.5 DISCUSSÃO

O discurso oficial de Curitiba a coloca como caso de sucesso dentre as cidades brasileiras, colecionando prêmios internacionais e títulos que exaltam um diferencial no modo de planejar curitibano. O resultado é o mito de uma cidade homogênea, sem conflitos. Como apontado por Olivera (2000) e Moura e Kleinke (1999), a imagem esconde a disfunção entre centro e periferia. Os problemas urbanos se concentram nas margens da cidade e na região metropolitana. A Curitiba modelo, Capital Ecológica, é para poucos, concentrada nas regiões mais nobres.

O histórico das políticas ambientais revela o mesmo padrão. Os projetos dos parques de contenção de cheias, os programas ambientais e as medidas legislativas são passos importantes para preservação e manutenção da qualidade de vida dos cidadãos, mas atendem uma parcela ínfima da população. A grande maioria e, principalmente, os mais pobres, são sobrecarregados com as consequências de uma urbanização acelerada, comum a todo o Brasil, no qual o valor de mercado está acima do valor social da cidade (Carlos, 2013).

O caso do Caximba é representativo do processo de planejamento urbano curitibano em vários sentidos. A princípio tratava-se de uma gleba não urbanizada, de uso limitado à poucas atividades, afastada do centro da cidade e da infraestrutura já consolidada. As ocupações se iniciaram nesse contexto, em uma região de pouco interesse para a prefeitura e para o mercado imobiliário. Ao longo de 21 anos os moradores conviveram com o Aterro Municipal de Curitiba e com as consequências negativas de seu funcionamento – a poluição do solo e água, mau odor, aumento dos vetores de doenças. Neste período, a comunidade recebeu o mínimo de infraestrutura para se manter: duas vias principais pelas quais transitava uma linha de ônibus e alguns equipamentos públicos.

Entretanto, com o passar do tempo e com a consolidação da área central e dos bairros mais nobres, o foco do planejamento urbano volta-se para as bordas das cidades, principalmente na região sul e sudeste. Souza (2001) destaca que na época de elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo, na década de 70, a ocupação destas áreas era considerada um desvio do modelo planejado e racional da cidade. presente nos terrenos mais valorizados e centrais. “As ocupações urbanas “desordenadas” em regiões de baixo custo imobiliário emergem no discurso técnico como causa e não como efeito dos desequilíbrios da cidade (Souza, 2001, p.112).”

Nas políticas ambientais, a transição do foco para as áreas periféricas vem acompanhado do reconhecimento da importância dos financiadores internacionais para execução do projeto. Para ser competitiva em comparação com outras cidades é necessário provar-se capaz de atender os requisitos dessas agências, e dos órgãos intergovernamentais. Curitiba tem feito isso desde os anos 90, época de lançamento da marca de “Capital Ecológica”. Rapidamente foram incorporadas as recomendações da Rio-92 e da Agenda 21 no discurso do planejamento oficial. Mais recentemente a cidade tem figurado em eventos internacionais referentes à *smart city*, sustentabilidade e mitigação às mudanças climáticas. São incorporados os ODS e as diretrizes da rede C40. Adota-se o Acordo de Paris.

Para a população empobrecida essa movimentação tem poucos rebatimentos. Para o Projeto Bairro Novo do Caximba, a prefeitura de Curitiba manteve seu padrão tecnocrático e não ofereceu oportunidades para participação da comunidade. Para Souza (2001) e Kley (1996), o modo de planejar curitibano valoriza o papel do técnico acima de tudo e participação da população é vista como secundária, podendo inclusive “atrasar” os projetos. As demandas dos moradores, seja por discordarem da definição da área de risco ou do modelo de moradia proposto pela COHAB, são minimizadas no projeto. As discordâncias, conforme reportado pela COHAB, serão avaliadas individualmente.

A sub-representação e falta de participação é uma face da injustiça ambiental a qual a comunidade está exposta. Acseirad (2002) argumenta que um dos pontos centrais nos cenários de injustiça ambiental é a falta de poder e representação política das comunidades. A partir disso, ficam sujeitas as definições de risco e às decisões tomadas pelo poder público, que muitas vezes estão alinhadas com interesses mercadológicos.

O projeto, que se propõe a criar um “bairro sustentável e inteligente” (Curitiba, s.d.) repete os mesmos padrões de produção da habitação social vistos anteriormente. Apesar de apresentar algumas soluções construtivas que podem ser consideradas como sustentáveis – como reaproveitamento de materiais, uso de energia solar etc. -, o modelo de projeto é o mesmo desde a criação da COHAB: conjuntos habitacionais concentrados nas áreas periféricas, isolados da malha urbana. A intervenção no Caximba é pontual, o projeto não avalia as ligações que área pode ter com os bairros vizinhos e com outros pontos na cidade. Não há intenção de conectar o Caximba com o restante da cidade.

A comunicação da Prefeitura de Curitiba tem um teor combativo em relação a comunidade e, muitas vezes, culpabiliza a população pelo processo de degradação da natureza da qual ela é a maior vítima. Compans (2007) argumenta que esse processo é indicativo da cooptação do discurso ambiental por parte do poder público e mercado. Conforme as áreas ambientalmente frágeis tornam-se interessantes para o mercado imobiliário, o discurso ambiental é direcionado de forma a culpabilizar os mais vulneráveis. O discurso de preocupação com a preservação da natureza é utilizado para remover as comunidades de seu local de origem e deixar a área livre para a expansão imobiliária. O poder público que antes era permissivo com a ocupação dessas áreas, passa a combatê-la ativamente sob a justificativa da proteção ambiental.

3.5.1 Uma nova forma de expansão de mercado?

Para Ferrara e Pereira (2023) o discurso ambiental tem sido incorporado em projetos de infraestrutura e recuperação urbana de forma a atualizar as justificativas da produção e reprodução do espaço urbano. Neste cenário, a preservação da natureza é um diferencial de mercado, acionada para atrair o interesse de investidores.

No caso do Projeto Bairro Novo do Caximba, poderia sugerir que a ênfase na dimensão ambiental do programa vem, em primeiro lugar, da necessidade em atrair financiadores internacionais – o que foi explicitado na redação do PlanClima. Como projeto habitacional o Bairro Novo do Caximba repete os mesmos padrões observados nas intervenções da COHAB. E como projeto de recuperação ambiental, não abrange o problema de forma sistêmica. Conforme discutido no trabalho, a poluição do rio

Barigui se intensifica nos zoneamentos industriais, tanto em Curitiba quanto em Araucária. Não há menção a um esforço conjunto metropolitano para recuperação do rio ou mesmo municipal, abrangendo outros pontos do rio Barigui, e os motivos que levaram a degradação ambiental da área não são discutidos a fundo. Da forma como colocado, o projeto se resume a criação de um novo parque para Curitiba, com a função de conter as cheias do rio. A maior intervenção socioambiental da cidade parece existir mais no discurso do que na prática.

Entretanto, algumas das mudanças propostas parecem ser indicativas de que o projeto possibilita uma expansão do mercado imobiliário. Conforme aponta Abramo (2007), a ocupação informal exerce um papel de vetor da expansão urbana. As comunidades que se instalam em áreas periféricas desassistidas exercem uma pressão para que seja implantada infraestrutura no local. A implantação dessa infraestrutura, desacompanhada de políticas de permanência no local, faz com que os preços de terra aumentem, expulsando a população original que busca uma nova área para se instalar.

A falta de medidas que garantam a permanência dos moradores do Caximba pode ser um indicativo de que esse é um processo futuro. A maior parte dos moradores está em condição de vulnerabilidade socioeconômica, com baixa ou nenhuma renda e fora do mercado formal. Sem que haja um esforço que garanta a permanência desses moradores é possível que estes se mudem para novas áreas não urbanizadas, que agora poderão ser incluídas no mercado mobiliário.

Uma das primeiras ações executadas em projeto foi a alteração do zoneamento da área. Anteriormente, as comunidades do Caximba estavam localizadas, quase em sua totalidade, dentro da APA do Iguaçu, sob o zoneamento do Setor de Média Restrição de Uso. Para implantação do projeto, o zoneamento foi alterado, sendo criado o Setor de Transição – Bairro Novo do Caximba (Tabela 22).

TABELA 22 – USO DO SOLO ANTERIOR E IMPLANTADO

Setor	Ocupação					
	Coef. Aproveitamento	Taxa de ocupação	Altura máxima	Recuo frontal	Taxa permeabilidade	Lote mínimo
Média	0,4	20%	2	15m	50%	20x5.000
restrição de uso						
Transição – 1		60%	2	3m	Isento	6x180
Bairro Novo do Caximba						

Fonte: Curitiba (2023), adaptado pela autora

O antigo zoneamento permitia apenas a implantação de habitações unifamiliares, agrícolas ou extrativistas, além de comércio e serviço vicinal. Já o novo zoneamento permite, além dos usos citados anteriormente, a habitação unifamiliar em série e torna permissível o uso de habitação institucional e coletiva. O Decreto Municipal 1004/2023, que define o novo zoneamento, ressalta que, para os usos permissíveis, as novas edificações só poderão ser aprovadas mediante análise da COHAB, SMMA e IPPUC. O novo zoneamento permite uma ocupação muito mais adensada e impermeabilizada e remove a transição para as zonas mais restritivas da APA. Sem que medidas que combatam a gentrificação do local é possível que nos próximos anos a região seja apropriada pelo mercado imobiliário, em uma nova frente de expansão.

3.5.2 Limitações e investigações futuras

Concluimos a discussão deste trabalho com a reflexão a respeito de algumas limitações percebidas no desenvolvimento da pesquisa, que podem avançar o estudo do tema no futuro, bem como indicações de investigações futuras sobre o tema.

Esta pesquisa teve foco principal na construção de um discurso ambiental em Curitiba, construído principalmente por parte do poder público e que define um linguajar técnico utilizado em documentos oficiais e publicações. Para isto, foram analisados principalmente planos e projetos, que foram confrontados com dados secundários do território. Um quadro mais elaborado dessa política poderia ter sido obtido a partir da entrevista com diferentes atores envolvidos. O projeto Bairro Novo

do Caximba envolve o esforço conjunto de várias secretarias municipais, da agência financiadora e da comunidade. Ao entrevistar pessoas chave desses grupos, seria possível aprofundar a discussão sobre as tensões entre as partes envolvidas e a coordenação do trabalho dos técnicos.

A pesquisa também indicou que as comunidades do Caximba contam com histórias e lideranças distintas, não formando um consenso no bairro. Um aprofundamento possível poderia partir de análise mais aproximada dessas relações entre comunidades, a partir de trabalho de campo mais aproximado. Desta forma, uma pesquisa focada na comunidade poderia aprofundar a discussão sobre participação popular e construção dos projetos de intervenção em Curitiba.

Por fim, a pesquisa concluiu que a participação de agências financiadoras tem moldado a nova política ambiental da cidade. O que aponta para a possibilidade de investigação dos critérios utilizados por essas agências e de que forma estas moldam os projetos ambientais, principalmente na América Latina, em um cenário globalizado.

CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a investigar as contradições existentes entre prática e discurso, na trajetória das políticas ambientais de Curitiba. Além disso, buscou compreender os rebatimentos das políticas ambientais no território da cidade. Para isso, o caso do Caximba foi selecionado como exemplo de um cenário recente das obras ambientais de Curitiba.

O histórico da ocupação do Caximba, revela as condições de desigualdade socioeconômica e injustiça ambiental a qual foram submetidas as comunidades do local. Ocupando área ambientalmente frágil e sem infraestrutura urbana básica, as comunidades permaneceram por décadas invisibilizadas pelo poder público, convivendo, inclusive, com os passivos ambientais do antigo Aterro Municipal.

As políticas ambientais de Curitiba, embora pioneiras no cenário nacional, não se distribuem igualitariamente no espaço. A imagem de “Capital Ecológica” foi criada a partir da seleção de exemplos pontuais, enquanto a maior parte da população – principalmente empobrecida – vivencia uma cidade com problemas semelhantes as demais capitais brasileiras. O modelo de urbanização de Curitiba teve como consequência a periferização e a expulsão dos problemas urbanos para as margens da cidade e municípios vizinhos.

As ocupações irregulares em Curitiba estão concentradas em área de APP, sem infraestrutura e, por estarem às margens de rios, sujeitas à inundação. Estes mesmos rios apresentam graus de poluição elevados, representando um risco adicional à essas populações. Os projetos e intervenções que garantiram a Curitiba o título de “Capital Ecológica” estavam focados no aumento de áreas verdes de lazer e na criação de programas de educação ambiental. Embora importantes, são pontuais e limitados em sua capacidade de preservar e recuperar a natureza e não compõem uma política maior de preservação, que englobe também a região metropolitana.

O projeto Bairro Novo do Caximba, anunciado em 2018, foi divulgado oficialmente como maior intervenção socioambiental de Curitiba. Tem como objetivo a recuperação e preservação das margens do rio Barigui e a urbanização do local. Entretanto, o projeto perpetua o padrão de injustiça ambiental da região. Apenas uma das nove comunidades foi considerada no escopo do projeto e a comunidade não foi considerada como ator chave na construção da intervenção, continuando o modelo tecnocrático do urbanismo em Curitiba. O projeto também propõe a recuperação do

último trecho do rio Barigui na cidade, portanto, embora as obras de macrodrenagem tenham resultado na contenção das cheias e preservação da área de APP, a recuperação do rio e preservação da fauna do local deveriam fazer parte de um programa mais robusto de intervenção nos rios da cidade. Por fim, o descolamento entre a ação da prefeitura e a comunidade aparece na comunicação oficial. A Prefeitura Municipal culpabiliza a população pela degradação ambiental da área e pela ocupação ilegal do território, desconsiderando os fatores que levaram os moradores a ocuparem o local. As comunidades não são consideradas como parte da cidade, da Curitiba planejada e modelo, mas sim desvios que serão corrigidos a partir da intervenção pública. O próprio nome escolhido “Bairro Novo” parece implicar em uma ruptura e desconexão com o passado dos moradores.

As novas intervenções ambientais de Curitiba estão focadas na captação de investimento internacional e agora voltam-se para áreas antes consideradas indesejadas pelo mercado imobiliário. A principal financiadora deste projeto, a AFD, decidiu quais os documentos mínimos de projeto, quais critérios deverão ser atendidos – de forma a satisfazer as diretrizes do Banco Mundial e da ONU – e também participa ativamente na supervisão da execução. Desta forma, a pesquisa aponta para a possibilidade de investigação mais aprofundada dos critérios de financiamento das agências multilaterais e de que forma estes moldam os projetos ambientais.

Por fim, conclui-se que o projeto não representa a inovação ambiental e habitacional que é divulgada pela prefeitura, sendo repetidos os mesmos padrões de produção do espaço observados historicamente. A falta de mecanismos que garantam a permanência da comunidade no local após a implantação do projeto, indica uma deficiência nas políticas habitacionais da cidade e a possibilidade de que a área será utilizada como para expansão imobiliária no futuro. Para que alterar a realidade do local, o projeto deveria inserir-se em uma política ambiental amplificada e intermunicipal. Os conceitos de justiça socioambiental também devem ser centrais para melhorar as condições de vida dos moradores do Caximba.

REFERÊNCIAS

- ACESLRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p.25-38.2004
- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79, 31 maio 1999.
- ACSELRAD, H. Vigiar e Unir – a agenda da sustentabilidade urbana. **Revista VeraCidade**, 2, p.1- 11. 2007
- ACSELRAD, H. et al. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- ALBUQUERQUE, A. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007
- BARRETO, H. A natureza ascetizada? Pistas para compreensão do avanço da financeirização. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, s.n., 2020
- BERTAIZE, J. Tribunal do Crime: mais de 60 homicídios são registrados no Caximba em dez anos. **RIC**. Disponível em: <https://ric.com.br/seguranca/tribunal-do-crime-64-homicidios-na-caximba-em-10-anos> Acesso em 10 jun 2025
- BORDIN, L. Fruet termina mandato com 63,2% de desaprovação. **Gazeta do Povo**, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/fruet-termina-mandato-com-632-de-desaprovacao-6n9sw76o7w7rn3o1o8wq5vkyr>. Acesso em 5 mar 2025
- CARDOSO, A. Trajetórias da Questão Ambiental Urbana: da Rio 92 às Agendas 2 locais. **Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD**, (102), 51–69. 2002
- CARLOS, A. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 8, p. 75–78, 2011
- CARLOS, A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110
- CARRICONDE, G. Moradores reclamam de falta de diálogo com a Prefeitura em projeto para bairro de Curitiba. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/04/moradores-reclamam-de-falta-de-dialogo-com-a-prefeitura-em-projeto-para-bairro-de-curitiba>. Acesso em 18 jun 2025.
- CARVALHO, J. Caximba novamente tem pontos de alagamentos em função das fortes chuvas. **CBN Curitiba**, 2023. Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/caximba-novamente-tem-pontos-de-alagamentos-em-funcao-das-fortes-chuvas-19-pessoas-sao-atendidas>. Acesso em 18 jun 2025.
- CHARBONNIER, P. **Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas**. São Paulo, Boitempo, 2021

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum** (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

COHAB-CT. **Plano de Ação para Reassentamento - PAR**. Curitiba: 2019.

COMPANS, R. A cidade contra a favela. A nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 9, núm. 1, 2007

COMPANS, R. Cidades sustentáveis, Cidades globais: Antagonismo ou complementariedade? In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. ed. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Curitiba, Capital Social**. Curitiba. 2001

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Curitiba: Gestão Ambiental**. Curitiba:2004

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Programa Biocidade. In: Decreto 933 de 2010. Institui o sistema Municipal de Gestão Sustentável e dá outras providencias.

_____. **Avaliação da vulnerabilidade ambiental e socioeconômica às mudanças climáticas da vila 29 de Outubro e da área do PGRC Curitiba**. Curitiba, 2019

_____. **Decreto nº 1025 de 22 de junho de 2021**.Regulamenta o artigo 20, inciso VIII, da Lei Municipal nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015, e o artigo 3º, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 15.511, de 10 de outubro de 2019, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, Parques Natural Municipal do Iguaçu, do Centenário da Imigração Japonesa, Linear do Cajuru e Linear do Caximba, Estações Ecológicas do Cambuí e Campos Naturais - Teresa Urban, parte do Refúgio da Vida Silvestre do Bugio, e dá outras providências. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-1025-2021-curitiba_416947.html

_____. **Lei nº 11.589 de 22 de novembro de 2005**. Dispõe sobre a utilização de símbolos municipais e identificações de bens públicos e ações de governo, revoga a Lei nº 7.201, de 23 de junho de 1988, e dá outras providências.

_____. **PGRC, Estudo de impacto social e ambiental**. Curitiba, s.d.

_____. **Plano de Ação de Gênero**. Curitiba: 2023

_____. **Plano de mitigação e adaptação à mudança climática**. Curitiba: 2020

_____. **Projeto Viva Barigui**. Disponível em: <http://www.biocidade.curitiba.pr.gov.br/biocity/12.html>. Acesso 15 jun 2025

CURITIBA; COHAB. **Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Curitiba, 2007

CURITIBA; COHAB. **Plano municipal de regularização fundiária em áreas de preservação permanente**. Curitiba, 2007

EL KALILI, A. **O que se entende por “financeirização da natureza?”**. **Observatório das Metrópoles**, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/o-que-se-entende-por-financeirizacao-da-natureza-por-amyra-el-khalili/>

EL SERAFY, S. “The Environment as Capital”. In: CONSTANZA, R. (Ed.). **Ecological Economics – The Science and Management of Sustainability**. Columbia: Columbia University Press, 2005

FÉLIX, R. 1988: Os 12 dias que viraram 12 anos no poder. **Gazeta do Povo**, 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2012/memoria/1988-os-12-dias-que-viraram-12-anos-no-poder-3w3kft6leuq3avt6t8blb428e> Acesso em 20 jan 2025

FERRARA, L; PEREIRA, P. Financeirização da natureza na perspectiva da economia política urbana. IN: FERRARA, L; DATTWYLER, R; LIMA, B. **Natureza e metabolismo urbano: reestruturação no espaço no Brasil e no Chile**. São Paulo, Letra Capital, 2023

FREITAS, R. Greca e Pimentel inauguram no Caximba tendo só 8% das casas prontas. **Jornal Plural**, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/greca-e-pimentel-irao-inaugurar-obra-atrasada-no-caximba>. Acesso 20 mai 2025

FREY, K. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. **Lua Nova**. N.37, 1996, p.107-138

Fundação Social de Curitiba (FAZ). **Curitiba: capital social**. Curitiba: IPPUC. 2003

GALINDO, R. Há 30 anos Requião surgia em cena. **Gazeta do Povo**, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/ha-30-anos-requiao-surgia-em-cena> Acesso em 20 jan 2025

GAZETA DO POVO. Justiça condena Curitiba por despejo de resíduos do Caximba no Rio Iguaçu. **Gazeta do Povo**, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-condena-curitiba-por-despejo-de-residuos-do-caximba-no-rio-iguacu-671vlqu0z8rwitahilbpbwic>. Acesso em 9 mar 2025

GRUPO PARANÁ COMUNICAÇÃO (GPC). **Primeira etapa do Bairro Novo da Caximba avança com 90% das moradias em construção**. Curitiba, 2023.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Cambridge, Mass: Blackwell Publisher, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPPUC. **Curitiba - Planejamento, um Processo Permanente**. Curitiba: IPPUC, 2000; 2022

IPPUC. **Curitiba: Capital Ecológica – Ações para recuperação ambiental do município**. Curitiba, IPPUC, 1986

_____. **Diagnóstico da Regional Tatuquara**. Curitiba: IPPUC, 2021

_____. **Memórias da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, 1992

_____. **Nosso Bairro, Caximba**. Curitiba: IPPUC, 2015.

_____. **Relatório Ambiental Prévio. Vol 1**. Curitiba: IPPUC, 2020.

JUBANSKI, E. Luciano Huck compara Caximba com Haiti e Rafael Greca rebate nas redes sociais. **Banda B**, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/geral/luciano-huck-compara-caximba-com-haiti-e-greca-rebate>. Acesso 3 mai 2025.

KLINK, J; SOUZA, M. Financeirização: conceitos experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cadernos Metrópole**, v.19, n.39, p.379-406, 2017

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “Capital Ecológica”**. Ed. UFPR. Curitiba. 2018

LAHURB-UFPR. **Plano de Desenvolvimento Comunitário para o Bairro Caximba**. UFPR, Curitiba, 2020.

LEFEBVRE. H. **A Revolu o urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental e reapropria o social da natureza**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2006

LIMONAD, E. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientaliza o do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrópole**, v. 15, n. 29, 2013.

LIMONAD, E. A natureza da “ambientaliza o” do discurso do planejamento. **Revista de Geografia y ciências Sociales**, Barcelona, Espanha. V. XIV, n. 331, 2010

LOWY, M. **O que   ecossocialismo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2014

LUTZENBERGER, J. **Crítica Ecológica do Pensamento Econômico**. São Paulo: LPM. 2012

LYNCH, B.D. Instituições Internacionais para a Proteção Ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**.) Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001, pp. 57 – 82

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São. Paulo: Hucitec, 1996

MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. IN: DINIZ, N; SILVA, M; VIANA, G. **O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001

MARINS, Habitação e vizinhanças: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In.: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada do Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

MARTINEZ-ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2011

MENDONÇA, F. Aspectos da Problemática Ambiental Urbana da Cidade de Curitiba/PR e o Mito da Capital Ecológica. **Revista GeoUSP – Espaço e Tempo**. Nº 12, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Diagnóstico Sócio territorial Caximba**. MPPR: Curitiba. 2017

MOORE, J. O surgimento da natureza barata. IN: MOORE, J. **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo, ed. Elefante, 2022

MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In. ACSELRAD, Henri. (Org.). **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. ed. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

MOURA, R; KLEINKE, M. Modelo Curitiba: os riscos de uma cidade insustentável. In: **Encontro Nacional da Anpur**, Porto Alegre (anais) 1999

MOURA, R; KORNIN, T. (Des)Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 16, 2001.

NIWIOROWSKI, B; PELANDA, L. Casas do Bairro Novo da Caximba são entregues nesta quarta-feira. **Band News**, 2024. Disponível em: <https://bandnewsfmcritiba.com/casas-do-bairro-novo-da-caximba-sao-entregues-nesta-quarta-feira>. Acesso 15 jun 2025

NOVAES, P. **Agenda 21 Brasileira - Bases para discussão**. Brasília:2000

NOVAIS, Pedro. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na terapia do planejamento urbano**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2000

OLIVEIRA, M. Perfil ambiental de uma metrópole: Curitiba, seus parques e bosques. **Revista Paraná Desenvolvimento**, n.88, p.37-54, 1996

OLIVEIRA, M. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba. In: **Revista de Sociologia Política**, n. 16, p. 97-106, jun. 2001.

OLIVEIRA, R (org). (2013). **A Cidade e o Negro no Brasil: Cidadania e Território**. São Paulo, Alameda.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 21**. Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 1992.

Rede Brasileira de Justiça Ambiental RBJA. **A rede**. Disponível em: <https://rbja.org/a-rede> Acesso em 25 mar 2025.

RIBEIRO, F; BARROS, F. Comparação de Luciano Huck expõe condições críticas vividas por moradores na Caximba. **Banda B**, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/curitiba/comparacao-de-luciano-huck-expoe-condicoes-criticas-vividas-por-moradores-na-caximba>. Acesso em 3 mai 2025

SÁNCHEZ, F. A insustentabilidade das cidades-vitrine. In. ACSELRAD, Henri. (Org.). **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. ed. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó SC: Argos, 2010

SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo: política, planejamento e marketing**. Curitiba: Palavra, 1997

SANTOS, R. **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis, RJ, DP et Alii; Brasília, DF, ABPN. 2012

SCORTECCI, C. Caximba: 1,1 mil famílias serão reassentadas, mas impacto dos últimos 5 anos ainda é calculado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/familias-no-caximba-serao-reassentadas-mas-impacto-dos-ultimos-cinco-anos-ainda-e-calculado>. Acesso 4 mai 2025

SILVA, C. L. da; REZENDE, D. A.; BOLLMANN, H. A. Planejamento e políticas ambientais de Curitiba: discutindo a efetividade da ação pública no período de 1998 a 2005. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2011.

SILVA, M. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2012

SMMA. **Curitiba Capital Ecológica: Ações para recuperação ambiental do município**. Curitiba, 1989

SOUZA, G; SANTANA, E. Obras em galeria pluvial viram ‘dor de cabeça’ no Caximba devido a constantes alagamentos. **Banda B**, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/curitiba/obras-caximba> Acesso 15 jun 2025

SOUZA, M. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019

SOUZA, N. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista Sociologia Política**, n.16, 2001

TANIGUCHI, C. Curitiba, capital social. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2010200010.htm>

TRINDADE, E. **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013